

Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril

Atitudes face à democracia e às instituições políticas
da população, dos jovens e análise comparativa



Manuel Meirinho
Pedro Moreira da Fonseca
Conceição Pequito Teixeira
Pedro Borrego
João Santos

Volume 4

CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

50
*Anos de Democracia
em Portugal*
Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CAPP
Centro de Administração
e Políticas Públicas



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE
CIÊNCIA POLÍTICA



FICHA TÉCNICA

**Projeto de investigação: 50 Anos de Democracia em Portugal:
Aspirações e Práticas Democráticas – Continuidades e Mudanças Geracionais**
<https://democracia.iscsp.ulisboa.pt/>

DURAÇÃO

1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2028

INSTITUIÇÃO/CENTRO DE I&D

Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa – Centro de Administração e Políticas Públicas
Unidade de Coordenação de Ciência Política do ISCSP-ULisboa

FINANCIAMENTO

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

INVESTIGADORES RESPONSÁVEIS DO PROJETO

Manuel Meirinho, Pedro Moreira da Fonseca, Conceição Pequito Teixeira

TÍTULO DO RELATÓRIO – VOLUME 3

**Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de Abril:
Atitudes face ao 25 de Abril da população, dos jovens e análise comparativa**

AUTORES DO RELATÓRIO

Manuel Meirinho, Pedro Moreira da Fonseca, Conceição Pequito Teixeira, Pedro Borrego e João Santos

CAPA

Abertura da Assembleia Constituinte, Fotografia de autor desconhecido, 02.06.1975
© Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, AF 00002/1975

Lisboa, 2026

ISBN 978-989-646-198-0

DOI: <https://doi.org/10.57857/ulisboa.iscsp.capp.000029>

Índice

50 ANOS DE DEMOCRACIA EM PORTUGAL: BREVE APRESENTAÇÃO DO PROJETO	14
ORGANIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DO PROJETO	15
ATITUDES FACE À DEMOCRACIA E ÀS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: ENQUADRAMENTO	15
ESTRUTURA E CONTEÚDOS	16
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS: POPULAÇÃO	18
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS: JOVENS	25
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS: COMPARAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO E JOVENS	33
CAPÍTULO 1	
Atitudes da população face à democracia e às instituições políticas	38
1. Apoio difuso à democracia enquanto regime político	39
1.1 Análise global	39
1.2 Análise por sexo	40
1.3 Análise por grupo etário	41
1.4 Análise por escolaridade	43
1.5 Análise por rendimento do agregado familiar	45
1.6 Análise por <i>habitat</i>	47
2. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal	49
2.1 Análise global	49
2.2 Análise por sexo	51
2.3 Análise por grupo etário	54
2.4 Análise por escolaridade	56
2.5 Análise por rendimento do agregado familiar	59
2.6 Análise por <i>habitat</i>	62

3. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal	65
3.1 Análise global	65
3.2 Análise por sexo	66
3.3 Análise por grupo etário	67
3.4 Análise por escolaridade	69
3.5 Análise por rendimento do agregado familiar	70
3.6 Análise por <i>habitat</i>	71
4. Confiança nas instituições políticas portuguesas	73
4.1 Análise global	73
4.2 Análise por sexo	76
4.3 Análise por grupo etário	77
4.4 Análise por escolaridade	79
4.5 Análise por rendimento do agregado familiar	80
4.6 Análise por <i>habitat</i>	82
CAPÍTULO 2	
Atitudes dos jovens face à democracia e às instituições políticas	84
5. Apoio difuso à democracia enquanto regime político	85
5.1 Análise global	85
5.2 Análise por sexo	86
5.3 Análise por grupo etário	87
5.4 Análise por escolaridade	89
5.5 Análise por rendimento do agregado familiar	90
5.6 Análise por <i>habitat</i>	92
6. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal	94
6.1 Análise global	94
6.2 Análise por sexo	97
6.3 Análise por grupo etário	99
6.4 Análise por escolaridade	101
6.5 Análise por rendimento do agregado familiar	104
6.6 Análise por <i>habitat</i>	106
7. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal	109
7.1 Análise global	109
7.2 Análise por sexo	110
7.3 Análise por grupo etário	112
7.4 Análise por escolaridade	113
7.5 Análise por rendimento do agregado familiar	114
7.6 Análise por <i>habitat</i>	116

8. Confiança nas instituições políticas portuguesas	118
8.1 Análise global	118
8.2 Análise por sexo	121
8.3 Análise por grupo etário	122
8.4 Análise por escolaridade	123
8.5 Análise por rendimento do agregado familiar	125
8.6 Análise por habitat	126

CAPÍTULO 3

Atitudes face à democracia e às instituições políticas: comparação entre população e jovens	129
9. Apoio difuso à democracia enquanto regime político	130
10. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal	132
11. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal	135
12. Confiança nas instituições políticas portuguesas	137

ANEXO I – NOTA METODOLÓGICA	140
------------------------------------	-----

ANEXO II – FICHA TÉCNICA DO INQUÉRITO	145
--	-----

Índice de Gráficos

1. Apoio difuso à democracia (em %) – População	40
2. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas (em %) – População	40
3. Apoio difuso à democracia: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	41
4. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	41
5. Apoio difuso à democracia: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	43
6. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	43
7. Apoio difuso à democracia: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	44
8. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – População	45
9. Apoio difuso à democracia: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	46
10. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	46
11. Apoio difuso à democracia: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	48
12. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por habitat (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	48
13. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (em %) – População	51
14. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal com categorias agregadas (em %) – População	51
15. Apoio a formas de governo não democráticas para Portugal: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – População	51
16. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por sexo (em %) – População	53

17. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – População	53
18. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por sexo (em %) – População	53
19. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – População	53
20. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por grupo etário (em %) – População	55
21. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – População	55
22. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por grupo etário (em %) – População	56
23. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – População	56
24. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por escolaridade (em %) – População	58
25. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – População	58
26. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por escolaridade (em %) – População	58
27. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – População	59
28. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População	60
29. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População	61
30. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População	61
31. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População	62
32. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por habitat (em %) – População	63
33. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal com categorias agregadas (Democracia): análise por habitat (em %) – População	64
34. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por habitat (em %) – População	64
35. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por habitat (em %) – População	64
36. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal (em %) – População	66
37. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas (em %) – População	66
38. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	67

39. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	67
40. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	68
41. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	68
42. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	69
43. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	70
44. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	71
45. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	71
46. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	72
47. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por habitat (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População	73
48. Confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – População	75
49. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas (em %) – População	75
50. Confiança nas instituições políticas portuguesas: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – População	76
51. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por sexo (em %) – População	77
52. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – População	77
53. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por grupo etário (em %) – População	78
54. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – População	78
55. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por escolaridade (em %) – População	80
56. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – População	80
57. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População	81
58. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População	82
59. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por habitat (em %) – População	83

60. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por habitat (em %) – População	83
61. Apoio difuso à democracia (em %) – Jovens	86
62. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas (em %) – Jovens	86
63. Apoio difuso à democracia: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	87
64. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	87
65. Apoio difuso à democracia: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	88
66. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	88
67. Apoio difuso à democracia: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	90
68. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	90
69. Apoio difuso à democracia: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	91
70. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	92
71. Apoio difuso à democracia: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	93
72. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	93
73. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (em %) – Jovens	96
74. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal com categorias agregadas (em %) – Jovens	96
75. Apoio a formas de governo não democráticas para Portugal: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – Jovens	96
76. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por sexo (em %) – Jovens	98
77. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – Jovens	98
78. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por sexo (em %) – Jovens	98
79. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – Jovens	98
80. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por grupo etário (em %) – Jovens	100
81. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – Jovens	100
82. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por grupo etário (em %) – Jovens	100
83. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – Jovens	101

84. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por escolaridade (em %) – Jovens	102
85. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – Jovens	103
86. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por escolaridade (em %) – Jovens	103
87. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – Jovens	103
88. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens	105
89. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens	105
90. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens	106
91. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens	106
92. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por habitat (em %) – Jovens	108
93. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por habitat (em %) – Jovens	108
94. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por habitat (em %) – Jovens	108
95. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por habitat (em %) – Jovens	109
96. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal (em %) – Jovens	110
97. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas (em %) – Jovens	110
98. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	111
99. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	111
100. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	112
101. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	113
102. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	114
103. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	114
104. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	115

105. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	116
106. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por habitat (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	117
107. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por habitat (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	117
108. Confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – Jovens	120
109. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas (em %) – Jovens	120
110. Confiança nas instituições políticas portuguesas: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – Jovens	120
111. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por sexo (em %) – Jovens	121
112. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – Jovens	122
113. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por grupo etário (em %) – Jovens	123
114. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – Jovens	123
115. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por escolaridade (em %) – Jovens	124
116. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens	124
117. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens	126
118. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens	126
119. Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por habitat (em %) – Jovens	127
120. Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por habitat (em %) – Jovens	128
121. Apoio difuso à democracia (em %) – comparação entre População e Jovens	131
122. Apoio difuso à democracia com categorias agregadas (em %) – comparação entre População e Jovens	131
123. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (em %) – comparação entre População e Jovens	134
124. Apoio a formas de governo não democráticas para Portugal: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – comparação entre População e Jovens	134
125. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal (em %) – comparação entre População e Jovens	136
126. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas (em %) – comparação entre População e Jovens	136
127. “Muita” ou “Alguma” confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – comparação entre População e Jovens	138

128. "Pouca" ou "Nenhuma" confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – comparação entre População e Jovens 139
129. Confiança nas instituições políticas portuguesas: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – comparação entre População e Jovens 139

50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Nesta secção introdutória, apresenta-se brevemente o projeto **50 anos de Democracia em Portugal: Aspirações e Práticas – Continuidades e Mudanças Geracionais**, no âmbito do qual foram recolhidos os dados analisados neste relatório. Descreve-se, em seguida, a organização geral dos relatórios produzidos no contexto do projeto, situando o leitor quanto à sua estrutura e conteúdos. É também desenvolvido um enquadramento da temática deste relatório em específico, centrada nas atitudes face à democracia e às instituições políticas, identificando igualmente a sua estrutura e conteúdos de modo a facilitar a leitura e a compreensão das análises que se seguem.

50 anos de democracia em Portugal: breve apresentação do projeto

O projeto “50 anos de Democracia em Portugal: Aspirações e Práticas – Continuidades e Mudanças Geracionais” visa descrever e explicar como os cidadãos portugueses percecionam as principais características da democracia, como avaliam a democracia em geral e a portuguesa em concreto e, finalmente, de que forma participam na vida política e cívica, mais de cinquenta anos após a Revolução dos Cravos.

No âmbito do projeto, foi realizado em 2023 um inquérito por questionário a nível nacional (ver Anexo: ficha técnica do inquérito), do qual resultaram 1327 entrevistas:

- 1020 com base numa amostra representativa da população portuguesa;
- 307 entrevistas adicionais aplicadas a indivíduos entre os 16 e os 34 anos (jovens), constituindo uma amostra extra que permite analisar possíveis continuidades e/ou mudanças geracionais.

A amostra foi estratificada de forma a ser representativa da população portuguesa, tendo sido aplicadas quotas de género e idade por região, na seleção dos entrevistados.

O inquérito foi aplicado pela empresa Intercampus e inclui 3 módulos:

- Módulo central: aspirações e práticas democráticas; atitudes dos portugueses face ao 25 de Abril;
- Módulo complementar I: atitudes face à política, democracia e às instituições políticas;
- Módulo complementar II: participação política, social e cívica.

Globalmente, passados 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, o inquérito realizado permite elaborar uma “fotografia” detalhada das atitudes e comportamentos dos cidadãos face: (1) aos modelos de democracia; (2) ao 25 de Abril de 1974; (3) à política; (4) à democracia e às instituições democráticas; (5) à participação eleitoral; (6) à participação social e cívica; (7) ao populismo. Adicionalmente, a sobreamostragem do grupo etário dos jovens viabiliza um exercício comparativo entre estes e a população em geral, proporcionando uma análise sobre possíveis continuidades e mudanças geracionais. Finalmente, os dados apresentados contribuem também para uma avaliação da consolidação e qualidade da democracia portuguesa sob a ótica da dimensão atitudinal e comportamental dos cidadãos portugueses.

Organização dos relatórios do projeto

Os dados descritivos resultantes do inquérito nacional realizado são apresentados e analisados em oito volumes:

Volume 1	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes face aos modelos de democracia (aspirações versus práticas) da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 2	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes face ao 25 de abril da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 3	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes face à política da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 4	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes face à democracia e às instituições políticas da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 5	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes e comportamentos relativos à participação eleitoral da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 6	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes e comportamentos relativos à participação política, social e cívica da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 7	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Atitudes populistas da população, dos jovens e análise comparativa
Volume 8	Os Portugueses e a Democracia 50 anos após o 25 de abril Análise relacional das atitudes e dos comportamentos políticos da população, dos jovens e comparação geracional

Este volume 4 corresponde à análise descritiva dos resultados referentes às atitudes face à democracia e às instituições políticas da população (Capítulo 1), dos jovens (Capítulo 2) e análise comparativa (Capítulo 3).

Atitudes face à democracia e às instituições políticas: enquadramento

Considerando o debate que prossegue na Ciência Política sobre as atitudes dos cidadãos face à democracia e às instituições políticas, bem como sobre a qualidade da democracia e os desafios que se colocam às democracias contemporâneas, este volume analisa as atitudes dos portugueses em quatro dimensões fundamentais:

- **Apoio difuso à democracia enquanto regime político.** Esta dimensão refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático. O indicador avalia em que medida os cidadãos aceitam e apoiam, estruturalmente, a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto. Este tipo de apoio traduz a maior ou menor afeição e a legitimação de fundo do regime, aspetos distintos das avaliações conjunturais sobre o seu desempenho.
- **Apoio a diferentes formas de governo.** Ainda no âmbito do apoio difuso, esta dimensão examina a predisposição dos cidadãos para considerar adequadas, em Portugal, alternativas de governo democrática e não democráticas como um “go-

verno de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”. Esta avaliação permite ponderar sobre a robustez do compromisso democrático dos cidadãos e identificar potenciais atitudes de tolerância a soluções não democráticas em contextos de insatisfação política.

- **Satisfação com o funcionamento da democracia.** Incide na avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal, correspondendo a uma medida de apoio específico ou efetivo. Este indicador capta o grau de satisfação com o desempenho do regime democrático português e permite analisar a articulação entre o apoio difuso à democracia enquanto ideal e a avaliação do seu funcionamento concreto. A leitura conjunta destas duas dimensões é importante para compreender em que medida a adesão normativa à democracia é acompanhada pela aprovação do seu desempenho percebido, contribuindo para caracterizar a solidez (ou eventuais tensões) na legitimação do regime democrático.
- **Confiança nas instituições políticas.** Em continuidade com a dimensão anterior, este indicador avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas (apoio específico/efetivo), permitindo, entre outros aspetos, relacionar essa confiança com o grau de apoio ao regime democrático. A relevância desta avaliação decorre da possibilidade, amplamente referida na literatura, de coexistirem níveis elevados de apoio à democracia enquanto regime político em abstrato e níveis baixos de confiança nas instituições que a concretizam na prática. Esta combinação traduz um padrão frequentemente identificado nas democracias consolidadas: cidadãos democratas, mas críticos e descontentes

A análise apresentada neste volume permite uma leitura abrangente das atitudes dos portugueses face à legitimidade e à consolidação da democracia em Portugal, meio século após a Revolução dos Cravos. Ao distinguir entre apoio difuso, apoio específico, satisfação com o funcionamento da democracia e confiança institucional, os dados apresentados evidenciam as bases de resiliência e os possíveis focos de fragilidade que caracterizam a democracia portuguesa.

Estrutura e conteúdos

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Capítulo 1:

Atitudes da população face à democracia e às instituições políticas

Análise baseada na amostra representativa da população portuguesa (16+anos)

Capítulo 2:

Atitudes dos jovens face à democracia e às instituições políticas

Análise baseada na amostra representativa da população jovem (16-34)

Capítulo 3:

Atitudes face à democracia e às instituições políticas: comparação entre população e jovens

Análise comparativa entre a população (16+anos) e jovens (16-34 anos)

CONTEÚDOS

- Apoio difuso à democracia enquanto regime político
- Apoio a diferentes formas de governo para Portugal
- Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal
- Confiança nas instituições políticas portuguesas

50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Nesta secção apresentam-se as sínteses dos principais resultados relativos às atitudes face à democracia e às instituições políticas, considerando a população, os jovens e uma análise comparativa entre estes dois grupos.

Síntese dos principais resultados:

População

Apoio difuso à democracia enquanto regime político

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida aceitam e apoiam estruturalmente a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto. O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte **questão**:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

O apoio difuso à democracia na população portuguesa apresenta um perfil global muito elevado, com clara predominância da concordância com a ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime. Em termos globais, 43,5% dos inquiridos declaram “concorda totalmente” e 42,2% “concorda”, enquanto 8% respondem “não concorda nem discorda” e apenas 3,9% se posicionam em discordância (“discorda/discorda totalmente”). A agregação de categorias confirma esta configuração, visto que 85,7% situam-se em “concorda/concorda totalmente”, 8% em “não concorda nem discorda” e 3,9% em “discorda/discorda totalmente” (2,4% “não sabe/não responde”). Assim, a rejeição explícita da democracia é minoritária, e a adesão ao ideal democrático manifesta-se amplamente, incluindo uma componente expressiva de concordância total.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- Sexo: não se observam diferenças estatisticamente significativas. A concordância agregada é muito elevada em ambos os sexos (homens: 88,8%; mulheres: 86,9%), com variações descritivas marginais. As mulheres apresentam ligeira-

mente mais respostas neutras (8,6%) e de discordância agregada (4,4%) do que os homens (7,7% e 3,5%, respetivamente).

- **Idade:** não se registam diferenças estatisticamente significativas. A concordância agregada mantém-se elevada em todas as faixas etárias (entre 86,1% e 89,7%). Em termos descritivos, o grupo dos 35-64 anos apresenta menor concordância agregada (86,1%) e maior neutralidade (9,9%). Já o grupo de 65 anos ou mais regista a maior discordância agregada (5,3%), permanecendo, contudo, minoritária.
- **Escolaridade:** verifica-se a clivagem mais consistente e estatisticamente significativa, com um gradiente educacional claro. A concordância agregada aumenta de 82,4% (sem escolaridade) para 86,7% (básico) e 87,7% (secundário), atingindo 93,1% no ensino superior. Em paralelo, a discordância agregada diminui de 8,9% (sem escolaridade) para 4,9% (básico), 3% (secundário) e 1,2% (superior), sendo que a neutralidade é mais baixa no ensino superior (5,7%).
- **Rendimento do agregado familiar:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A concordância agregada mantém-se muito elevada em todos os grupos (entre 87,1% e 90,7%). Em termos descritivos, destaca-se apenas o grupo “confortável”, com discordância agregada superior (9%), embora a concordância permaneça largamente dominante.
- **Habitat:** não se registam diferenças estatisticamente significativas, embora o teste esteja próximo do limiar convencional da significância. A concordância agregada é sempre elevada, variando entre 85,8% (grande vila/cidade) e 96,8% (vila pequena/média). Em termos descritivos, o apoio é particularmente intenso na vila pequena/média, enquanto, na grande vila/cidade, observa-se maior expressão relativa de respostas neutras (9,7%) e de discordância agregada (4,5%). Ainda assim, mantém-se um padrão global fortemente favorável à democracia em todos os tipos de *habitat*.

Em suma, o apoio difuso à democracia na população portuguesa caracteriza-se por um nível muito elevado de adesão normativa, com discordância residual e uma proporção expressiva de concordância total. As diferenças sociodemográficas são, na maioria dos casos, pequenas e não estatisticamente significativas em relação ao sexo, à idade, ao rendimento e ao *habitat*. A escolaridade destaca-se como o principal fator associado ao apoio difuso à democracia, evidenciando um gradiente claro: níveis mais elevados de ensino correspondem a maior intensidade de concordância com a superioridade da democracia e a menor expressão de discordância.

Apoio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte **questão**:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;
- Serem as Forças Armadas a governar o país.

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

A avaliação do apoio a diferentes formas de governo entre a população portuguesa mostra uma valorização muito elevada do sistema democrático, claramente dominante em relação às alternativas não democráticas. Em termos globais, 89,2% dos inquiridos consideram “boa/muito boa” a adoção de um sistema democrático em Portugal (incluindo 48,2% que a classificam como “muito boa”), enquanto a avaliação negativa é residual (4,7% em “má/muito má”; 6,1% em “não sabe/não responde”). Já nas alternativas não democráticas observa-se um padrão mais heterogéneo. A opção de um líder forte divide a população (41,6% “boa/muito boa” e 46,5% “má/muito má”). A solução de um governo de especialistas é a que obtém a maior aceitação entre as formas não democráticas (57,7% “boa/muito boa”). O governo das Forças Armadas é maioritariamente rejeitado (51,1% “má/muito má”, face a 30,4% “boa/muito boa”). O índice de apoio a formas não democráticas concentra-se sobretudo na categoria “Boa” (51,9%), com 5,2% em “muito boa”, 30,8% em “má” e 12,1% em “muito má”. Contudo, importa sublinhar que esta abertura agregada a formas de governo não democráticas é, em grande medida, impulsionada pela avaliação relativamente favorável da alternativa tecnocrática. Em contraste, as opções mais claramente autoritárias tendem a ser mais rejeitadas.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- Sexo: não se observam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação do sistema democrático é muito positiva em ambos os sexos (95,9% “boa/muito boa” entre os homens e 94,2% entre as mulheres). No índice de formas não democráticas, as distribuições também são próximas (55,8% “boa/muito boa” entre os homens e 58,3% entre as mulheres), com variações descritivas marginais e sem clivagem substantiva. A abertura observada no índice reflete, sobretudo, a aceitação relativa da solução tecnocrática.

- **Idade:** não se registam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação do sistema democrático é muito elevada em todos os grupos etários (93,7% a 96,3% em “boa/muito boa”), com um ligeiro aumento descritivo das avaliações negativas no grupo de 65 anos ou mais. No índice de formas não democráticas, a categoria “boa” é dominante em todas as faixas etárias e as avaliações positivas agregadas são maioritárias, com variação moderada (entre 54,3% e 62,3% em “boa/muito boa”), sem padrão etário robusto. Também aqui, a leitura agregada é coerente com a maior aceitação da opção tecnocrática em relação às alternativas mais autoritárias.
- **Escolaridade:** verifica-se a clivagem mais consistente e estatisticamente significativa. Na avaliação da democracia, há um claro gradiente educacional. A avaliação “boa/muito boa” aumenta de 88,7% (sem escolaridade) para 93,9% (básico), 95,6% (secundário) e 98,9% (superior), o que indica um aumento da categoria “muito boa” à medida que a escolaridade aumenta. No índice de formas não democráticas, as diferenças também são significativas, mas com um padrão menos linear. A avaliação positiva agregada é mais elevada nos níveis intermédios (58,4% no básico e 60,5% no secundário) e menor nos extremos (47,2% sem escolaridade; 49,3% no superior). Em todo o caso, a abertura captada no índice deve ser interpretada sobretudo à luz da aceitação relativa do “governo de especialistas”.
- **Rendimento do agregado familiar:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação do sistema democrático é muito positiva em todos os grupos, embora o grupo “confortável” apresente, de forma descritiva, maior avaliação negativa agregada (10,5%) do que os restantes (3,4%-5,4%). No índice de formas não democráticas, verifica-se maior heterogeneidade, com o grupo “muito difícil” a revelar maior peso de avaliações negativas (56% em “má/muito má”), enquanto os restantes grupos apresentam maiorias agregadas em “boa/muito boa” (entre 55,3% e 61,2%), sem gradiente linear.
- **Habitat:** para a democracia, não se observam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação “boa/muito boa” permanece muito elevada em todos os contextos (entre 94,3% e 97,1%). Já no índice de formas não democráticas, observam-se diferenças estatisticamente significativas e uma clivagem territorial marcada. Na zona rural/aldeia, predomina a rejeição (apenas 21,3% “boa/muito boa”), enquanto em vila pequena/média, subúrbios e grande vila/cidade, a aceitação agregada é maioritária (56,0% a 65,9% “boa/muito boa”), coexistindo, ainda assim, com uma parcela relevante de avaliações negativas. Tal como nas restantes análises, a abertura agregada é compatível com a maior aceitação da solução tecnocrática.

Em suma, a população portuguesa avalia de forma amplamente favorável a democracia como forma de governo desejável para Portugal, com avaliação negativa residual e uma proporção expressiva de classificação “muito boa”. Ainda assim, as alternativas não democráticas não são unanimemente rejeitadas. A solução tecnocrática regista maior aceitação. Já a hipótese de um líder forte divide opiniões e o governo das Forças Armadas é predominantemente rejeitado. As diferenças sociodemográficas são, em geral, reduzidas nas variáveis sexo e idade e não significativas no rendimento. Já a escolaridade destaca-se como o fator mais consistentemente associado à valorização do sistema democrático. No índice agregado, a “abertura” a formas não democráticas deve ser interpretada sobretudo como abertura a soluções tecnocráticas, coexistindo com maior rejeição às alternativas mais claramente autoritárias.

Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A **satisfação com o funcionamento da democracia** incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte **questão**:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: "Muito satisfeito", "Satisfeito", "Pouco satisfeito", "Nada satisfeito".

A satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, entre a população portuguesa, revela um perfil global maioritariamente positivo, embora exista um segmento social relevante de insatisfação. Em termos globais, 55,7% dos inquiridos declaram estar "satisfeitos" e 9,1% "muito satisfeitos", enquanto 24,7% se posicionam como "pouco satisfeitos" e 7,5% como "nada satisfeitos". A agregação de categorias confirma esta configuração: 64,8% situam-se em "satisfeito/muito satisfeito", face a 32,2% em "pouco/nada satisfeito" (3% "não sabe/não responde"). Assim, apesar de predominar a avaliação favorável do desempenho concreto da democracia, a expressão de insatisfação mantém-se substantiva, sugerindo um apoio específico relativamente elevado, mas com tensões visíveis.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- **Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A satisfação agregada é maioritária em ambos os sexos (65,4% entre os homens; 68% entre as mulheres), com diferenças descritivas pequenas. A insatisfação agregada é ligeiramente superior entre os homens (34,7%) do que entre as mulheres (32%). Em termos de intensidade, os homens apresentam uma proporção ligeiramente maior de "muito satisfeito" (10,2%), enquanto as mulheres se concentram mais na categoria "satisfeito" (59,3%), sem configurar uma clivagem substantiva por sexo.
- **Idade:** não se registam diferenças estatisticamente significativas. A satisfação agregada mantém-se estável em todas as faixas etárias, variando num intervalo reduzido entre 65% (35-64 anos) e 69,4% (65 ou mais anos). Em termos descritivos, o grupo dos 35-64 anos apresenta a maior insatisfação agregada (35,1%), enquanto os 65 ou mais apresentam a menor (30,6%) e a maior proporção em "satisfeito" (62,2%). Ainda assim, o padrão geral permanece predominantemente favorável em todos os escalões.
- **Escolaridade:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A satisfação agregada é maioritária em todos os níveis de escolaridade, variando entre 62% (ensino superior) e 68,6% (ensino básico), com valores intermédios nos restantes grupos (63,6% sem escolaridade; 66% no secundário). Em termos descritivos, o ensino superior apresenta maior insatisfação agregada (38,1%), sobretudo devido ao maior peso de "pouco satisfeito" (32,4%), enquanto o ensino básico regista o perfil mais favorável (31,4% de insatisfação agregada).
- **Rendimento do agregado familiar:** observam-se diferenças estatisticamente significativas, o que evidencia um padrão socioeconómico claro. A satisfação agregada aumenta das situações mais difíceis para as mais confortáveis: 58,7% no grupo "muito difícil", 62,2% no grupo "difícil", atingindo 71,9% no grupo "razoável" e

mantendo-se elevada no grupo “confortável” (70,5%). Em paralelo, a insatisfação agregada é mais elevada no grupo “muito difícil” (41,4%) e reduz-se de forma marcada nos grupos “razoável” (28,1%) e “confortável” (29,6%). Este padrão indica que a avaliação do funcionamento concreto da democracia é sensível às condições económicas percecionadas.

- *Habitat*: observam-se diferenças estatisticamente significativas e uma clivagem territorial marcada. Na zona rural/aldeia, predomina a insatisfação agregada (60,8%), com apenas 39,2% em satisfação agregada, o que reflete, sobretudo, a elevada concentração em “pouco satisfeito” (59,4%). Em contraste, os restantes *habitats* apresentam maiorias claras de satisfação agregada: 72% na vila pequena/média (o perfil mais favorável), 63% no subúrbio de grande vila/cidade e 68,8% na grande vila/cidade. Assim, a zona rural/aldeia destaca-se como o contexto em que a avaliação do funcionamento da democracia é claramente menos favorável.

Em suma, a satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal é maioritária entre a população portuguesa, mas coexiste com cerca de um terço de avaliações negativas, o que aponta para um apoio específico significativo, porém não isento de fragilidades. As diferenças sociodemográficas são, em geral, pequenas e não significativas quanto ao sexo, à idade e à escolaridade. Em contraste, rendimento e *habitat* surgem como os principais eixos de diferenciação, com níveis de satisfação mais baixos entre quem reporta maiores dificuldades económicas e na zona rural/aldeia, e níveis mais elevados entre quem refere viver “razoavelmente/confortavelmente” e nos contextos urbanos e, sobretudo, na vila pequena/média.

Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte **questão**:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

A confiança nas instituições políticas portuguesas apresenta um perfil global moderado e claramente diferenciado por instituição, combinando maior confiança nas instituições de chefia de Estado e de proximidade territorial com níveis mais baixos nas instituições centrais da governação e da competição partidária. Em termos globais, destaca-se um padrão de confiança predominantemente intermédio, com o Presidente da República a concentrar os valores mais elevados de confiança agregada, seguido pelas instituições locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e, num patamar intermédio, pela Assembleia da República. Em contraste, o Governo e,

sobretudo, os Partidos Políticos surgem como as instituições com níveis mais baixos de confiança, com predominância da desconfiança. Os tribunais ocupam uma posição próxima do equilíbrio, mas com predominância da desconfiança, o que sugere uma avaliação menos consensual em relação a esta instituição.

O índice de confiança institucional reforça esta leitura. A maior parte dos inquiridos situa-se na categoria de confiança intermédia, coexistindo com uma parcela substantiva de baixa confiança e uma minoria residual de confiança elevada. Assim, quando consideradas em conjunto, as instituições políticas revelam um apoio específico real, mas marcado por um criticismo institucional relevante.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- **Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. As distribuições são praticamente idênticas: em ambos os sexos predomina a confiança intermédia, coexistindo com uma proporção expressiva de baixa confiança. As diferenças descritivas são marginais e não configuram clivagem substantiva.
- **Idade:** não se registam diferenças estatisticamente significativas. A confiança agregada é maioritária em todos os grupos etários, com variações descritivas moderadas. O grupo de 35-64 anos apresenta um perfil relativamente menos favorável (menor confiança agregada e maior desconfiança agregada), enquanto os 16-24 anos registam o valor mais elevado de confiança agregada. Ainda assim, o padrão geral mantém-se semelhante entre os escalões etários.
- **Escolaridade:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A confiança é maioritária em todos os níveis de ensino, com diferenças descritivas moderadas. O ensino superior tende a apresentar um perfil relativamente mais favorável (maior confiança agregada e menor desconfiança agregada), enquanto o ensino básico evidencia maior peso relativo de baixa confiança, sem que isso se traduza numa clivagem robusta.
- **Rendimento do agregado familiar:** verifica-se a clivagem mais consistente e estatisticamente significativa. Os grupos em situação económica mais vulnerável (“muito difícil” e “difícil”) apresentam níveis mais elevados de desconfiança e uma confiança agregada mais baixa. Em contraste, os grupos que vivem “razoavelmente” ou “confortavelmente” revelam níveis substancialmente mais elevados de confiança institucional e menor desconfiança. Este resultado sugere que a confiança institucional é sensível às condições económicas percecionadas.
- **Habitat:** não se registam diferenças estatisticamente significativas, embora existam contrastes descritivos relevantes. A zona rural/aldeia apresenta menor confiança agregada e maior desconfiança agregada, enquanto os contextos urbano e suburbano exibem valores mais elevados de confiança institucional. Ainda assim, a ausência de significância estatística indica que esta clivagem territorial não é robusta.

Em suma, a confiança nas instituições políticas em Portugal é heterogénea: mais elevada no Presidente da República e nas instituições locais, mais próxima do equilíbrio na Assembleia e nos Tribunais (com inclinação negativa neste último caso) e claramente mais baixa no Governo e, sobretudo, nos Partidos Políticos. Do ponto de vista sociodemográfico, as diferenças são, em geral, reduzidas e não significativas para sexo, idade, escolaridade e habitat. O rendimento do agregado familiar destaca-se como o fator mais claramente associado à confiança institucional, evidenciando um padrão no qual maiores dificuldades económicas correspondem a menor confiança e maior desconfiança nas instituições políticas.

Síntese dos principais resultados: **Jovens**

Apoio difuso à democracia enquanto regime político

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida aceitam e apoiam estruturalmente a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto. O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte **questão**:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

O apoio difuso à democracia entre os jovens portugueses apresenta um perfil global muito elevado, com clara predominância da concordância com a ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime. Em termos globais, 45,7% dos inquiridos declaram “concorda totalmente” e 41,1% “concorda”, enquanto 7,9% respondem “não concorda nem discorda” e apenas 2,2% se posicionam em discordância (“discorda/discorda totalmente”). A agregação de categorias confirma esta configuração, visto que 86,8% se situam em “concorda/concorda totalmente”, 7,9% em “não concorda nem discorda” e 2,2% em “discorda/discorda totalmente” (3,1% “não sabe/não responde”). Assim, a rejeição explícita da democracia é minoritária e a adesão ao ideal democrático manifesta-se amplamente, incluindo uma componente expressiva de concordância total.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- Sexo: não se observam diferenças estatisticamente significativas. A concordância agregada é muito elevada em ambos os sexos (masculino 88,9%; feminino

90,4%), com variações descritivas marginais. Os jovens do sexo masculino apresentam ligeiramente mais respostas neutras (8,9%) do que as jovens do sexo feminino (7,3%), enquanto a discordância agregada é praticamente idêntica (2,2% e 2,3%, respetivamente).

- Idade: não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de 16-24 e 25-34 anos. A concordância agregada é praticamente idêntica (89,4% e 89,7%). Em termos descritivos, o grupo de 25-34 anos apresenta ligeiramente mais discordância agregada (2,8%) do que o grupo de 16-24 anos (1,6%), mantendo-se, contudo, residual.
- Escolaridade: registam-se diferenças estatisticamente significativas, sugerindo variação do apoio com o nível de ensino. A concordância agregada é elevada em todos os níveis, mas atinge o valor mais alto no ensino superior (93,7%), em comparação com o ensino básico (89,1%) e o ensino secundário (88%). O padrão diferencia-se sobretudo pela intensidade, visto que a concordância total aumenta de 31,2% (básico) para 51,5% (secundário) e 56,6% (superior), enquanto a neutralidade diminui de 10,3% para 8,6% e 4,7%, respetivamente.
- Rendimento do agregado familiar: observam-se diferenças estatisticamente significativas, indicando variações relevantes na estrutura do apoio. A concordância agregada mantém-se elevada em todos os grupos (entre 87,2% e 90,8%), mas há diferenças na intensidade e na discordância. No grupo “muito difícil”, a concordância total é bastante mais baixa (18,7%) e a concordância simples muito elevada (68,5%). Já no grupo “confortável”, a concordância total é a mais elevada (55,5%) e a discordância agregada também é a mais alta (8,5%).
- *Habitat*: não se registam diferenças estatisticamente significativas. A concordância agregada mantém-se elevada em todos os tipos de *habitat*: 91,7% na zona rural/aldeia, 92,1% na vila pequena/média, 92,4% nos subúrbios de grande vila/cidade e 88,5% na grande vila/cidade. Em termos descritivos, destaca-se a maior concordância total na zona rural/aldeia (65,8%) e a maior neutralidade na grande vila/cidade (9,6%), mantendo-se sempre níveis baixos de discordância.

Em suma, o apoio difuso à democracia entre os jovens portugueses caracteriza-se por um nível muito elevado de adesão normativa, com discordância residual e uma proporção expressiva de concordância total. As diferenças sociodemográficas são, na maioria dos casos, pequenas e não estatisticamente significativas em relação ao sexo, à idade e ao *habitat*. A escolaridade e o rendimento do agregado familiar destacam-se como as variáveis associadas de forma estatisticamente significativa ao apoio difuso à democracia entre os jovens, refletindo sobretudo diferenças na intensidade da concordância e, em menor grau, na expressão de neutralidade e discordância.

Apio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte **questão**:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;*
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;*
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;*
- Serem as Forças Armadas a governar o país.*

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

A avaliação do apoio a diferentes formas de governo entre os jovens portugueses mostra uma valorização muito elevada do sistema democrático, claramente dominante em relação às alternativas não democráticas. Em termos globais, 90,7% dos inquiridos consideram “boa/muito boa” a adoção de um sistema democrático em Portugal (incluindo 52,1% que a classificam como “muito boa”), enquanto a avaliação negativa é residual (3,5% em “má/muito má”). Já nas alternativas não democráticas observa-se um padrão mais heterogéneo. A opção de um líder forte divide os jovens (41,5% “boa/muito boa” e 45,7% “má/muito má”). A solução de um governo de especialistas é a que obtém a maior aceitação entre as formas não democráticas (58% “boa/muito boa”). O governo das Forças Armadas é maioritariamente rejeitado (48,4% “má/muito má”, face a 28,3% “boa/muito boa”), com uma proporção elevada de “não sabe/não responde” (23,2%). O índice de apoio a formas não democráticas concentra-se sobretudo na categoria “Boa” (54,5%), com 3,6% em “muito boa”, 28,3% em “má” e 13,6% em “muito má”. Contudo, importa sublinhar que esta abertura, agregada a formas de governo não democráticas, é, em grande medida, impulsionada pela avaliação relativamente favorável da alternativa tecnocrática. Em contraste, as opções mais claramente autoritárias tendem a ser mais rejeitadas.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação do sistema democrático é muito positiva em ambos os sexos (96,3% “boa/muito boa” entre os jovens do sexo masculino e 96,1% entre as jovens do sexo feminino). No índice de formas não democráticas, as distribuições também são próximas (56,9% “boa/muito boa” entre os homens e 59,3% entre as mulheres), com variações descritivas marginais e sem clivagem substantiva. A abertura observada no índice reflete, sobretudo, a aceitação relativa da solução tecnocrática.

- **Idade:** não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de 16-24 e 25-34 anos. A avaliação do sistema democrático é muito elevada em ambos (96,3% e 96,1% em “boa/muito boa”, respetivamente), com níveis residuais de avaliação negativa. No índice de formas não democráticas, a avaliação positiva agregada é maior entre os 16-24 anos (62,3% “boa/muito boa”) do que entre os 25-34 anos (54,3%), embora sem um padrão robusto. Também aqui, a leitura agregada é coerente com a maior aceitação da opção tecnocrática em relação às alternativas mais autoritárias.
- **Escolaridade:** verificam-se diferenças estatisticamente significativas. Na avaliação da democracia, observa-se uma intensificação do apoio com a escolaridade, expressa no aumento da categoria “muito boa” (44,2% no ensino básico; 56,8% no secundário; 64,7% no superior), mantendo-se a avaliação positiva agregada muito elevada em todos os níveis (97,3%; 95,2%; 96,8%, respetivamente). No índice de formas não democráticas, observa-se um gradiente inverso. A avaliação positiva agregada diminui com a escolaridade (64,9% no básico; 58,6% no secundário; 49,0% no superior), enquanto as avaliações negativas aumentam (35,1%; 41,3%; 51,1%, respetivamente). Em todo o caso, a abertura captada no índice deve ser interpretada sobretudo à luz da aceitação relativa do “governo de especialistas”.
- **Rendimento do agregado familiar:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação do sistema democrático é muito positiva em todos os grupos, embora o grupo “confortável” apresente, descritivamente, maior avaliação negativa agregada (10,9%) do que os restantes (1,3%-4,3%). No índice de formas não democráticas, verifica-se heterogeneidade descritiva, mas sem padrão linear. A avaliação positiva agregada é maioritária em todos os grupos (56% a 70,9%), com maior expressão no grupo “confortável” (70,9%), coexistindo com uma parcela relevante de avaliações negativas. Tal como nas restantes análises, a abertura agregada é compatível com a maior aceitação da solução tecnocrática.
- **Habitat:** não se registam diferenças estatisticamente significativas. A avaliação do sistema democrático é muito elevada em todos os tipos de *habitat* (91,6% a 97,4% em “boa/muito boa”), com maior peso de avaliações negativas na zona rural/aldeia (8,3%) e menor na vila pequena/média (2,7%). No índice de formas não democráticas, a distribuição apresenta contrastes descritivos marcados, sobretudo no caso da zona rural/aldeia (100% em “má/muito má”), enquanto nos restantes *habitats* predomina “boa/muito boa” (57,1% a 74,3%). Ainda assim, no conjunto, não se observa uma clivagem estatisticamente significativa. A abertura agregada continua a ser compatível com a aceitação relativa da alternativa tecnocrática.

Em suma, os jovens portugueses avaliam de forma amplamente favorável a democracia como forma de governo desejável para Portugal, com avaliação negativa residual e uma proporção expressiva de classificação “muito boa”. Ainda assim, as alternativas não democráticas não são unanimemente rejeitadas. A solução tecnocrática regista maior aceitação. Já a hipótese de um líder forte divide opiniões e o governo das Forças Armadas é predominantemente rejeitado, com níveis elevados de não resposta. As diferenças sociodemográficas são, em geral, reduzidas no sexo e na idade e não significativas no rendimento e no *habitat*. Já a escolaridade destaca-se como o fator mais consistentemente associado às variações, visto que aumenta a intensidade do apoio à democracia com a escolaridade e, em paralelo, associa-se a menor abertura agregada a formas de governo não democráticas. No índice agregado, a “abertura” a formas não democráticas deve ser interpretada sobretudo como abertura a soluções tecnocráticas, coexistindo com maior rejeição das alternativas mais claramente autoritárias.

Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A **satisfação com o funcionamento da democracia** incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte **questão**:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”.

A satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal entre os jovens portugueses revela um perfil global maioritariamente positivo, ainda que com um segmento relevante de insatisfação. Em termos globais, 52,9% dos inquiridos declaram estar “satisfeitos” e 12,4% “muito satisfeitos”, enquanto 22,9% se posicionam como “pouco satisfeitos” e 8,5% como “nada satisfeitos”. A agregação de categorias confirma esta configuração: 65,3% situam-se em “satisfeito/muito satisfeito”, face a 31,4% em “pouco/nada satisfeito” (3,2% em “não sabe/não responde”). Assim, apesar de predominar uma avaliação favorável do desempenho concreto da democracia, a insatisfação mantém-se substantiva, sugerindo um apoio específico relativamente elevado, mas não isento de tensões.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- **Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A satisfação agregada é maioritária em ambos os sexos, situando-se em 66,5% entre os jovens do sexo masculino e em 68,6% entre as jovens do sexo feminino. A insatisfação agregada apresenta valores próximos entre si (33,5% e 31,5%, respetivamente). Em termos descritivos, as distribuições são muito semelhantes, sem variações que configurem uma clivagem substantiva por sexo.
- **Grupo etário:** não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (16-24 e 25-34 anos). A satisfação agregada é praticamente equivalente (67% entre 16-24 anos e 67,9% entre 25-34 anos), assim como a insatisfação agregada (33% e 32,1%). Em termos descritivos, observa-se apenas uma ligeira maior incidência de “muito satisfeito” entre os 16-24 anos (13,5%) e de “nada satisfeito” entre os 25-34 anos (9,6%), sem impacto no padrão global.
- **Escolaridade:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A satisfação agregada mantém-se praticamente constante nos três níveis de ensino (67,7% no básico; 67,4% no secundário; 67,4% no superior), com valores igualmente próximos na insatisfação agregada (32,3%, 32,6% e 32,6%). Ainda assim, em termos descritivos, nota-se uma recomposição interna: com o aumento da escolaridade, diminui ligeiramente o “satisfeito” (de 57,2% para 51,5%) e aumenta o “muito satisfeito” (de 10,5% para 15,9%), coexistindo com alguma variação em “pouco satisfeito”.
- **Rendimento do agregado familiar:** observam-se diferenças estatisticamente significativas, indicando que a avaliação do funcionamento da democracia varia de forma relevante conforme a condição económica percecionada. A satisfação agregada é mais baixa no grupo “muito difícil” (53,9%), aumenta no grupo “difícil”

(61,3%), atinge o valor mais elevado no grupo “razoável” (74%) e situa-se em 65,5% no grupo “confortável”. Em paralelo, a insatisfação agregada é mais elevada no grupo “muito difícil” (46,1%) e mais baixa no grupo “razoável” (26%), voltando a aumentar no grupo “confortável” (34,5%). Este padrão sugere que a satisfação é particularmente alta quando o rendimento “dá para viver razoavelmente”, enquanto a situação “muito difícil” se associa a maior insatisfação e à menor expressão de satisfação intensa (apenas 2,2% em “muito satisfeito”).

- *Habitat*: observam-se diferenças estatisticamente significativas, o que evidencia uma clivagem territorial nítida. A zona rural/aldeia destaca-se por maior insatisfação (65,7% em “nada/pouco satisfeito”) e baixa satisfação agregada (34,3%), o que reflete, sobretudo, a concentração em “pouco satisfeito” (55,5%). Em contraste, a satisfação agregada é maioritária nos restantes contextos: 64,3% na vila pequena/média, 55,5% no subúrbio de grande vila/cidade e atinge o valor mais elevado na grande vila/cidade (72%), onde a insatisfação agregada é a mais baixa (28%). Assim, os jovens em contextos urbanos, sobretudo na grande vila/cidade, apresentam avaliações mais favoráveis do funcionamento democrático do que os que residem em contextos rurais.

Em suma, a satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal é maioritária entre os jovens, mas coexiste com cerca de um terço de avaliações negativas. Isto aponta para um apoio específico significativo, embora com tensões relevantes. As diferenças sociodemográficas são, em geral, pequenas e não significativas no sexo, no grupo etário e na escolaridade, indicando um padrão relativamente homogéneo nesses eixos. Em contraste, rendimento e *habitat* surgem como os principais fatores de diferenciação: jovens em situação económica “razoável” e residentes em contextos urbanos (sobretudo grande vila/cidade) evidenciam níveis mais elevados de satisfação, enquanto a insatisfação é mais marcada entre os que reportam maior dificuldade económica e na zona rural/aldeia.

Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte **questão**:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

A confiança nas instituições políticas entre os jovens portugueses apresenta um perfil global moderado e claramente diferenciado por instituição, combinando maior confiança na chefia de Estado e nas instituições de proximidade territorial

com níveis mais baixos nas instituições mais associadas à governação e à competição partidária. Em termos globais, o Presidente da República surge como a instituição com avaliação mais favorável, seguido por um bloco de instituições locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais) e pela Assembleia da República. Em sentido inverso, o Governo e, sobretudo, os Partidos Políticos concentram os níveis mais elevados de desconfiança. Os tribunais apresentam uma posição intermédia, próxima do equilíbrio, com ligeira inclinação para a desconfiança.

O índice de confiança institucional reforça este padrão. Predomina uma confiança intermédia, coexistindo com uma proporção relevante de baixa confiança e com uma expressão residual de confiança elevada. Isto sugere um apoio específico presente, mas marcado por criticismo institucional.

No que respeita às variáveis sociodemográficas consideradas, a análise revela os seguintes padrões:

- **Sexo:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. A confiança institucional apresenta perfis muito semelhantes entre jovens do sexo masculino e feminino: em ambos predomina a confiança intermédia, coexistindo com uma parcela relevante de baixa confiança, sem clivagem substantiva por sexo.
- **Idade:** não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de 16-24 e 25-34 anos. A distribuição é praticamente idêntica em ambos os escalões, com predominância de confiança intermédia e proporções próximas de baixa confiança. Substantivamente, isto sugere estabilidade geracional no universo jovem, sem evidência de segmentação etária na confiança institucional.
- **Escolaridade:** observam-se diferenças estatisticamente significativas, indicando que a confiança institucional varia de forma relevante entre níveis de ensino. Em termos substantivos, o ensino secundário apresenta um perfil relativamente menos favorável (maior incidência de baixa confiança), enquanto o ensino básico regista a confiança agregada mais elevada. O ensino superior surge numa posição intermédia, combinando menor expressão de desconfiança mais intensa com presença relevante de baixa confiança moderada, sugerindo um padrão de criticismo persistente, ainda que não extremo.
- **Rendimento do agregado familiar:** observam-se diferenças estatisticamente significativas. Observa-se um gradiente consistente, visto que os jovens em situação económica percecionada como “muito difícil” ou “difícil” apresentam menor confiança agregada e maior peso de baixa confiança. Já os que vivem “razoavelmente” ou “confortavelmente” revelam níveis mais elevados de confiança institucional. Este resultado sugere que, entre os jovens, a confiança nas instituições é sensível às condições económicas percecionadas.
- **Habitat:** não se observam diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, em termos descritivos, a zona rural/aldeia apresenta um perfil menos favorável, com maior concentração em baixa confiança, enquanto a vila pequena/média e os contextos urbanos exibem maiorias de confiança agregada. Contudo, a ausência de significância estatística indica que estas diferenças não configuram uma clivagem territorial robusta no universo jovem.

Em suma, entre os jovens portugueses, a confiança nas instituições políticas é globalmente moderada e institucionalmente diferenciada: mais elevada na chefia de Estado e nas instituições locais, mais equilibrada na Assembleia e nos Tribunais, e mais baixa no Governo e, sobretudo, nos Partidos Políticos. Do ponto de vista socio-demográfico, as diferenças são, em geral, reduzidas e não significativas para sexo,

idade e *habitat*. Já a escolaridade e, sobretudo, o rendimento do agregado familiar destacam-se como fatores estatisticamente associados à confiança institucional, sugerindo que a confiança nas instituições políticas é particularmente sensível a recursos e condições sociais no universo jovem.

Síntese dos principais resultados: **Comparação entre população e jovens**

Apoio difuso à democracia enquanto regime político

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida aceitam e apoiam estruturalmente a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto. O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte **questão**:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens revela um padrão comum de apoio normativo muito elevado à democracia, com diferenças geracionais reduzidas. Em ambos os grupos, a democracia surge como uma referência política central, amplamente preferida em relação a alternativas não democráticas.

A grande maioria dos inquiridos concorda, ou concorda totalmente, com a afirmação de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro regime (86,8% entre os jovens e 85,7% na população). Ou seja, observa-se uma adesão largamente partilhada ao princípio democrático, com um nível de concordância praticamente equivalente nos dois segmentos. A discordância é minoritária em ambos os grupos, sendo ainda mais reduzida entre os jovens: 2,2% (1,3% “discorda” e 0,9% “discorda totalmente”), face a 3,9% na população (2,2% e 1,7%, respetivamente).

Já no que respeita à intensidade do apoio, verifica-se que a proporção que concorda totalmente é elevada em ambos os casos, embora ligeiramente superior entre os jovens (45,7%) do que na população (43,5%). A concordância simples apresenta valores semelhantes (41,1% entre os jovens e 42,2% na população), reforçando a estabilidade do padrão geral de apoio normativo à democracia.

Em suma, os dados apontam para uma continuidade geracional clara na valorização da democracia enquanto ideal político: tanto os jovens como a população apresentam níveis muito elevados de apoio difuso à democracia e uma rejeição explícita residual. Ainda assim, observa-se um sinal descritivo de diferenciação geracional, embora limitado. Os jovens registam ligeiramente mais concordância total e menos discordância, um padrão compatível com a hipótese de estabilidade e até com um possível ligeiro reforço do apoio normativo à democracia nas novas gerações.

Apoio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte **questão**:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;
- Serem as Forças Armadas a governar o país.

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens revela um padrão comum de valorização muito elevada do sistema democrático, com diferenças geracionais reduzidas. Em ambos os segmentos, a democracia é amplamente reconhecida como a forma de governo mais desejável para Portugal, apresentando níveis muito elevados de avaliação positiva e de rejeição residual.

A grande maioria dos inquiridos considera que um sistema democrático é uma solução “boa” ou “muito boa” (90,7% entre os jovens e 89,2% na população). A avaliação negativa é minoritária em ambos os grupos (3,5% entre os jovens e 4,7% na população) e a não-resposta é igualmente baixa (5,7% e 6,1%, respetivamente). No que respeita à intensidade da avaliação, verifica-se uma ligeira diferença geracional, visto que os jovens apresentam uma proporção superior de respostas “muito boa” (52,1%) em relação à população (48,2%), enquanto a categoria “boa” apresenta maior peso na população (41%) do que entre os jovens (38,6%).

Relativamente às formas não democráticas de governo, observa-se um padrão mais heterogéneo, porém globalmente semelhante entre os dois grupos. A opção por um líder forte, sem parlamento nem eleições, divide opiniões de forma semelhante. As avaliações positivas situam-se praticamente no mesmo nível (41,5% entre os jovens e 41,6% na população), enquanto as avaliações negativas são ligeiramente superio-

res (45,7% e 46,5%). A não-resposta mantém-se próxima (12,9% e 11,9%), sugerindo graus semelhantes de ambivalência face a esta alternativa.

A solução de governo de especialistas é a alternativa não democrática com maior aceitação em ambos os segmentos, com avaliações positivas muito próximas (58% entre os jovens e 57,7% na população). A rejeição é menor entre os jovens (23,2%) do que na população (25%), embora a não-resposta seja elevada em ambos os casos e ligeiramente superior entre os jovens (18,8% face a 17,2%), o que indica alguma hesitação ou menor disposição para se posicionar.

Já a hipótese de as Forças Armadas governarem o país é predominantemente rejeitada em ambos os grupos. A avaliação negativa é elevada (48,4% entre os jovens e 51,1% na população) e a avaliação positiva é minoritária (28,3% e 30,4%). Neste item, destaca-se uma diferença geracional, visto que a não-resposta é substancialmente superior entre os jovens (23,2%) em comparação com a população (18,5%), sugerindo maior reserva e/ou menor disponibilidade para avaliar explicitamente esta alternativa.

Em suma, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara. Tanto a população como os jovens avaliam muito positivamente o sistema democrático e rejeitam, de forma residual, essa forma de governo. Em ambos os grupos, coexistem também disposições de abertura, sobretudo moderada, a alternativas não democráticas, mais acentuadas no caso do governo de especialistas e, em menor grau, no caso do líder forte. Já o governo das Forças Armadas é predominantemente rejeitado. Ainda assim, observa-se um sinal descritivo de diferenciação geracional, embora limitado. Os jovens mostram maior intensidade na avaliação muito positiva do sistema democrático e menor expressão de apoio mais intenso a formas não democráticas, ao mesmo tempo que registam maior ausência de resposta na avaliação do governo das Forças Armadas.

Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A satisfação com o funcionamento da democracia incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte **questão**:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens revela um padrão comum de avaliação maioritariamente positiva do funcionamento da democracia em Portugal, com diferenças geracionais reduzidas. Em ambos os segmentos, a maioria declara estar satisfeita com o modo como a democracia funciona na prática, o que sugere níveis relativamente elevados de apoio específico.

A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) apresenta valores muito próximos entre os dois grupos: 64,8% na população e 65,3% entre os jovens. Em paralelo, a insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) é praticamente equivalente (32,2%

na população e 31,4% entre os jovens). A não-resposta é residual e semelhante (3% e 3,2%, respetivamente), o que indica uma elevada propensão para avaliar o tema.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, observa-se que a satisfação concentra-se sobretudo na categoria “satisfeito” em ambos os grupos, embora com valores ligeiramente mais altos na população (55,7%) do que entre os jovens (52,9%). Por outro lado, a categoria “muito satisfeito” apresenta maior expressão entre os jovens (12,4%) do que na população (9,1%), sugerindo uma intensidade de satisfação ligeiramente superior no universo jovem, apesar de a satisfação global ser praticamente idêntica.

Do lado da insatisfação, os jovens apresentam uma proporção ligeiramente mais elevada de “nada satisfeito” (8,5%) do que a população (7,5%), mas uma proporção inferior de “pouco satisfeito” (22,9% face a 24,7%). Ou seja, as diferenças são pequenas e traduzem, sobretudo, uma recomposição interna. Entre os jovens, observa-se simultaneamente um ligeiro aumento da satisfação intensa (“muito satisfeito”) e uma ligeira subida do extremo negativo (“nada satisfeito”). Já na população, a insatisfação concentra-se um pouco mais no “pouco satisfeito”.

Em suma, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara: tanto a população como os jovens avaliam de forma maioritariamente favorável o funcionamento da democracia em Portugal, coexistindo, contudo, com um segmento social relevante (cerca de um terço) que expressa insatisfação. As diferenças entre os grupos são descritivamente reduzidas, destacando-se apenas que os jovens apresentam uma proporção ligeiramente superior de “muito satisfeito” e outra ligeiramente superior de “nada satisfeito”, sem alterar o padrão global de predominância da satisfação agregada.

Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte **questão**:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens evidencia um padrão global muito semelhante de confiança nas instituições políticas, com diferenças geracionais reduzidas e uma hierarquia institucional praticamente idêntica entre os dois grupos.

No índice global de confiança institucional, observa-se uma configuração de convergência. Em ambos os segmentos predomina a confiança intermédia, coexistindo com uma parcela relevante de baixa confiança e com confiança intensa residual. Ainda assim, os jovens apresentam um perfil ligeiramente mais favorável no plano agregado, com maior concentração na categoria intermédia (58,1% vs. 53,6%) e menor expressão de baixa confiança (29,6% vs. 33,2%). A proporção na categoria de ausência de confiança é idêntica (11% em ambos), sugerindo que as diferenças não assentam numa maior “desconfiança estrutural” dos jovens, mas sim em pequenas deslocções internas dentro de um padrão global comum.

Ao nível das instituições individuais, a ordenação é muito estável e reproduz o mesmo padrão em ambos os grupos. A confiança é mais elevada no Presidente da República e nas instituições locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), assume valores intermédios na Assembleia da República e nos Tribunais, e é mais baixa no Governo e, sobretudo, nos Partidos Políticos. Assim, tanto na população como entre os jovens, a confiança tende a concentrar-se nas instituições percecionadas como menos diretamente ligadas à competição partidária, sendo mais frágil no núcleo da governação e da disputa político-partidária.

As diferenças geracionais, quando existem, são sobretudo descritivas e pequenas, mas apontam de forma consistente para um padrão em que os jovens revelam ligeiramente mais confiança (e, em paralelo, ligeiramente menos desconfiança) em praticamente todas as instituições. Este traço observa-se no Presidente da República, nas instituições locais e na Assembleia. Nos tribunais, esta diferença é particularmente clara no que diz respeito ao posicionamento relativo. Enquanto na população a desconfiança supera ligeiramente a confiança, entre os jovens verifica-se uma inclinação inversa, aproximando a instituição de um perfil mais equilibrado e ligeiramente mais favorável.

Apesar destas nuances, o traço mais marcante permanece comum a ambos os grupos. Os Partidos Políticos continuam a ser a instituição com menor confiança e maior prevalência de avaliações negativas, enquanto o Governo permanece entre as instituições com perfil mais crítico. Ou seja, a clivagem central não é geracional, mas institucional, refletindo uma confiança mais robusta na chefia de Estado e no poder local e uma confiança mais frágil nos atores e instituições centrais da competição política.

Em suma, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara. População e jovens partilham uma estrutura de confiança institucional muito semelhante, sendo mais elevada na chefia de Estado e nas instituições locais, intermédia no parlamento e nos tribunais, e mais baixa no governo e, sobretudo, nos partidos políticos. As diferenças geracionais, quando existem, são pequenas e consistentes, sugerindo que os jovens exibem ligeiramente mais confiança e ligeiramente menos desconfiança em relação à generalidade das instituições. O índice global confirma um padrão de confiança predominantemente moderada, acompanhado de um ceticismo institucional relevante em ambos os segmentos.

50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Capítulo 1

Atitudes da população face à democracia e às instituições políticas

Neste capítulo são apresentados e analisados de forma desenvolvida os resultados relativos às atitudes da população face à democracia e às instituições políticas em quatro domínios: (1) Apoio difuso à democracia enquanto regime político; (2) Apoio a diferentes formas de governo para Portugal; (3) Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal; (4) Confiança nas instituições políticas portuguesas.

1. Apoio difuso à democracia enquanto regime político

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida aceitam e apoiam estruturalmente a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto.

O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte **questão**:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

Para fins analíticos e de apresentação dos resultados, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram ainda agregadas em uma única categoria, que representa concordância com a afirmação. Por outro lado, as opções “discorda” e “discorda totalmente” foram igualmente agrupadas numa única categoria indicativa de discordância.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

1.1 Análise global

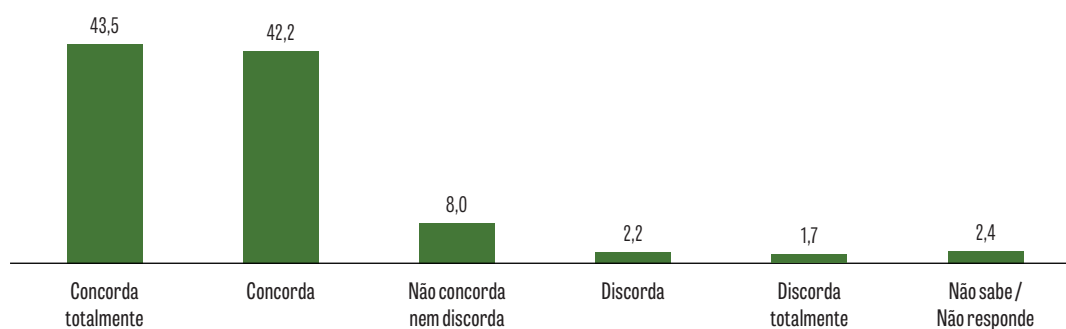
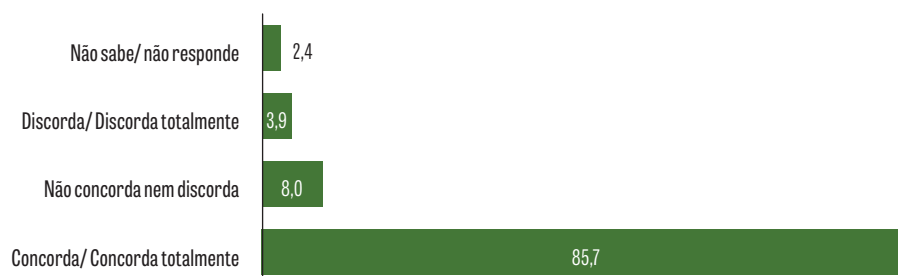
A população portuguesa evidencia um apoio normativo muito elevado à democracia enquanto regime político: 85,7% dos inquiridos concordam ou concordam totalmente que, apesar dos seus defeitos, a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime. Este valor indica uma forte preferência normativa pela democracia entre a população, sugerindo que a adesão ao princípio democrático é amplamente partilhada.

A discordância expressa é reduzida, limitada a 3,9% dos inquiridos, o que indica que a rejeição explícita da democracia enquanto ideal normativo é minoritária no contexto português. A proporção de indivíduos que adotam uma posição intermédia (“não concorda nem discorda”) é igualmente limitada (8%), o que sugere que a maioria dos inquiridos tende a posicionar-se de forma clara em relação à afirmação apresentada.

Importa sublinhar, ainda, que 43,5% dos cidadãos declaram concordar totalmente com a deseabilidade da democracia em relação a qualquer outra alternativa. Este resultado evidencia não apenas concordância, mas também maior intensidade de apoio normativo, o que traduz uma adesão mais firme ao princípio democrático.

A agregação de categorias confirma esta configuração, visto que 85,7% se situam na categoria de concordância (concorda/concorda totalmente), enquanto 3,9% se posicionam na categoria de discordância (discorda/discorda totalmente). A percentagem que assume uma posição de neutralidade (“não concorda nem discorda”) é de 8%, e a não-resposta (2,4%) permanece residual.

Em síntese, os resultados permitem concluir que a democracia, enquanto regime político, é amplamente valorizada na sociedade portuguesa, constituindo-se como uma referência normativa central. A oposição explícita à democracia é minoritária e a adesão manifesta-se em níveis elevados, incluindo uma componente expressiva de concordância total. Isto indica a prevalência, em Portugal, de um apoio normativo intenso ao ideal democrático.

Gráfico 1 Apoio difuso à democracia (em %) – População**Gráfico 2** Apoio difuso à democracia com categorias agregadas (em %) – População

1.2 Análise por sexo

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o sexo, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças entre homens e mulheres quanto ao grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por sexo, não revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, evidenciando um padrão amplamente convergente, com níveis muito elevados de concordância em ambos os grupos. Entre os homens, 44,1% declaram concordar totalmente e 44,7% concordam com a ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político. Já entre as mulheres, os valores são de 44,9% e 42%, respetivamente. A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) apresenta uma expressão limitada em ambos os grupos, ainda que ligeiramente superior entre as mulheres (8,6%) em comparação com os homens (7,7%).

Nas categorias de discordância, os valores permanecem baixos em ambos os sexos. Entre os homens, 2,3% indicam “discorda” e 1,2% “discorda totalmente”. Entre as mulheres, a resposta “discorda” mantém-se em 2,3%, enquanto “discorda totalmente” é ligeiramente superior (2,1%). Em termos descritivos, observa-se uma distribuição muito próxima entre os dois grupos, com variações marginais.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma a semelhança geral. Entre os homens, 88,8% posicionam-se em “Concorda/Concorda

totalmente”, face a 7,7% em “Não concorda nem discorda” e 3,5% em “Discorda/Discorda totalmente”. Entre as mulheres, 86,9% situam-se em “Concorda/Concorda totalmente”, 8,6% em “Não concorda nem discorda” e 4,4% em “Discorda/Discorda totalmente”. No conjunto, a estrutura das respostas é muito semelhante entre os sexos, com pequenas diferenças na distribuição.

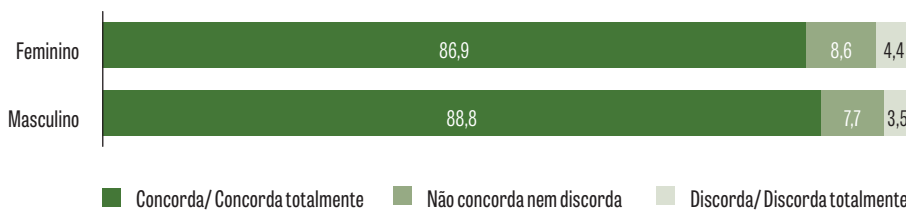
Em síntese, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas e os dados indicam uma forte convergência entre os sexos no apoio difuso à democracia. Tanto homens como mulheres expressam níveis muito elevados de concordância com a superioridade normativa do regime democrático, enquanto a discordância permanece minoritária. As pequenas variações descritivas observadas não configuram uma clivagem por sexo, mantendo-se, em ambos os grupos, um padrão global de apoio normativo muito elevado à democracia.

Gráfico 3 Apoio difuso à democracia: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,113; valor-p=0,910

Gráfico 4 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



1.3 Análise por grupo etário

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o grupo etário, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças entre gerações quanto ao grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político.

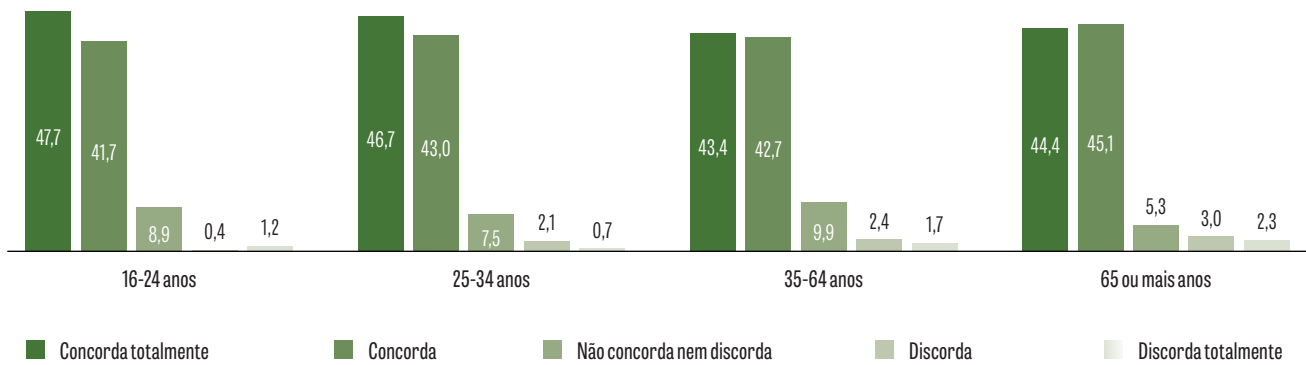
A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por grupos etários, não revela diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias, evidenciando um padrão amplamente convergente, com níveis muito elevados de concordância em todos os grupos etários. Entre os jovens de 16-24 anos, 47,7% declaram concordar totalmente e 41,7% concordam com a ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político. No grupo dos 25-34 anos, os valores são semelhantes (46,7% e 43%, respetivamente). Entre os 35 e 64 anos, observa-se uma ligeira redução da concordância total (43,4%) e da concordância simples (42,7%). Já no grupo com 65 anos ou mais, a concordância total é de 44,4% e a concordância de 45,1%. A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) apresenta uma expressão limitada em todas as faixas, embora seja mais elevada entre os 35-64 anos (9,9%) e mais baixa entre os 65 ou mais anos (5,3%).

Nas categorias de discordância, os valores permanecem baixos em todos os grupos, embora apresentem um aumento gradual com a idade. Entre os 16 e 24 anos, 0,4% indicam “discorda” e 1,2% “discorda totalmente”. Nos 25-34 anos, a discordância sobe para 2,1% e 0,7%, respetivamente. Nos 35-64 anos, registam-se 2,4% em “discorda” e 1,7% em “discorda totalmente”. Já nos 65 anos ou mais, os valores são os mais elevados, com 3% em “discorda” e 2,3% em “discorda totalmente”. Em termos descritivos, a distribuição das respostas é muito semelhante entre os grupos etários, com variações marginais, sobretudo na neutralidade e na discordância.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma a semelhança geral. Entre os 16 e 24 anos, 89,4% posicionam-se em “Concorda/Concorda totalmente”, face a 8,9% em “Não concorda nem discorda” e 1,6% em “Discorda/Discorda totalmente”. No grupo dos 25-34 anos, 89,7% situam-se em “Concorda/Concorda totalmente”, 7,5% em “Não concorda nem discorda” e 2,8% em “Discorda/Discorda totalmente”. Entre os 35 e 64 anos observa-se a menor proporção agregada de concordância (86,1%), acompanhada da maior expressão de neutralidade (9,9%) e de uma discordância agregada de 4,1%. Por fim, entre os 65 anos ou mais, 89,5% encontram-se em “Concorda/Concorda totalmente”, 5,3% em “Não concorda nem discorda” e 5,3% em “Discorda/Discorda totalmente”. No conjunto, a estrutura das respostas é muito semelhante entre as faixas etárias, com pequenas diferenças na distribuição.

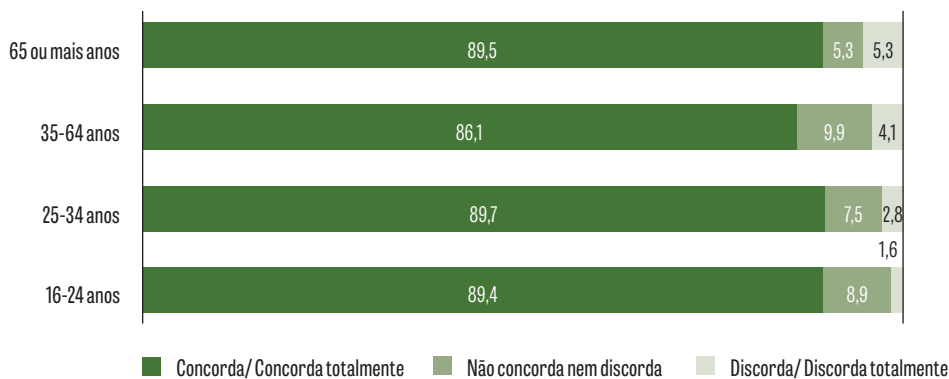
Em síntese, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas, e os dados indicam uma forte convergência entre os grupos etários no apoio difuso à democracia. Todas as faixas etárias apresentam níveis muito elevados de concordância com a superioridade normativa do regime democrático, enquanto a discordância permanece minoritária. As pequenas variações descritivas observadas, nomeadamente maior neutralidade entre os 35 e 64 anos e maior discordância agregada entre os 65 ou mais anos, não configuram uma clivagem etária robusta, mantendo-se, em todos os grupos, um padrão global de apoio normativo muito elevado à democracia.

Gráfico 5 Apoio difuso à democracia: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=1,982; gl=3; p-valor=0,576

Gráfico 6 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



1.4 Análise por escolaridade

A análise do apoio difuso à democracia, segundo a escolaridade, permite compreender se, na população portuguesa, existem diferenças significativas no grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político, consoante os níveis de ensino.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por escolaridade, revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos considerados, indicando que o grau de apoio à democracia varia de forma relevante com o nível de escolaridade.

Em termos de distribuição entre as cinco categorias de resposta, observa-se um aumento progressivo da concordância total à medida que a escolaridade aumenta. A percentagem de “concorda totalmente” passa de 38,4% entre os inquiridos sem escolaridade para 40,8% no ensino básico, 48% no ensino secundário e atinge 53,5% no ensino superior. A categoria “concorda” mantém-se elevada em todos os grupos, embora seja mais expressiva nos níveis mais baixos de escolaridade (44% em “nenhum” e 45,9% no básico) e diminua no secundário (39,7%) e no superior (39,6%). A resposta

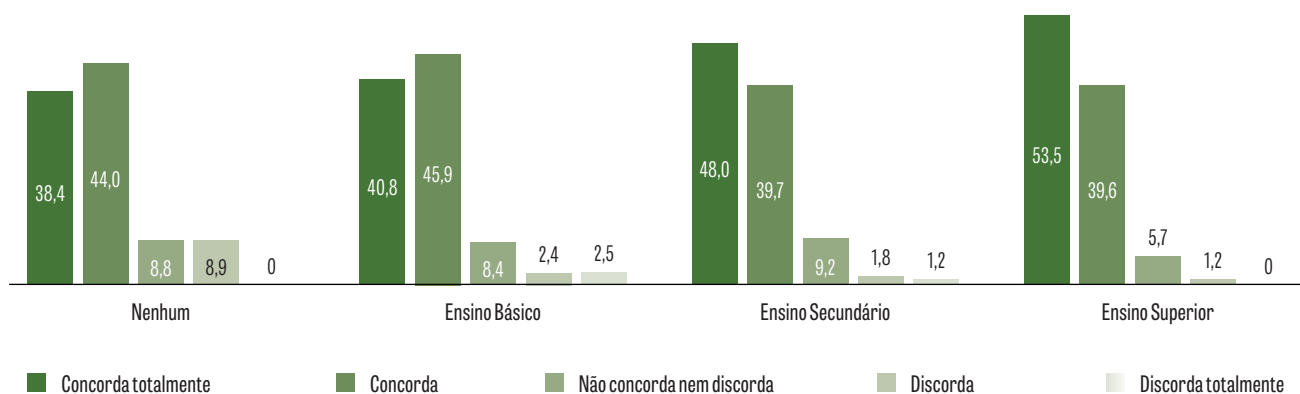
neutra (“não concorda nem discorda”) apresenta valores relativamente próximos, variando entre 8,4% e 9,2%, exceto no ensino superior, onde cai para 5,7%.

Nas categorias de discordância, verifica-se uma redução clara com o aumento da escolaridade. A percentagem da resposta “discorda” é substancialmente mais elevada entre os inquiridos sem escolaridade (8,9%), diminuindo para 2,4% no ensino básico, 1,8% no ensino secundário e 1,2% no ensino superior. A discordância total é residual, surgindo apenas no básico (2,5%) e no secundário (1,2%), e é inexistente nos extremos “nenhum” e “superior”.

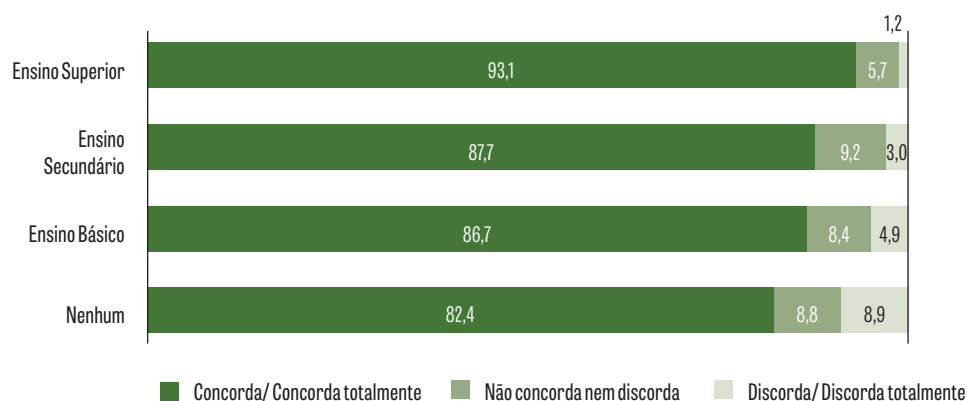
A análise com categorias agregadas confirma este padrão. A concordância agregada (“Concorda/Concorda totalmente”) aumenta de forma marcada com a escolaridade: 82,4% entre os inquiridos sem escolaridade, 86,7% no ensino básico, 87,7% no ensino secundário e 93,1% no ensino superior. Em paralelo, a discordância agregada (“Discorda/Discorda totalmente”) diminui acentuadamente de 8,9% no grupo sem escolaridade para 4,9% no básico, 3% no secundário e 1,2% no superior. A resposta neutra mantém-se relativamente estável nos três primeiros níveis de escolaridade (8,8%, 8,4% e 9,2%), mas é menos frequente no ensino superior (5,7%).

Em síntese, a escolaridade associa-se de forma estatisticamente significativa ao apoio difuso à democracia. Observa-se um gradiente educacional claro, visto que níveis mais elevados de escolaridade correspondem a maior intensidade e maior probabilidade de concordância com a superioridade normativa da democracia, com destaque para o aumento da concordância total e a redução da discordância. Este padrão sugere que a valorização do ideal democrático torna-se mais forte e mais consistente à medida que aumenta o nível de ensino.

Gráfico 7 Apoio difuso à democracia: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=19,353$; $gl=3$; $valor-p<0,001$

Gráfico 8 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – População

1.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças significativas no grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político, consoante a situação económica percebida do agregado familiar.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por rendimento, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante independentemente da condição económica do agregado.

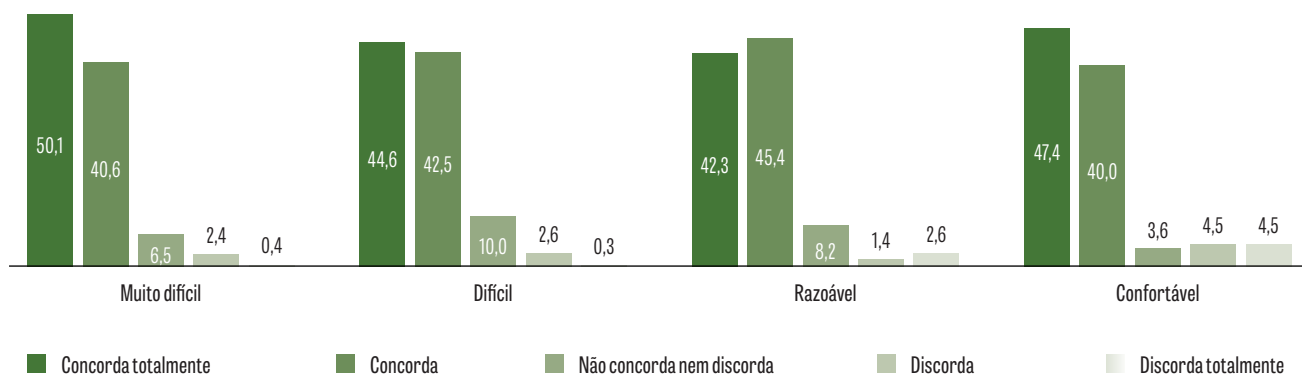
Em termos de distribuição entre as cinco categorias de resposta, observa-se que a concordância se mantém muito elevada em todas as situações de rendimento. Entre os inquiridos que referem que é muito difícil viver com o rendimento atual, 50,1% declaram “concorda totalmente” e 40,6% “concorda”. Entre os que referem que é difícil, os valores são 44,6% e 42,5%, respetivamente. Entre os agregados que vivem razoavelmente, 42,3% concordam totalmente e 45,4% concordam. Já entre os que vivem de forma confortável, 47,4% concordam totalmente e 40% concordam. A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) apresenta valores reduzidos, variando entre 3,6% (confortável) e 10% (difícil).

Nas categorias de discordância, os valores permanecem baixos, embora apresentem algumas variações descritivas. A categoria “discorda” oscila entre 1,4% (razoável) e 4,5% (confortável). Já “discorda totalmente” é residual nos dois níveis de maior dificuldade (0,4% em muito difícil e 0,3% em difícil), mas aumenta em “razoável” (2,6%) e, sobretudo, em “confortável” (4,5%). Ainda assim, estes valores permanecem minoritários no conjunto.

A análise com categorias agregadas confirma a estabilidade do padrão. A concordância agregada (“Concorda/Concorda totalmente”) é muito elevada em todos os grupos: 90,7% em “muito difícil”, 87,1% em “difícil”, 87,7% em “razoável” e 87,4% em “confortável”. A resposta neutra varia entre 3,6% e 10%. A discordância agregada (“Discorda/Discorda totalmente”) mantém-se baixa nos três primeiros grupos (2,8%, 2,9% e 4%), mas é mais elevada em “confortável” (9%), embora continue minoritária em relação à concordância.

Em síntese, os dados indicam que o apoio difuso à democracia é muito elevado, independentemente da situação do agregado familiar em relação ao rendimento, e as diferenças observadas entre grupos não são estatisticamente significativas. Apesar de algumas variações descritivas, nomeadamente uma discordância agregada mais elevada no grupo que reporta viver confortavelmente, o padrão global mantém-se dominado pela concordância quanto à superioridade normativa do regime democrático. Isto sugere que o rendimento percecionado não se associa de forma estatisticamente significativa a variações no apoio normativo à democracia.

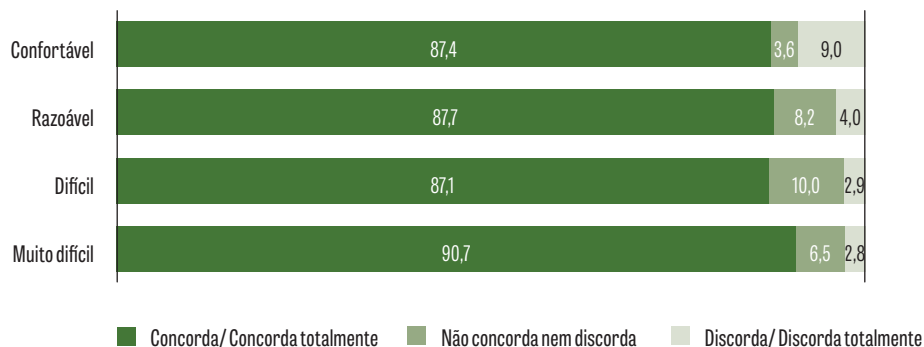
Gráfico 9 Apoio difuso à democracia: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=0,303; gl=3; valor-p=0,959

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 10 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

1.6 Análise por *habitat*

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o *habitat*, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças significativas no grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político, consoante o tipo de *habitat* onde residem os inquiridos.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por *habitat*, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em contextos rurais e urbanos. Ainda assim, o valor do teste estatístico encontra-se próximo do limiar convencional de significância, indicando a presença de variações descritivas que merecem atenção.

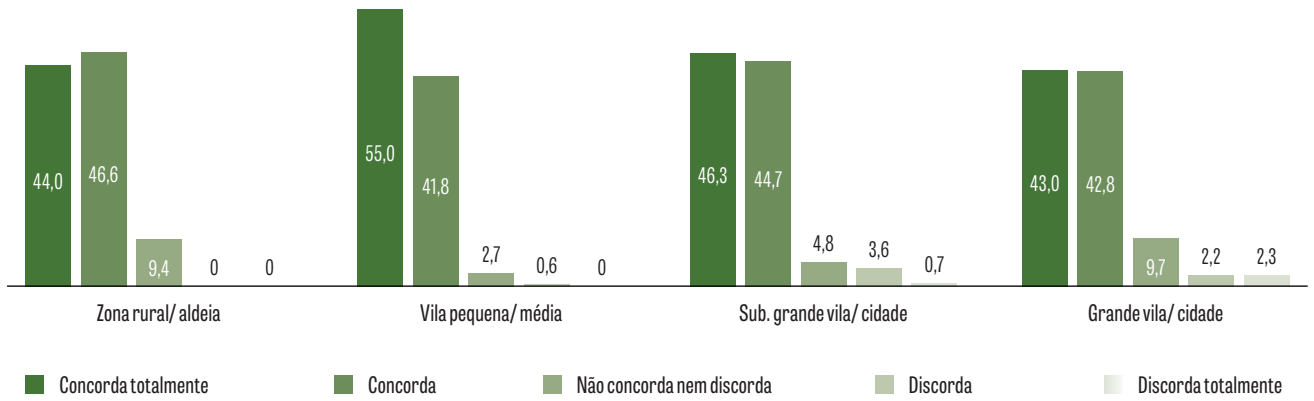
Em termos de distribuição entre as cinco categorias de resposta (excluindo “Não sabe/Não responde”), observa-se que a concordância é muito elevada em todos os tipos de *habitat*. Na zona rural/aldeia, 44% declaram “concorda totalmente” e 46,6% “concorda”. Na vila pequena/média, a concordância total atinge 55% e a concordância simples 41,8%, evidenciando um perfil de apoio particularmente intenso. Nos subúrbios de grandes vilas/cidades, 46,3% concordam totalmente e 44,7% concordam. Por fim, nas grandes vilas/cidades, 43% concordam totalmente e 42,8% concordam. A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) varia mais, sendo mais elevada nas grandes vilas/cidades (9,7%) e nas zonas rurais/aldeias (9,4%) e bastante mais baixa nas vilas pequenas/médias (2,7%).

Nas categorias de discordância, os valores permanecem reduzidos, mas apresentam diferenças descritivas entre *habitats*. Na zona rural/aldeia, não se registam respostas de discordância. Na vila pequena/média, a discordância é residual (0,6% em “discorda” e 0% em “discorda totalmente”). Já nos contextos mais urbanos, os valores são superiores. Nos subúrbios de grandes vilas/cidades, 3,6% indicam “discorda” e 0,7% “discorda totalmente”; nas grandes vilas/cidades, 2,2% “discorda” e 2,3% “discorda totalmente”.

A análise com categorias agregadas confirma estas diferenças descritivas. A concordância agregada (“Concorda/Concorda totalmente”) é muito elevada em todos os *habitats*, destacando-se a vila pequena/média com 96,8%, seguida dos subúrbios de grande vila/cidade (91%) e da zona rural/aldeia (90,6%). O valor é mais baixo na grande vila/cidade (85,8%), devido, sobretudo, a uma maior expressão conjunta de neutralidade e discordância. A resposta neutra varia entre 2,7% (vila pequena/média) e 9,7% (grande vila/cidade), enquanto a discordância agregada é inexistente na zona rural/aldeia e atinge valores próximos nos *habitats* mais urbanos (4,3% nos subúrbios de grande vila/cidade e 4,5% nas grandes vilas/cidades).

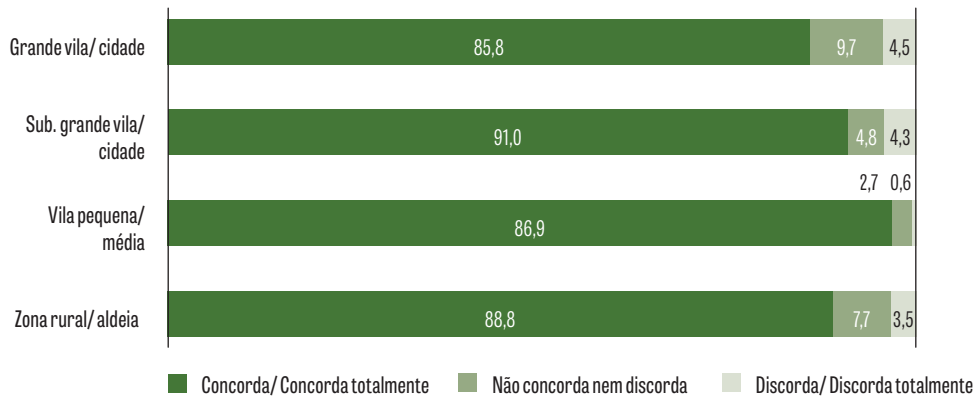
Em síntese, os dados indicam que o apoio difuso à democracia é muito elevado independentemente do *habitat*, e as diferenças observadas não são estatisticamente significativas. Ainda assim, observa-se um padrão descritivo sugestivo. Nas localidades de dimensão intermédia (vila pequena/média), a concordância quanto à superioridade normativa do regime democrático é particularmente intensa. Já nos contextos mais urbanos, observa-se maior expressão relativa de respostas neutras e de discordância, mantendo-se, contudo, a concordância claramente dominante em todos os tipos de *habitat*.

Gráfico 11 Apoio difuso à democracia: análise por *habitat* (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=6,983; gl=3; valor-p=0,072

Gráfico 12 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



2. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte questão:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;
- Serem as Forças Armadas a governar o país.

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito boa” e “Boa” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo relativo a cada forma de governo. De forma análoga, as respostas “Má” e “Muito má” foram agrupadas numa única categoria que captura um sentimento negativo quanto a cada forma de governo.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas” com valores agrupados em classes ordinais, baseado nos três indicadores não democráticos incluídos na questão: “governo de um líder forte”, “governo de especialistas” e “governo das forças armadas”. Este índice foi utilizado na análise das variáveis socio-demográficas deste capítulo. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

2.1 Análise global

A população portuguesa apresenta uma avaliação muito positiva da adoção de um sistema democrático em Portugal, visto que 89,2% dos inquiridos consideram esta opção “boa” ou “muito boa”, dos quais 48,2% a classificam como “muito boa”. Em contraste, a avaliação negativa é residual (4,7% em “má/muito má”), sugerindo que a democracia é amplamente reconhecida como a forma de governo mais desejável.

No que respeita às formas não democráticas de governo, o padrão é mais heterogéneo. A opção de um líder forte, sem parlamento nem eleições, divide a população, visto que 41,6% avaliam-na como “boa/muito boa”, enquanto 46,5% a classificam como “má/muito má”, com 11,9% de “não sabe/não responde”. Isto indica uma presença social relevante de avaliações favoráveis a uma solução de concentração de poder, embora a rejeição agregada seja ligeiramente superior.

A alternativa de um governo de especialistas (em detrimento de governantes eleitos) é, entre as opções não democráticas, a que reúne a avaliação mais positiva, visto que 57,7% a consideram “boa/muito boa”, face a 25% em “má/muito má” e 17,2% de não resposta. Este resultado sugere uma predisposição relativamente elevada para valorizar soluções tecnocráticas, ainda que acompanhada por um nível de in-

decisão/ausência de resposta mais expressivo do que no caso da forma de governo democrática.

Já a possibilidade de as Forças Armadas governarem o país é avaliada predominantemente de forma negativa, visto que 51,1% classificam-na como “má/muito má”, face a 30,4% em “boa/muito boa”, com 18,5% de “não sabe/não responde”. Trata-se, portanto, da opção com maior rejeição explícita e com um nível elevado de não resposta, indicando maior sensibilidade, reserva ou afastamento relativamente a esta alternativa.

A agregação de categorias confirma estes padrões. O sistema democrático apresenta uma avaliação positiva claramente dominante (89,2%), enquanto as alternativas não democráticas revelam níveis de aceitação distintos. A solução de líder forte apresenta um perfil dividido (41,6% positivos e 46,5% negativos). O governo de especialistas concentra maior aceitação (57,7% positivos), enquanto o governo das Forças Armadas é maioritariamente rejeitado (51,1% negativos). Em todas as formas não democráticas avaliadas, a percentagem de não sabe/não responde é substancialmente superior à observada na forma de governo democrática, sugerindo maior ambivalência e/ou menor disposição para se posicionar.

Por fim, o índice de apoio a formas de governo não democráticas, agrupado em quatro classes ordinais, revela uma concentração na categoria “Boa” (51,9%), com 5,2% em “muito boa”, enquanto 30,8% se situam em “má” e 12,1% em “muito má”. Este padrão indica que, embora a democracia seja amplamente valorizada, verifica-se também uma abertura relevante, sobretudo moderada, a soluções não democráticas quando consideradas em conjunto, coexistindo com uma parcela expressiva de rejeição. Ainda assim, importa realçar que esta leitura agregada é, em grande medida, condicionada pela avaliação relativamente favorável da alternativa de que os especialistas tomem as decisões. Assim, a abertura observada no índice reflete, sobretudo, a aceitação de soluções tecnocráticas. Já as alternativas mais claramente autoritárias, como um líder forte sem parlamento nem eleições e um governo das Forças Armadas, tendem a ser maioritariamente rejeitadas.

Em síntese, os resultados mostram que a democracia é amplamente reconhecida como a forma de governo mais desejável para Portugal, com níveis muito elevados de avaliação positiva e baixa rejeição. Contudo, as alternativas não democráticas não são unanimemente rejeitadas. A solução tecnocrática reúne aceitação considerável, a opção por um líder forte divide opiniões e o governo das Forças Armadas é predominantemente rejeitado. Em conjunto, estes resultados sugerem uma preferência robusta pela democracia, que coexiste com disposições relevantes, ainda que diferenciadas, para aceitar soluções não democráticas em segmentos da população.

Gráfico 13 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (em %) – População

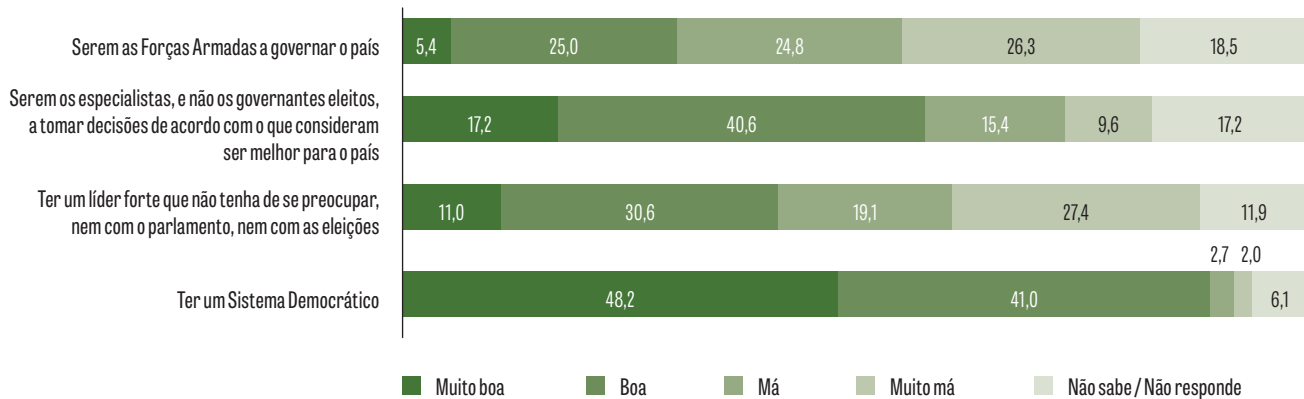


Gráfico 14 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal com categorias agregadas (em %) – População

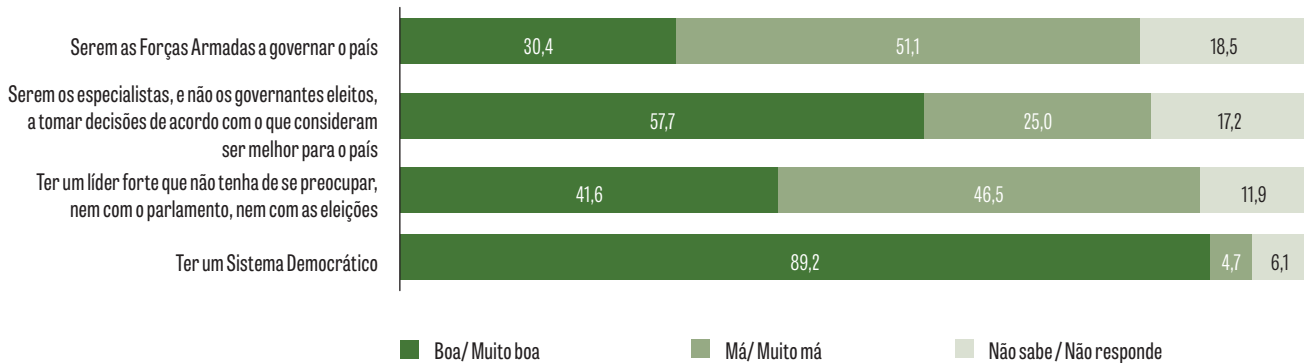


Gráfico 15 Apoio a formas de governo não democráticas para Portugal: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – População



Nota: índice composto a partir das respostas às três questões (ter um "governo de um líder forte", um "governo de especialistas" e um "governo das forças armadas") e calculado para cada inquirido, mesmo que a resposta a alguma delas tenha sido "Não sabe/Não responde". Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

2.2 Análise por sexo

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o sexo, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças entre homens e mulheres na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por sexo, não revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, entre os homens, 54,3% classificam a democracia como “muito boa” e 41,6% como “boa”, enquanto 2,4% a consideram “má” e 1,8% “muito má”. Entre as mulheres, 48,6% indicam “muito boa” e 45,6% “boa”, ao passo que 3,3% assinalam “má” e 2,4% “muito má”. Em termos descritivos, observa-se uma ligeira maior intensidade masculina na avaliação “muito boa”, enquanto as mulheres se concentram um pouco mais na categoria “boa”, mantendo, em ambos os casos, níveis muito reduzidos de avaliações negativas.

A análise com categorias agregadas confirma esta convergência quanto à forma de governo democrática. Entre os homens, 95,9% posicionam-se em “boa/muito boa”, face a 4,2% em “má/muito má”. Entre as mulheres, 94,2% situam-se em “boa/muito boa” e 5,7% em “má/muito má”. No conjunto, a avaliação positiva do sistema democrático é amplamente predominante em ambos os sexos, com diferenças marginais.

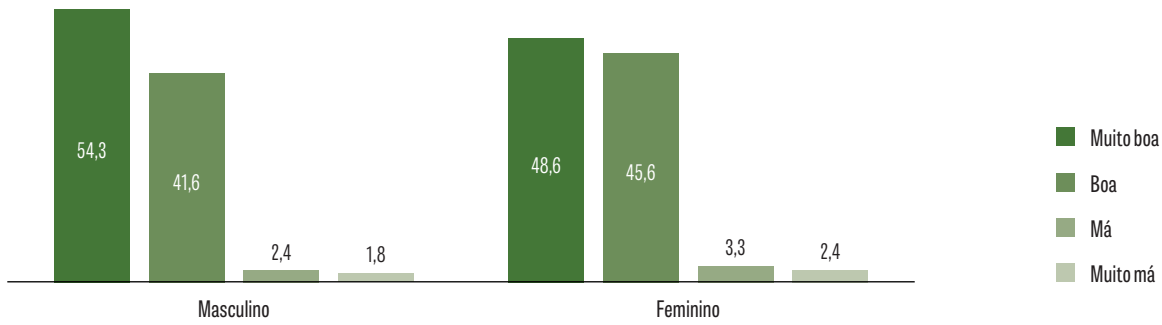
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por sexo, também não revela diferenças estatisticamente significativas, indicando distribuições semelhantes entre homens e mulheres.

Na distribuição pelas quatro categorias, entre os homens, 49,9% situam-se em “boa” e 5,9% em “muito boa”, enquanto 31,5% se encontram em “má” e 12,8% em “muito má”. Entre as mulheres, 53,7% posicionam-se em “boa” e 4,6% em “muito boa”, ao passo que 30,2% se situam em “má” e 11,5% em “muito má”. Em termos descritivos, as mulheres apresentam uma proporção ligeiramente superior na categoria “boa”, enquanto os homens apresentam ligeiramente mais respostas nas categorias “muito boa” e “má”, mas as diferenças são pequenas.

A agregação de categorias reforça esta leitura. Entre os homens, 55,8% situam-se em “boa/muito boa” e 44,3% em “má/muito má”. Entre as mulheres, 58,3% encontram-se em “boa/muito boa” e 41,7% em “má/muito má”. A estrutura de respostas é muito próxima entre os sexos, com uma ligeira maior concentração feminina na avaliação positiva agregada.

Em síntese, os dados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por sexo na avaliação do sistema democrático nem no apoio a formas de governo não democráticas. Tanto homens como mulheres avaliam de forma muito positiva o sistema democrático, com níveis residuais de avaliação negativa. Quanto às formas não democráticas, observa-se igualmente um padrão semelhante entre os sexos, com variações descritivas pequenas que não configuram uma clivagem substantiva por sexo, sendo que a abertura captada no índice reflete sobretudo a aceitação relativa da alternativa tecnocrática.

Gráfico 16 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por sexo (em %) – População



Teste de Mann-Whitney: $Z = -1,645$; valor- $p = 0,100$

Gráfico 17 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – População

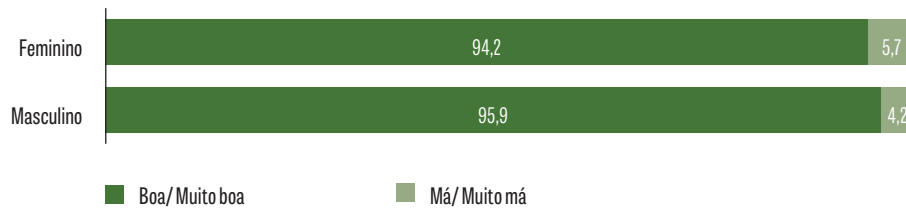
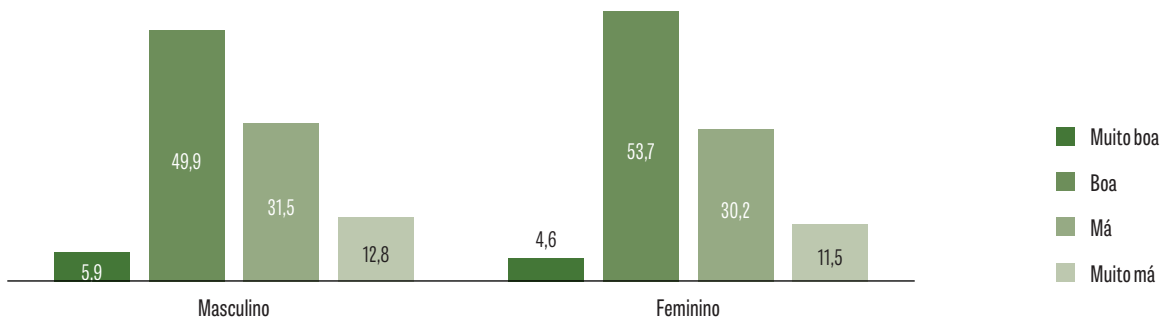


Gráfico 18 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por sexo (em %) – População



Teste de Mann-Whitney: $Z = -0,603$; valor- $p = 0,547$

Gráfico 19 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – População



2.3 Análise por grupo etário

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o grupo etário, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças entre faixas etárias na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por grupo etário, não revela diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante nos diferentes grupos.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, observa-se uma avaliação muito positiva da democracia em todos os escalões. No grupo dos 16-24 anos, 57,7% classificam a democracia como “muito boa” e 38,6% como “boa”, enquanto 1,2% a consideram “má” e 2,5% “muito má”. Entre os 25-34 anos, 53,2% indicam “muito boa” e 42,9% “boa”, com 1,4% em “má” e 2,5% em “muito má”. No grupo dos 35-64 anos, regista-se 49,5% em “muito boa” e 45,6% em “boa”, com 2,9% em “má” e 2% em “muito má”. Por fim, entre os 65 ou mais anos, 51,2% classificam como “muito boa” e 42,5% como “boa”, sendo as avaliações negativas ligeiramente mais elevadas (4,4% em “má” e 2% em “muito má”). Em termos descritivos, nota-se uma pequena redução da avaliação “muito boa” no grupo de 35-64 anos e uma maior expressão de avaliações negativas no grupo de 65 ou mais anos, mantendo-se, contudo, um padrão amplamente favorável em todos os escalões.

A análise com categorias agregadas confirma esta convergência quanto à forma de governo democrática. A proporção em “boa/muito boa” é muito elevada em todos os grupos, variando entre 96,3% (16-24 anos) e 93,7% (65 ou mais anos). Em paralelo, as avaliações negativas agregadas (“má/muito má”) mantêm-se residuais, ainda que ligeiramente mais elevadas no grupo de 65 ou mais anos (6,4%), face a valores inferiores nos restantes escalões (3,7%–4,9%).

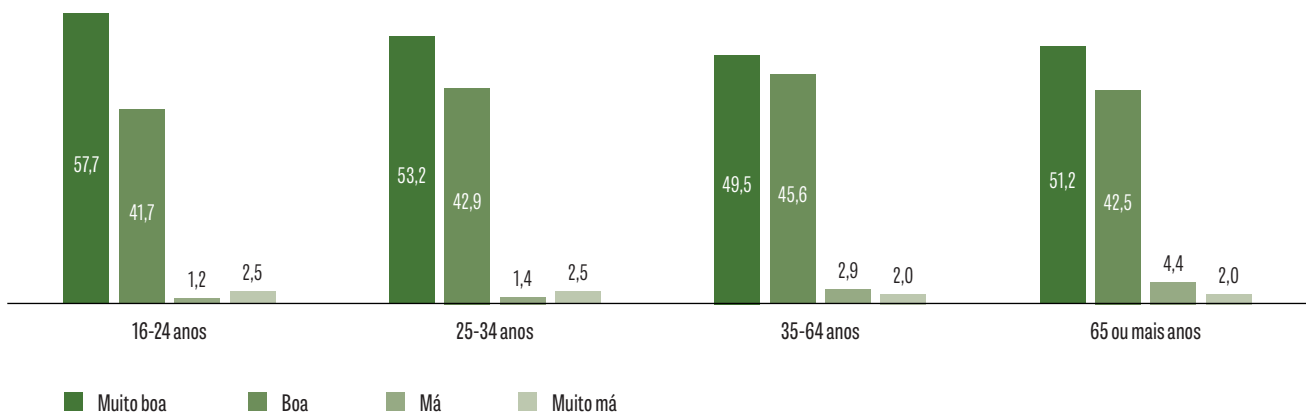
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por grupo etário, também não revela diferenças estatisticamente significativas, indicando distribuições globalmente semelhantes entre as faixas etárias.

Na distribuição pelas quatro categorias, no grupo dos 16-24 anos, 57,6% situam-se em “boa” e 4,7% em “muito boa”, enquanto 22,5% se encontram em “má” e 15,2% em “muito má”. Entre os 25-34 anos, 51,7% posicionam-se em “boa” e 2,6% em “muito boa”, ao passo que 33,4% se situam em “má” e 12,2% em “muito má”. No grupo dos 35-64 anos, 52% indicam “boa” e 4,4% “muito boa”, enquanto 32,8% indicam “má” e 10,8% “muito má”. Por fim, entre os 65 ou mais anos, 49,6% situam-se em “boa” e 8% em “muito boa”, enquanto 29,2% se encontram em “má” e 13,2% em “muito má”. Em termos descritivos, observa-se maior concentração no polo “boa” em todos os grupos, com alguma variação na intensidade: o grupo de 65 ou mais anos apresenta a proporção mais elevada de “muito boa”, enquanto os 16-24 anos registam a maior concentração em “boa”.

A agregação de categorias reforça esta leitura. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) é sempre maioritária, variando entre 62,3% (16-24 anos) e 54,3% (25-34 anos), situando-se em 56,4% no grupo de 35-64 anos e 57,6% no grupo de 65 ou mais anos. A avaliação negativa agregada (“má/muito má”) oscila entre 37,7% e 45,6%, mantendo-se minoritária na maioria dos grupos, embora relativamente mais elevada entre os 25-34 anos. No conjunto, as diferenças entre os escalões são moderadas e não configuram um padrão etário robusto.

Em síntese, os dados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários na avaliação do sistema democrático nem no índice de apoio a formas de governo não democráticas. Todos os grupos etários apresentam uma avaliação muito positiva do sistema democrático, com níveis residuais de avaliação negativa, ainda que ligeiramente mais elevados no grupo de 65 anos ou mais. Quanto às formas não democráticas, observa-se igualmente um padrão semelhante entre as faixas etárias, com predominância da categoria “boa” e uma maioria de avaliações positivas agregadas. A abertura captada no índice deve ser interpretada sobretudo como aceitação relativa da alternativa tecnocrática, coexistindo com maior rejeição das alternativas mais claramente autoritárias.

Gráfico 20 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por grupo etário (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: H=4,536; gl=3; valor-p=0,209

Gráfico 21 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – População

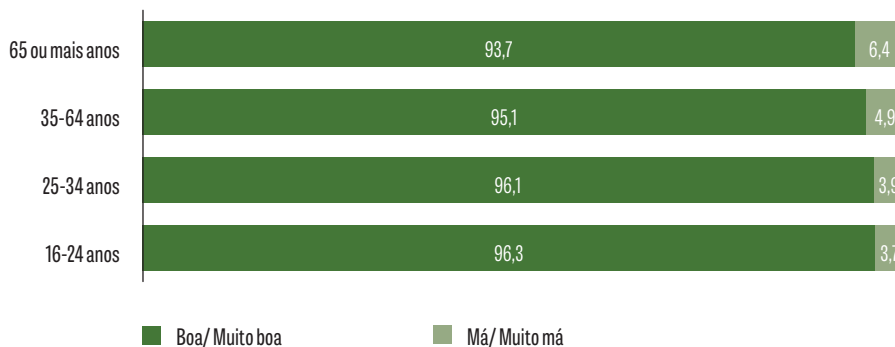
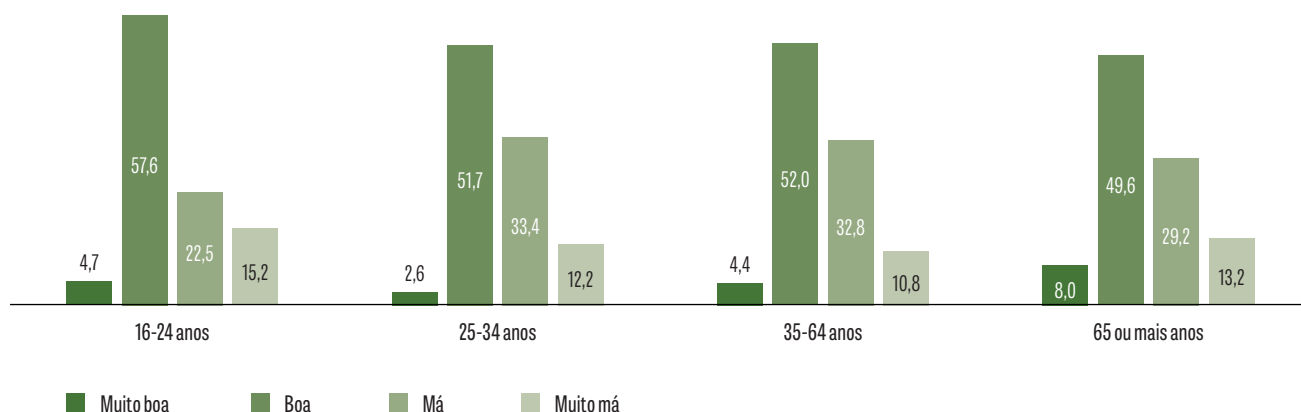
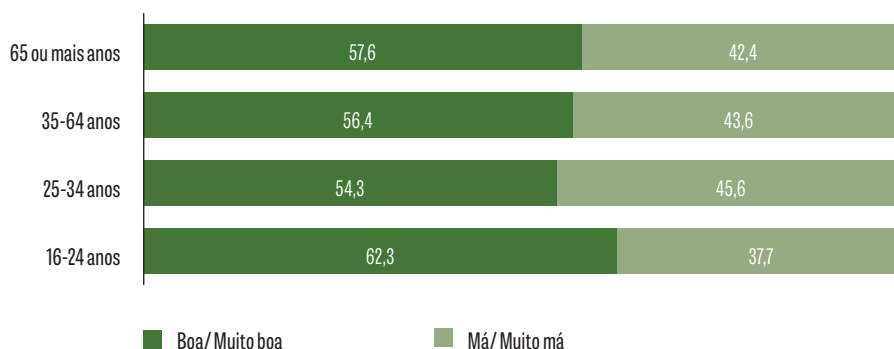


Gráfico 22 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por grupo etário (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=2,269$; $gI=3$; valor- $p=0,519$

Gráfico 23 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – População



2.4 Análise por escolaridade

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo a escolaridade, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças consoante o nível de ensino na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por escolaridade, revela diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino, sugerindo que a valorização da democracia varia de forma relevante conforme a escolaridade.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, observa-se um gradiente educacional claro na intensidade da avaliação positiva. A proporção de “muito boa” aumenta com a escolaridade, passando de 45,6% entre os inquiridos sem escolaridade para 48,3% no ensino básico, 51,7% no ensino secundário e 62,1% no ensino superior. A categoria “boa” mantém-se elevada, mas é menos frequente no ensino superior

(36,8%) do que nos restantes níveis (43,1%-45,6%). Em paralelo, as avaliações negativas diminuem com o aumento da escolaridade. A categoria “má” desce de 8,4% (sem escolaridade) para 3,7% (básico) e 2,3% (secundário), tornando-se inexistente no ensino superior. A categoria “muito má” apresenta valores baixos em todos os grupos, variando entre 1,1% e 2,9%.

A análise com categorias agregadas confirma este padrão. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) aumenta de 88,7% entre os inquiridos sem escolaridade para 93,9% no ensino básico, 95,6% no ensino secundário e 98,9% no ensino superior. Em sentido inverso, a avaliação negativa agregada (“má/muito má”) diminui de 11,3% (sem escolaridade) para 6% (básico), 4,4% (secundário) e 1,1% (superior). No conjunto, a escolaridade associa-se a uma valorização progressivamente mais intensa e menos ambivalente da forma de governo democrática.

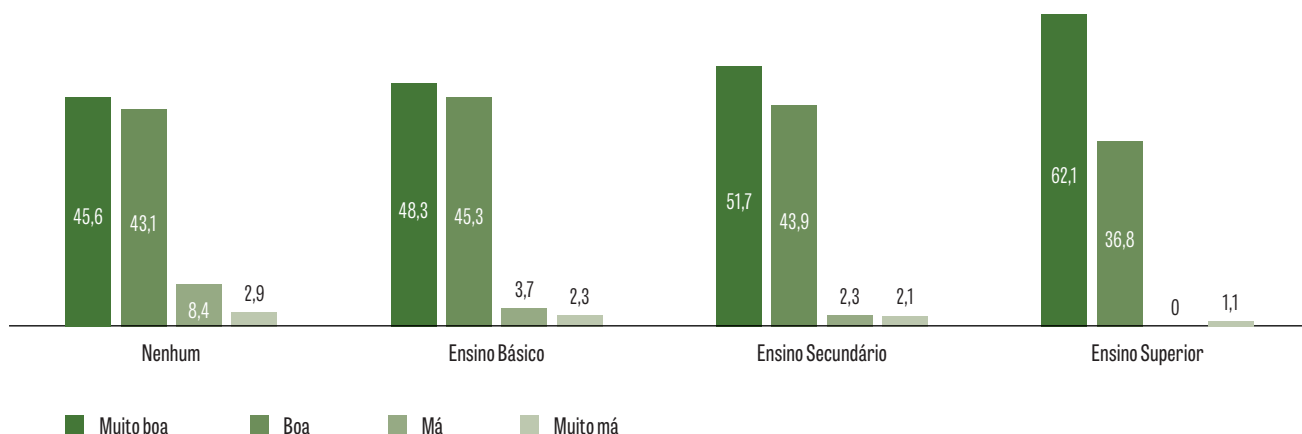
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por escolaridade, também revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a aceitação dessas alternativas varia consoante o nível de ensino, ainda que de forma menos linear.

Na distribuição pelas quatro categorias, entre os inquiridos sem escolaridade, observa-se maior concentração nas categorias negativas (41,7% em “má” e 11,2% em “muito má”) e uma proporção relativamente elevada em “muito boa” (10,9%), com 36,3% em “boa”. No ensino básico e secundário, destaca-se um aumento claro da categoria “boa” (52,3% e 55,4%, respetivamente), acompanhado de uma redução da categoria “má” (30% e 27,9%) e de valores mais baixos na categoria “muito boa” (6,1% e 5,1%). No ensino superior, a categoria “boa” permanece elevada (48,5%), mas observa-se maior proporção em “muito má” (14,8%) e forte redução da categoria “muito boa” (0,8%), sugerindo menor aceitação intensa das alternativas não democráticas.

A agregação de categorias reforça esta leitura, evidenciando diferenças relevantes entre os níveis de escolaridade. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) é minoritária entre os inquiridos sem escolaridade (47,2%), torna-se maioritária no ensino básico (58,4%) e no ensino secundário (60,5%) e volta a descer no ensino superior (49,3%). Em paralelo, a avaliação negativa agregada (“má/muito má”) é mais elevada entre os inquiridos sem escolaridade (52,9%) e no ensino superior (50,7%), e mais baixa no ensino básico (41,7%) e no ensino secundário (39,6%). Em termos substantivos, este padrão indica que a aceitação agregada das formas não democráticas é mais visível nos níveis intermédios de escolaridade, enquanto, nos extremos (sem escolaridade e ensino superior), observa-se maior peso relativo de avaliações negativas.

Em síntese, a escolaridade associa-se de forma estatisticamente significativa à avaliação do sistema democrático e ao índice de apoio a formas de governo não democráticas. No caso da democracia, verifica-se um gradiente educacional claro, visto que níveis mais elevados de escolaridade correspondem a maior intensidade de avaliação “muito boa” e a menor expressão de avaliações negativas, com o ensino superior a apresentar o perfil mais favorável. No caso das formas não democráticas, as diferenças por escolaridade são relevantes, mas menos lineares, destacando-se uma maior aceitação agregada nos níveis intermédios (ensino básico e secundário). Importa ainda sublinhar que a abertura captada no índice reflete sobretudo a aceitação relativa da alternativa tecnocrática, coexistindo com maior rejeição das alternativas mais claramente autoritárias.

Gráfico 24 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por escolaridade (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: H=17,378; gl=3; valor-p<0,001

Gráfico 25 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – População

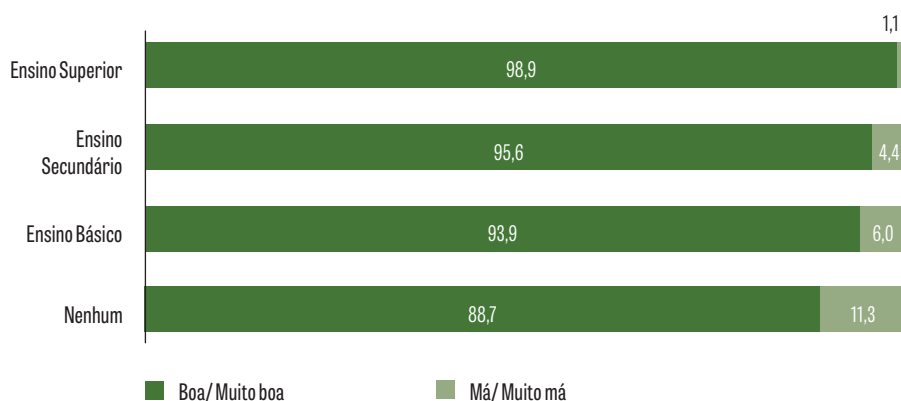
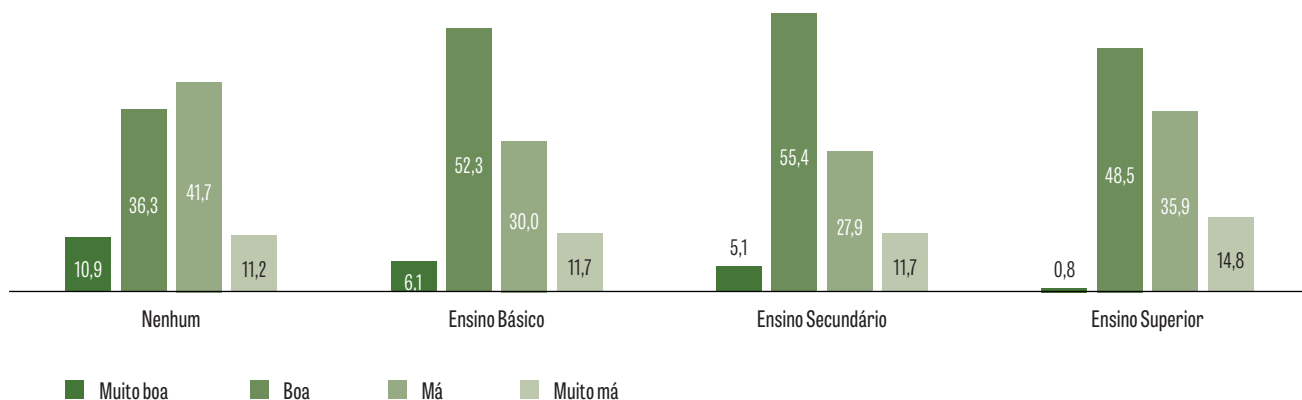
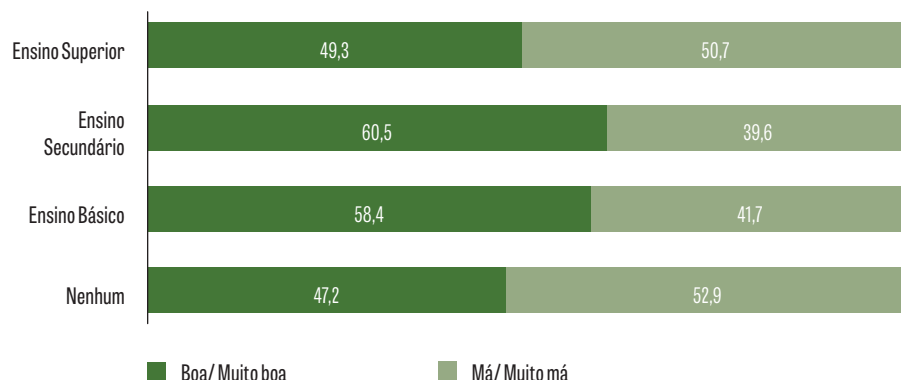


Gráfico 26 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por escolaridade (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: H=11,878; gl=3; valor-p=0,008

Gráfico 27 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – População



2.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas, consoante a situação económica percebida do agregado.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por rendimento do agregado familiar, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante independentemente da condição económica do agregado.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, observa-se uma avaliação muito positiva da democracia em todos os níveis de rendimento. No grupo que refere ser muito difícil viver com o rendimento atual, 63,7% classificam a democracia como “muito boa” e 32,8% como “boa”, com 3,5% em “má” e inexistência de “muito má”. No grupo “difícil”, 50,4% indicam “muito boa” e 46,2% “boa”, com 2,6% em “má” e 0,8% em “muito má”. No grupo “razoável”, 49,3% situam-se em “muito boa” e 45,3% em “boa”, com 2,5% em “má” e 2,9% em “muito má”. Por fim, no grupo “confortável”, 50,2% classificam como “muito boa” e 39,3% como “boa”, enquanto 5,1% assinalam “má” e 5,4% “muito má”. Em termos descritivos, destaca-se apenas que, no grupo “confortável”, a avaliação negativa é mais elevada do que nos demais grupos, ainda que permaneça minoritária.

A análise com categorias agregadas confirma este padrão. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) é muito elevada em todos os grupos, variando entre 96,6% no grupo “difícil” e 89,5% no grupo “confortável”. A avaliação negativa agregada (“má/muito má”) mantém-se residual nos três primeiros grupos (3,5% em “muito difícil”, 3,4% em “difícil” e 5,4% em “razoável”), mas é mais elevada no grupo “confortável” (10,5%), permanecendo, ainda assim, claramente minoritária face à avaliação positiva.

A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por rendimento, também não revela diferenças estatisticamente significativas, indicando distribuições semelhantes entre os diferentes níveis de rendimento.

Na distribuição pelas quatro categorias, o grupo “muito difícil” apresenta maior concentração nas avaliações negativas (48,2% em “má” e 7,8% em “muito má”), com 40,4% em “boa” e 3,6% em “muito boa”. No grupo “difícil”, a categoria “boa” torna-se dominante (51,3%), com 32,1% em “má”, 12,5% em “muito má” e 4% em “muito boa”. No grupo “razoável”, regista-se 55,4% em “boa” e 5,8% em “muito boa”, com 26,5% em “má” e 12,3% em “muito má”. No grupo “confortável”, 51,6% situam-se em “boa” e 8,5% em “muito boa”, enquanto 25,6% assinalam “má” e 14,3% “muito má”. Em termos descritivos, observa-se que a categoria “boa” é maioritária nos três níveis a partir de “difícil”, enquanto o grupo “muito difícil” se distingue por maior peso relativo da avaliação negativa.

A agregação de categorias reforça esta leitura. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) é minoritária no grupo “muito difícil” (44%), mas torna-se maioritária nos restantes grupos: 55,3% no grupo “difícil”, 61,2% no grupo “razoável” e 60,1% no grupo “confortável”. A avaliação negativa agregada (“má/muito má”) varia entre 56% no grupo “muito difícil” e valores inferiores nos restantes grupos (38,8%-44,6%). Assim, embora se observe variação descritiva, não se identifica um gradiente económico linear e consistente em toda a distribuição.

Em síntese, os dados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por rendimento do agregado familiar na avaliação do sistema democrático nem no índice de apoio a formas de governo não democráticas. Em todos os grupos, a democracia é avaliada de forma muito positiva, com avaliações negativas residuais, ainda que relativamente mais elevadas no grupo “confortável”. Quanto às formas não democráticas, observa-se uma distribuição mais heterogénea, com maiorias relativas de avaliação positiva agregada na maioria dos grupos, mas com o grupo “muito difícil” a apresentar maior concentração em avaliações negativas. A abertura captada no índice reflete, sobretudo, a aceitação relativa da alternativa tecnocrática, coexistindo com maior rejeição das alternativas mais claramente autoritárias.

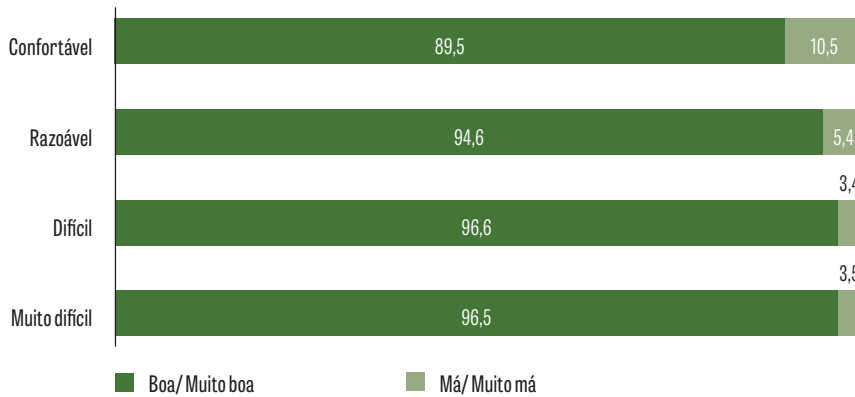
Gráfico 28 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=5,074$; $gl=3$; valor- $p=0,166$

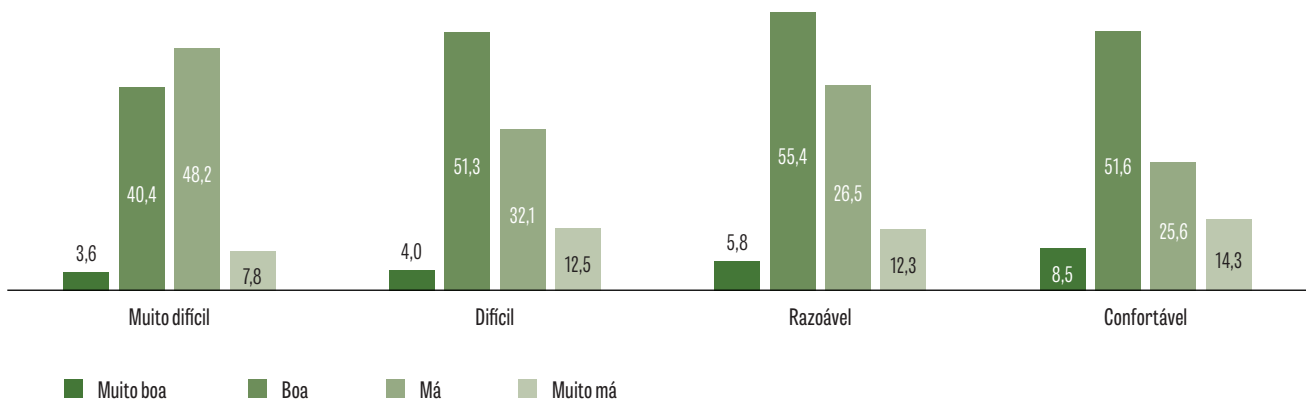
Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 29 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

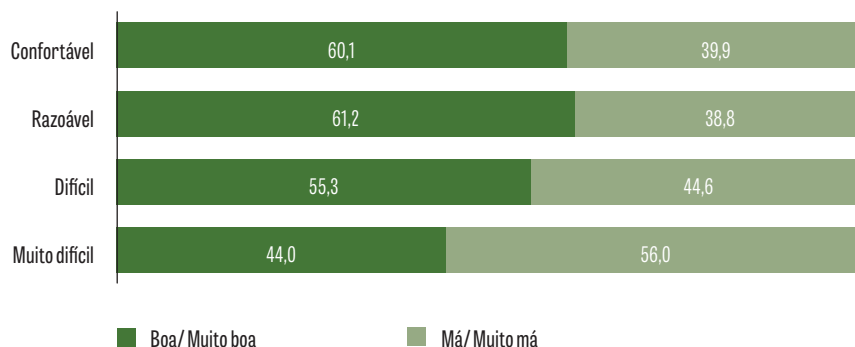
Gráfico 30 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: H=5,023; gl=3; valor-p=0,170

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 31 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

2.6 Análise por *habitat*

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o *habitat*, permite avaliar se, na população portuguesa, existem diferenças na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas, consoante o tipo de *habitat* onde residem os inquiridos.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por *habitat*, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante nos diferentes contextos territoriais.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, a avaliação positiva da democracia é muito elevada em todos os tipos de *habitat*. Na zona rural/aldeia, 48,2% classificam a democracia como “muito boa” e 47,8% como “boa”, com 4% em “má” e inexistente em “muito má”. Na vila pequena/média, 45,3% indicam “muito boa” e 49,6% “boa”, com 1,5% em “má” e 3,6% em “muito má”. No subúrbio de grande vila/cidade, 51,2% avaliam como “muito boa” e 45,9% como “boa”, com 2% em “má” e 0,9% em “muito má”. Por fim, na grande vila/cidade, 52,1% assinalam “muito boa” e 42,2% “boa”, com 3,2% em “má” e 2,4% em “muito má”. Em termos descritivos, observa-se que a categoria “muito boa” é particularmente elevada no subúrbio de grande vila/cidade e na grande vila/cidade, mantendo-se, ainda assim, um padrão amplamente favorável em todos os *habitats*.

A análise com categorias agregadas confirma esta convergência quanto à forma de governo democrática. A avaliação “boa/muito boa” atinge 96% na zona rural/aldeia, 94,9% na vila pequena/média, 97,1% no subúrbio de grande vila/cidade e 94,3% na grande vila/cidade. A avaliação negativa agregada (“má/muito má”) permanece residual em todos os casos (entre 2,9% e 5,6%), o que evidencia uma valorização muito generalizada da democracia, independentemente do *habitat*.

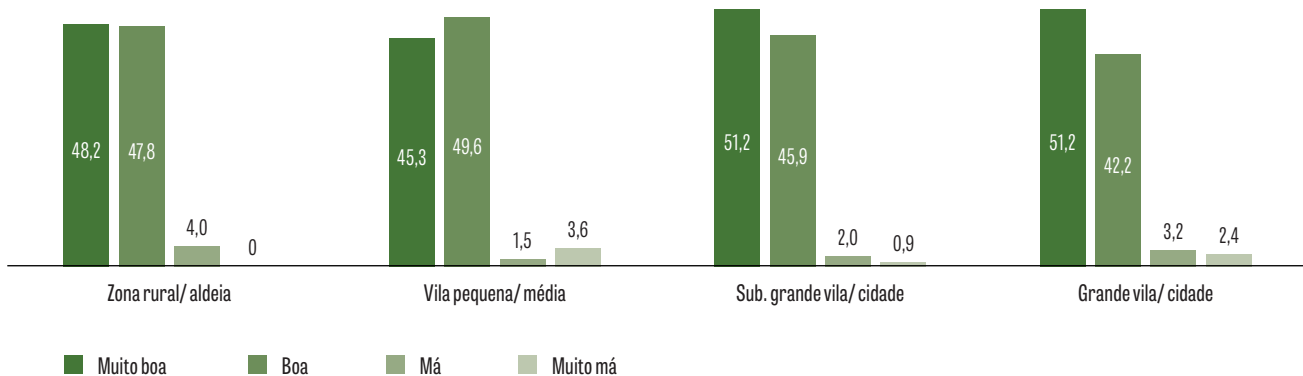
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por *habitat*, revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a distribuição das avaliações varia de forma relevante entre contextos territoriais.

Na distribuição pelas quatro categorias, destaca-se um contraste claro entre a zona rural/aldeia e os restantes *habitats*. Na zona rural/aldeia, predominam avaliações negativas do índice, com 42,9% em “má” e 35,8% em “muito má”, enquanto apenas 21,3% se situam em “boa” e é inexistente em “muito boa”. Já na vila pequena/média, a avaliação desloca-se para posições mais favoráveis, com 53,8% em “boa” e 6,3% em “muito boa”, face a 33,6% em “má” e 6,3% em “muito má”. No subúrbio de grande vila/cidade, a categoria “boa” atinge 60,4% e “muito boa” 5,5%, enquanto 27,7% se situam em “má” e 6,4% em “muito má”. Na grande vila/cidade, 50,8% posicionam-se em “boa” e 5,2% em “muito boa”, enquanto 30,8% em “má” e 13,2% em “muito má”. Em termos descritivos, o apoio agregado às formas não democráticas é mais baixo na zona rural/aldeia e mais elevado em contextos urbanos e suburbanos, embora com maior presença de “muito má” na grande vila/cidade do que nos restantes *habitats* urbanos.

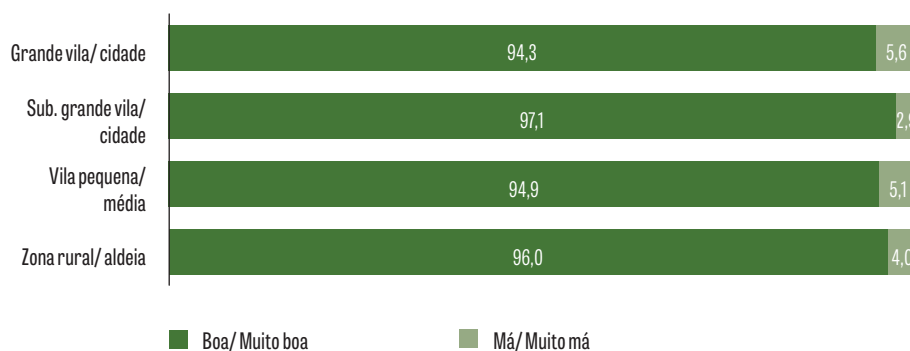
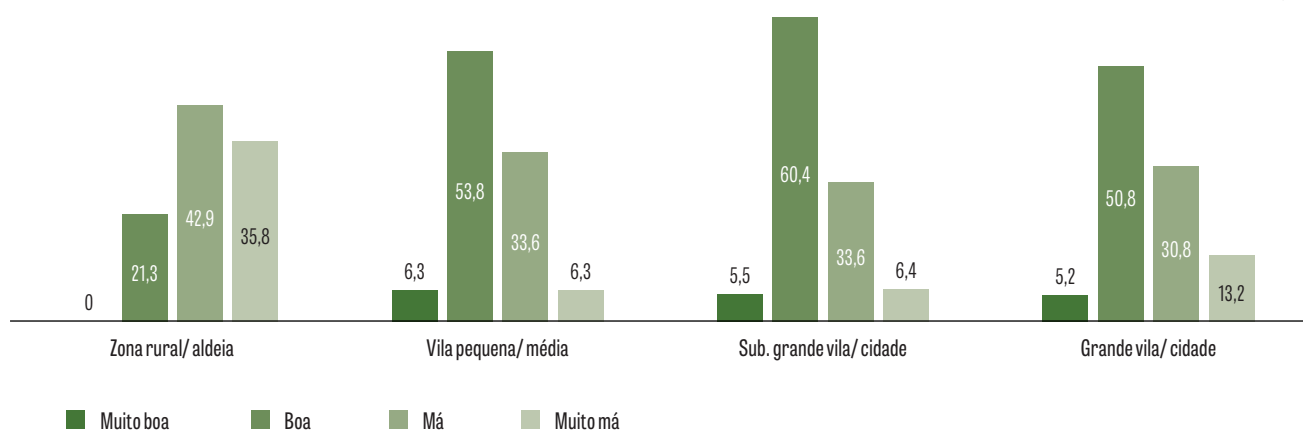
A agregação de categorias reforça esta leitura. Na zona rural/aldeia, apenas 21,3% se situam em “boa/muito boa”, face a 78,7% em “má/muito má”. Na vila pequena/média, 60,1% posicionam-se em “boa/muito boa” e 39,9% em “má/muito má”. No subúrbio de grande vila/cidade, 65,9% encontram-se em “boa/muito boa” e 34,1% em “má/muito má”. Na grande vila/cidade, 56% situam-se em “boa/muito boa” e 44% em “má/muito má”. Assim, a clivagem territorial é particularmente marcada, sendo que a zona rural/aldeia destaca-se por rejeição muito superior, enquanto as áreas urbanas e suburbanas apresentam maior aceitação agregada do índice.

Em síntese, os dados indicam que a avaliação do sistema democrático é muito positiva e amplamente convergente em todos os tipos de *habitat*, com níveis residuais de avaliação negativa. Em contraste, o índice de apoio a formas de governo não democráticas varia de forma mais acentuada entre *habitats*. A zona rural/aldeia evidencia um perfil de maior rejeição, enquanto a vila pequena/média, o subúrbio de grande vila/cidade e a grande vila/cidade apresentam maior aceitação agregada, ainda que coexistindo com uma parcela relevante de avaliações negativas. A abertura captada no índice reflete, sobretudo, a aceitação relativa da alternativa tecnológica, enquanto as alternativas mais claramente autoritárias tendem a ser mais rejeitadas.

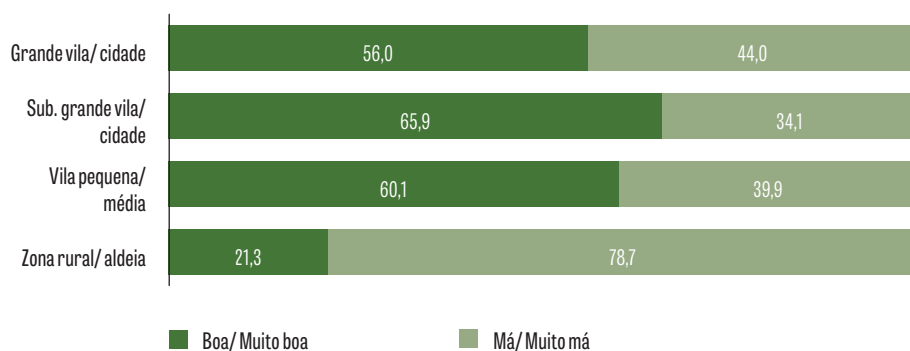
Gráfico 32 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por *habitat* (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=3,362$; $gl=3$; valor- $p=0,339$

Gráfico 33 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal com categorias agregadas (Democracia): análise por *habitat* (em %) – População**Gráfico 34** Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por *habitat* (em %) – População

Teste Kruskal-Wallis: H=43,360; gl=3; valor-p=0,001

Gráfico 35 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %) – População

3. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A satisfação com o funcionamento da democracia incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte questão:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito satisfeito” e “Satisfeito” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo sobre o funcionamento concreto da democracia em Portugal. De forma análoga, as respostas “Pouco satisfeito” e “Nada satisfeito” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação ao funcionamento concreto da democracia em Portugal.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

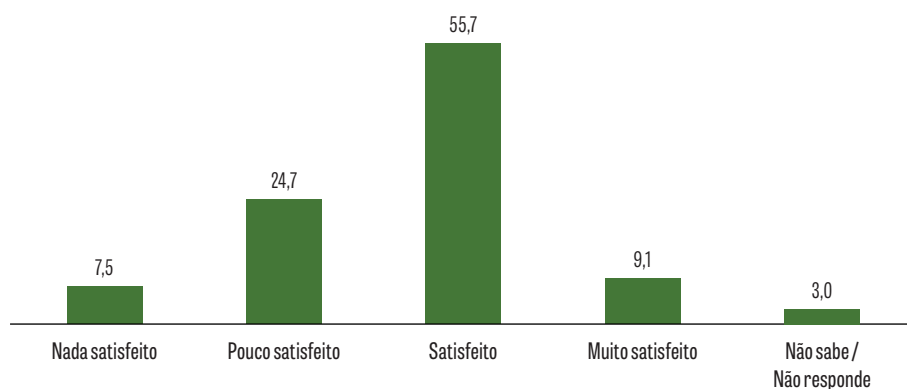
3.1 Análise global

A população portuguesa evidencia uma avaliação global maioritariamente positiva do funcionamento da democracia em Portugal. No conjunto, 64,8% dos inquiridos declaram estar “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”, o que sugere que, para a maioria, a democracia é percebida como funcionando de forma aceitável na prática.

Em termos de distribuição pelas quatro categorias, 55,7% afirmam estar “satisfeitos” e 9,1% “muito satisfeitos”, indicando que a satisfação se concentra sobretudo numa avaliação positiva moderada, enquanto a satisfação intensa é menos frequente. Do lado oposto, 24,7% declaram estar “pouco satisfeitos” e 7,5% “nada satisfeitos”, o que perfaz um total de 32,2% de avaliações negativas sobre o funcionamento concreto da democracia.

A agregação de categorias confirma este padrão. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) é claramente predominante (64,8%), enquanto a insatisfação agregada (“pouco/nada satisfeito”) representa cerca de um terço dos inquiridos (32,2%). A não-resposta é reduzida (3%), o que sugere elevada capacidade/propensão para avaliar o tema.

Em síntese, os resultados indicam que o funcionamento da democracia em Portugal é avaliado de forma maioritariamente favorável pela população, embora coexista com um segmento social relevante que expressa insatisfação. Isto sugere a presença de apoio específico relativamente elevado, mas não isento de tensões, dado que a proporção de avaliações negativas permanece relevante.

Gráfico 36 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal (em %) – População**Gráfico 37** Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas (em %) – População

3.2 Análise por sexo

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o sexo, permite avaliar se existem diferenças entre homens e mulheres na forma como apreciam o desempenho concreto do regime democrático (apoio específico).

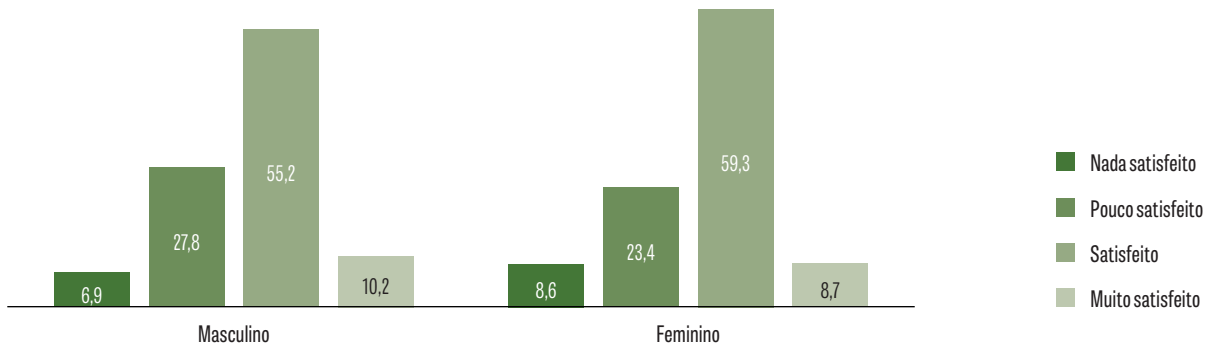
A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos, com predominância de avaliações positivas.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, entre os homens, 55,2% declaram estar “satisfeitos” e 10,2% “muito satisfeitos”, enquanto 27,8% indicam estar “pouco satisfeitos” e 6,9% “nada satisfeitos”. Entre as mulheres, 59,3% afirmam estar “satisfeitas” e 8,7% “muito satisfeitas”, ao passo que 23,4% se situam em “pouco satisfeitas” e 8,6% em “nada satisfeitas”. Em termos descritivos, as mulheres apresentam uma proporção ligeiramente superior na categoria “satisfeito”, enquanto os homens registam proporções algo mais elevadas em “muito satisfeito” e “pouco satisfeito”. Ainda assim, as diferenças são reduzidas e não configuram um padrão divergente.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de convergência. A insatisfação agregada (“nada ou pouco satisfeito”) é semelhante entre homens e mulheres, embora ligeiramente superior entre os homens (34,7%) do que entre as mulheres (32%). Em paralelo, a satisfação agregada (“satisfeito ou muito satisfeito”) é maioritária em ambos os sexos, com valores próximos (65,4% entre os homens e 68% entre as mulheres).

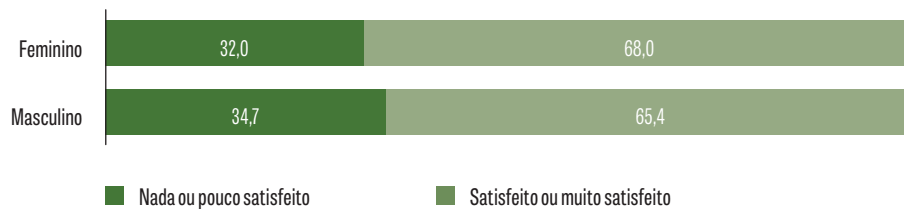
Em síntese, os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por sexo na satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal. Tanto homens como mulheres apresentam uma avaliação maioritariamente positiva, coexistindo, contudo, com um segmento relevante de insatisfação. As pequenas variações descritivas observadas não configuram uma clivagem substantiva por sexo.

Gráfico 38 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,314; valor-p=0,753

Gráfico 39 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



3.3 Análise por grupo etário

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o grupo etário, permite avaliar se existem diferenças entre as diferentes faixas etárias na avaliação do desempenho concreto da democracia.

A desagregação por grupo etário não revela diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante em todos os grupos, com predominância de avaliações positivas.

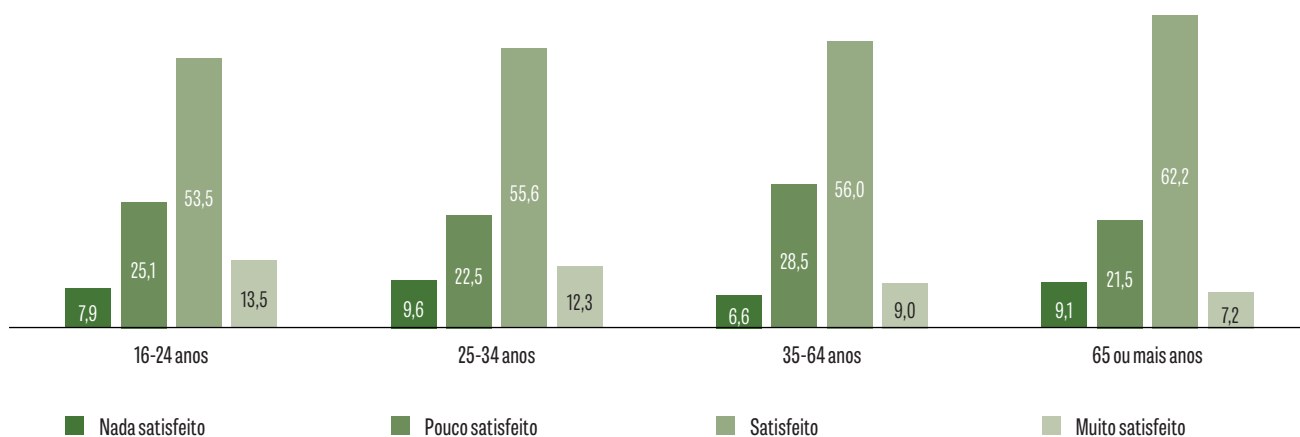
Na distribuição pelas quatro categorias, os 16-24 anos apresentam 53,5% em “satisfeito” e 13,5% em “muito satisfeito”, em comparação a 25,1% em “pouco satisfeito” e 7,9% em “nada satisfeito”. Entre os 25-34 anos, 55,6% indicam “satisfeito” e 12,3% “muito satisfeito”, enquanto 22,5% se situam em “pouco satisfeito” e 9,6% em “nada

satisfeito”. No grupo de 35-64 anos, 56% declaram-se “satisfeitos” e 9% “muito satisfeitos”, ao passo que 28,5% são “pouco satisfeitos” e 6,6% “nada satisfeitos”. Por fim, entre os 65 anos ou mais, 62,2% indicam “satisfeito” e 7,2% “muito satisfeito”, enquanto 21,5% se posicionam como “pouco satisfeitos” e 9,1% como “nada satisfeitos”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de estabilidade. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) varia num intervalo relativamente estreito, entre 65% (35-64 anos) e 69,4% (65 ou mais anos), situando-se em 67% entre 16 e 24 anos e em 67,9% entre 25 e 34 anos. A insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) oscila entre 30,6% e 35,1%, com o valor mais elevado no grupo de 35-64 anos (35,1%) e o mais baixo no grupo de 65 ou mais (30,6%).

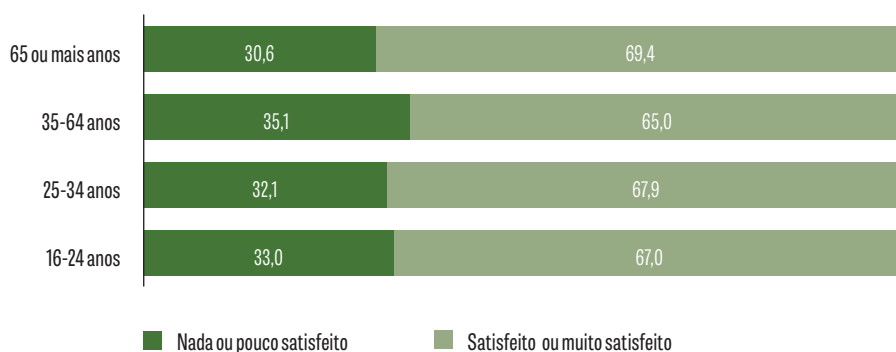
Em síntese, a satisfação com o funcionamento da democracia é maioritária em todas as faixas etárias, com variações descritivas moderadas. Observa-se um ligeiro aumento da satisfação agregada entre os 65 anos ou mais e uma maior expressão de insatisfação agregada no grupo de 35-64 anos, mas sem alteração substantiva do padrão geral, que permanece predominantemente favorável em todos os escalões.

Gráfico 40 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=1,493; gl=3; valor-p=0,684

Gráfico 41 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – População



3.4 Análise por escolaridade

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo a escolaridade, permite avaliar se existem diferenças entre níveis de ensino na avaliação do desempenho concreto da democracia.

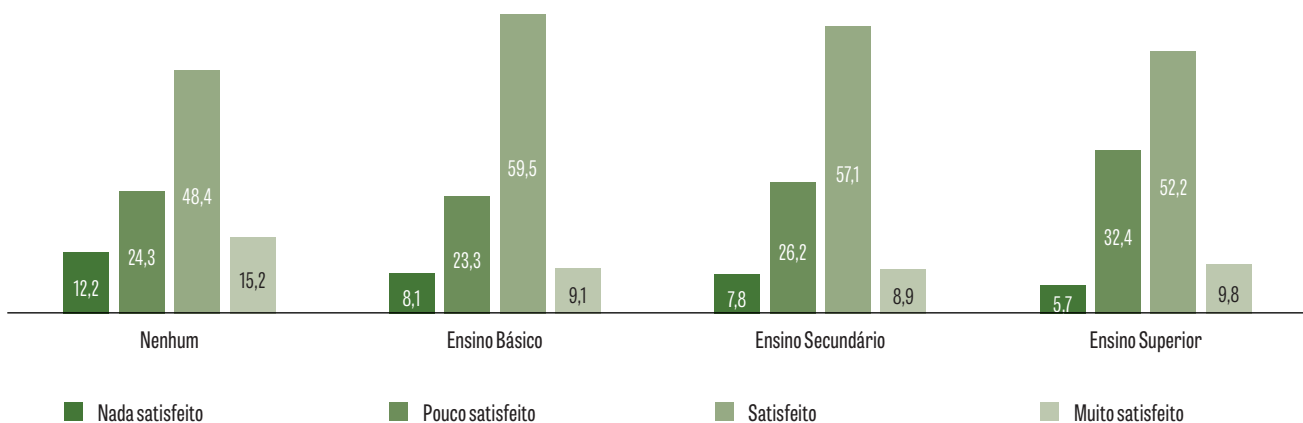
A desagregação por escolaridade não revela diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante em todos os grupos, com predominância de avaliações positivas.

Na distribuição pelas quatro categorias, entre os inquiridos sem escolaridade, 48,4% declaram-se “satisfeitos” e 15,2% “muito satisfeitos”, face a 24,3% “pouco satisfeitos” e 12,2% “nada satisfeitos”. No ensino básico, 59,5% indicam “satisfeito” e 9,1% “muito satisfeito”, enquanto 23,3% se situam em “pouco satisfeito” e 8,1% em “nada satisfeito”. No ensino secundário, 57,1% afirmam estar “satisfeitos” e 8,9% “muito satisfeitos”, ao passo que 26,2% são “pouco satisfeitos” e 7,8% “nada satisfeitos”. Por fim, no ensino superior, 52,2% declaram-se “satisfeitos” e 9,8% “muito satisfeitos”, enquanto 32,4% indicam “pouco satisfeito” e 5,7% “nada satisfeito”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de estabilidade. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) mantém-se maioritária em todos os níveis de escolaridade, variando entre 62% no ensino superior e 68,6% no ensino básico (63,6% entre os inquiridos sem escolaridade e 66% no ensino secundário). A insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) oscila entre 31,4% (ensino básico) e 38,1% (ensino superior), situando-se em 36,5% entre os inquiridos sem escolaridade e em 34% no ensino secundário.

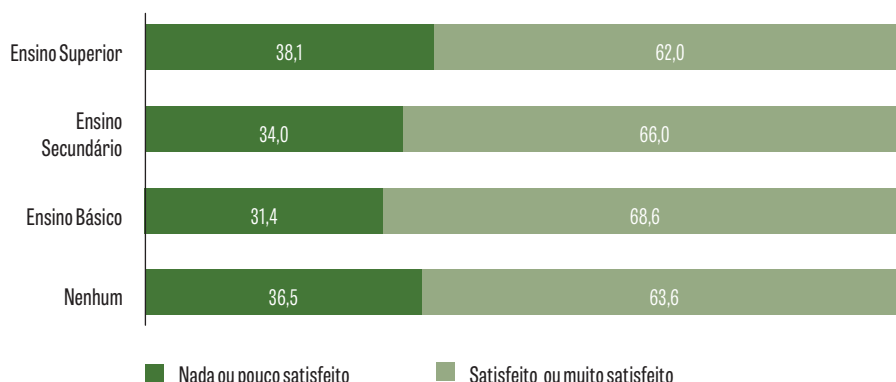
Em síntese, a satisfação com o funcionamento da democracia é maioritária em todos os níveis de escolaridade, sem diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, observam-se variações descritivas moderadas: o ensino básico apresenta o valor mais elevado de satisfação agregada, enquanto o ensino superior regista maior expressão de insatisfação agregada, sobretudo pela maior incidência de “pouco satisfeito”.

Gráfico 42 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=0,149$; $gl=3$; valor- $p=0,985$

Gráfico 43 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



3.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se existem diferenças na avaliação do desempenho concreto da democracia em função da situação económica percebida.

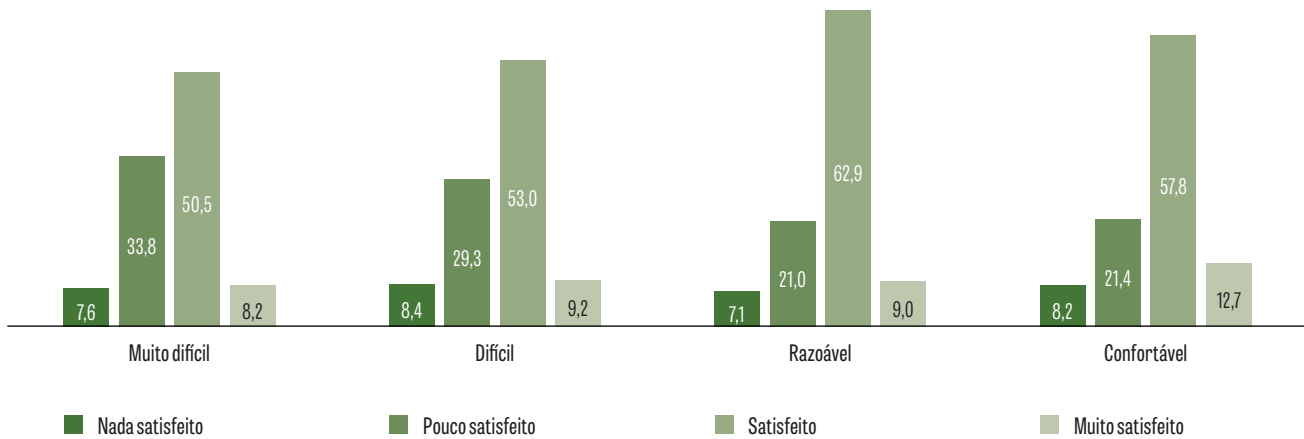
A desagregação por rendimento do agregado familiar revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a avaliação do funcionamento da democracia varia de forma relevante conforme a condição económica percebida.

Na distribuição pelas quatro categorias, no grupo que refere que é muito difícil viver com o rendimento atual, 50,5% declaram-se “satisfeitos” e 8,2% “muito satisfeitos”, enquanto 33,8% são “pouco satisfeitos” e 7,6% “nada satisfeitos”. No grupo difícil, 53% indicam “satisfeito” e 9,2% “muito satisfeito”, face a 29,3% em “pouco satisfeito” e 8,4% em “nada satisfeito”. No grupo razoável, 62,9% afirmam estar “satisfeitos” e 9% “muito satisfeitos”, enquanto 21% se situam em “pouco satisfeitos” e 7,1% em “nada satisfeitos”. Por fim, no grupo confortável, 57,8% indicam “satisfeito” e 12,7% “muito satisfeito”, ao passo que 21,4% são “pouco satisfeitos” e 8,2% “nada satisfeitos”.

A análise com categorias agregadas reforça esta diferenciação. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) aumenta de 58,7% no grupo “muito difícil” para 62,2% no grupo “difícil”, atingindo 71,9% no grupo “razoável” e mantendo-se elevada no grupo “confortável” (70,5%). Em sentido inverso, a insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) é mais elevada no grupo “muito difícil” (41,4%) e diminui nos grupos com melhores condições, situando-se em 37,7% (“difícil”), 28,1% (“razoável”) e 29,6% (“confortável”).

Em síntese, a satisfação com o funcionamento da democracia é maioritária em todos os níveis de rendimento, mas existem diferenças estatisticamente significativas associadas à condição económica percebida. Os grupos com maiores dificuldades económicas apresentam níveis mais elevados de insatisfação, enquanto os que referem viver “razoavelmente” ou “confortavelmente” evidenciam níveis mais elevados de satisfação agregada. Isto sugere que a avaliação do desempenho concreto da democracia é sensível à situação económica percebida pelos inquiridos.

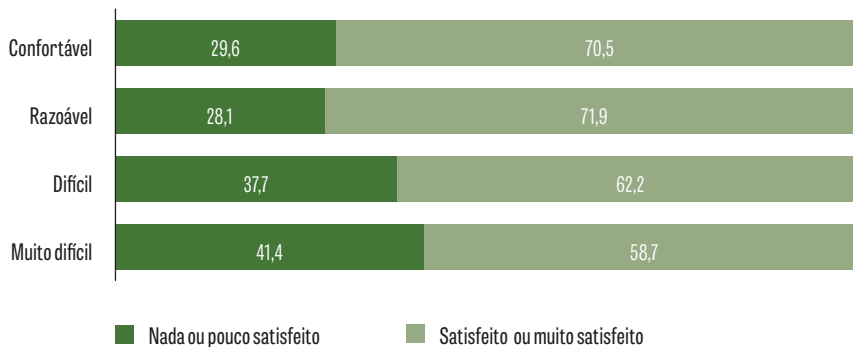
Gráfico 44 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=14,365; gl=3; valor-p=0,002

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 45 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

3.6 Análise por habitat

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o *habitat*, permite avaliar se existem diferenças na avaliação do desempenho concreto da democracia consoante o tipo de contexto territorial onde residem os inquiridos.

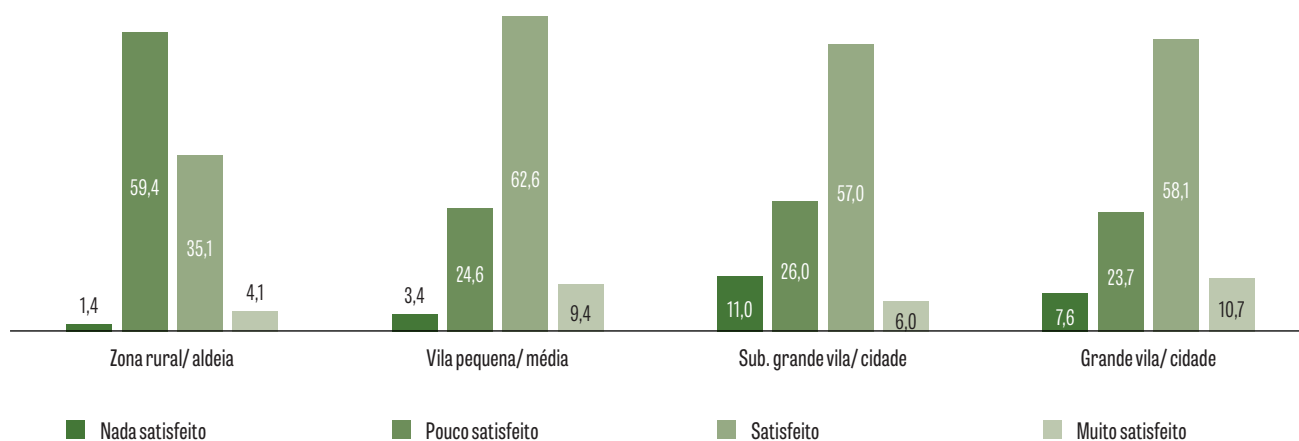
A desagregação por *habitat* revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, indicando que a satisfação com o funcionamento da democracia varia de forma relevante entre contextos territoriais.

Na distribuição pelas quatro categorias, a zona rural/aldeia apresenta 35,1% em “satisfeito” e 4,1% em “muito satisfeito”, em comparação a 59,4% em “pouco satisfeito” e 1,4% em “nada satisfeito”, evidenciando uma concentração marcada na categoria “pouco satisfeito”. Na vila pequena/média, observa-se um perfil substancialmente mais favorável, com 62,6% em “satisfeito” e 9,4% em “muito satisfeito”, comparativamente a 24,6% em “pouco satisfeito” e 3,4% em “nada satisfeito”. No subúrbio de grande vila/cidade, 57% declaram-se “satisfeitos” e 6% “muito satisfeitos”, enquanto 26% se situam em “pouco satisfeito” e 11% em “nada satisfeito”. Por fim, na grande vila/cidade, 58,1% indicam “satisfeito” e 10,7% “muito satisfeito”, face a 23,7% em “pouco satisfeito” e 7,6% em “nada satisfeito”.

A análise com categorias agregadas reforça esta clivagem territorial. Na zona rural/aldeia, predomina claramente a insatisfação: 60,8% situam-se em “nada/pouco satisfeito”, enquanto apenas 39,2% se encontram em “satisfeito/muito satisfeito”. Em contraste, a vila pequena/média apresenta o perfil mais favorável, com 72% em satisfação agregada e 28% em insatisfação agregada. No subúrbio de grande vila/cidade, a satisfação agregada atinge 63% (37% de insatisfação), e na grande vila/cidade, 68,8% (31,3% de insatisfação). Assim, a zona rural/aldeia destaca-se como o contexto com menor satisfação com o funcionamento da democracia, enquanto os restantes *habitats* apresentam maiorias claras de satisfação agregada.

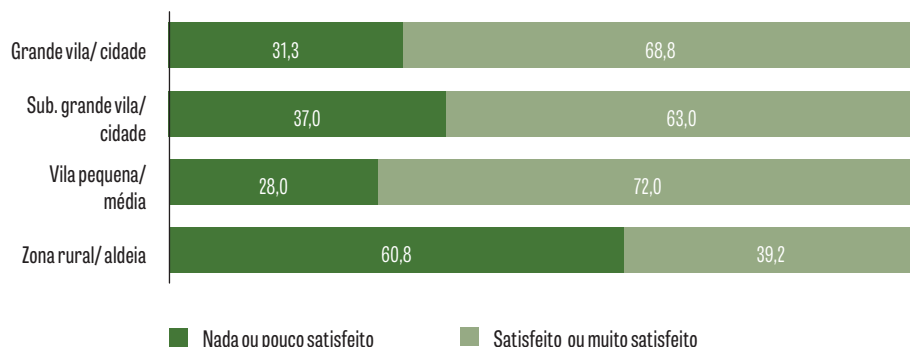
Em síntese, os resultados mostram que a satisfação com o funcionamento da democracia varia significativamente entre *habitats*. A vila pequena/média, os subúrbios e a grande vila/cidade apresentam avaliações maioritariamente favoráveis, ao passo que a zona rural/aldeia se distingue por um padrão inverso, com predominância da insatisfação agregada, sobretudo devido ao peso muito elevado da categoria “pouco satisfeito”.

Gráfico 46 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por *habitat* (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



Teste Kruskal-Wallis: H=20,039; gl=3; valor-p=0,001

Gráfico 47 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – População



4. Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte questão:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Para fins analíticos, as respostas “Muita” e “Alguma” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo de confiança nas instituições. De forma análoga, as respostas “Pouca” e “Nenhuma” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação à confiança nas instituições.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”, com valores agrupados em classes ordinais, com base nas respostas a todas as instituições incluídas na questão. Este índice foi utilizado na análise por variáveis sociodemográficas deste capítulo. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

4.1 Análise global

A confiança nas instituições políticas portuguesas apresenta um padrão moderado e claramente diferenciado entre as instituições. Observa-se maior confiança nas instituições de chefia de Estado e de proximidade territorial (Presidente da República, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e menor confiança nas instituições diretamente associadas à governação e à disputa partidária (Governo, Assembleia da República e, sobretudo, Partidos Políticos). Os tribunais ocupam

uma posição intermédia, com um perfil próximo do equilíbrio, mas com predominância da desconfiança.

No Presidente da República, a confiança é maioritariamente positiva: 66,9% dos inquiridos declaram “muita/alguma confiança”, face a 30,8% com “pouca/nenhuma confiança” (2,3% não sabe/não responde). A distribuição detalhada mostra predominância de “alguma confiança” (52%) e uma parcela relevante de “muita confiança” (14,9%), indicando uma avaliação globalmente favorável desta instituição.

A Assembleia da República apresenta um perfil próximo do equilíbrio, embora com ligeira predominância da confiança: 51,5% indicam “muita/alguma confiança”, enquanto 45,5% expressam “pouca/nenhuma confiança” (3% não resposta). A categoria mais frequente é “alguma confiança” (46,1%), mas a proporção de “nenhuma confiança” (14,3%) já é expressiva, sinalizando maior ceticismo em relação ao parlamento.

No caso do Governo, predomina a desconfiança: apenas 41,4% declaram “muita/alguma confiança”, enquanto 56,2% reportam “pouca/nenhuma confiança” (2,5% não resposta). Este padrão reflete, sobretudo, a elevada incidência de “nenhuma confiança” (20,8%) e de “pouca confiança” (35,4%), o que sugere avaliação crítica do desempenho governativo.

Os Tribunais surgem com um perfil próximo do equilíbrio, mas com ligeira predominância da desconfiança: 46% indicam “muita/alguma confiança”, face a 50,2% em “pouca/nenhuma confiança” (3,8% não resposta). A distribuição evidencia um peso relevante de “pouca confiança” (35,4%) e “nenhuma confiança” (14,8%), a par de “alguma confiança” (40,2%), o que aponta para uma confiança institucional moderada e menos consensual.

Os partidos políticos constituem claramente a instituição menos confiável. Apenas 33,2% manifestam “muita/alguma confiança”, enquanto 63,4% indicam “pouca/nenhuma confiança” (3,3% não respondem). A categoria dominante é “pouca confiança” (41%), seguida por “nenhuma confiança” (22,4%), o que traduz uma relação de forte distanciamento e de criticismo face aos atores partidários.

Já as instituições locais apresentam níveis de confiança comparativamente mais elevados. As Câmaras Municipais reúnem 54,7% em “muita/alguma confiança”, face a 41,6% em “pouca/nenhuma confiança” (3,7% não resposta), com predominância de “alguma confiança” (49%). As Juntas de Freguesia registam o perfil mais favorável entre as instituições de proximidade: 57,5% em “muita/alguma confiança” e 39% em “pouca/nenhuma confiança” (3,6% sem resposta), destacando-se novamente a categoria “alguma confiança” (50,6%).

A agregação das categorias permite clarificar o padrão geral. A confiança é mais alta no Presidente da República (66,9%); segue-se um bloco intermédio de instituições locais (Juntas: 57,5%; Câmaras: 54,7%) e da Assembleia (51,5%). Em contrapartida, os níveis de confiança são mais baixos nos Partidos Políticos e no Governo, bem como nos Tribunais, onde a desconfiança supera ligeiramente a confiança.

Por fim, o índice de confiança institucional confirma a configuração de confiança predominantemente intermédia: 53,6% situam-se na categoria “alguma confiança”, 33,2% em “pouca confiança”, 11% em “nenhuma confiança” e apenas 2,2% em “muita confiança”. Isto indica que, quando as várias instituições são consideradas em conjunto, prevalece uma confiança moderada, com um contingente relevante de baixa confiança e uma minoria muito reduzida de confiança intensa.

Em síntese, os resultados mostram que a confiança nas instituições políticas em Portugal não é homogénea. Ela é mais elevada no Presidente da República e nas instituições locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), mais próxima do equilíbrio na Assembleia e nos Tribunais, e claramente mais baixa no Governo e, sobretudo, nos Partidos Políticos. O índice global reforça a ideia de um padrão de confiança maioritariamente moderado, coexistindo com uma proporção substancial de baixa confiança, o que sugere um apoio específico real, mas marcado por criticismo institucional relevante.

Gráfico 48 Confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – População

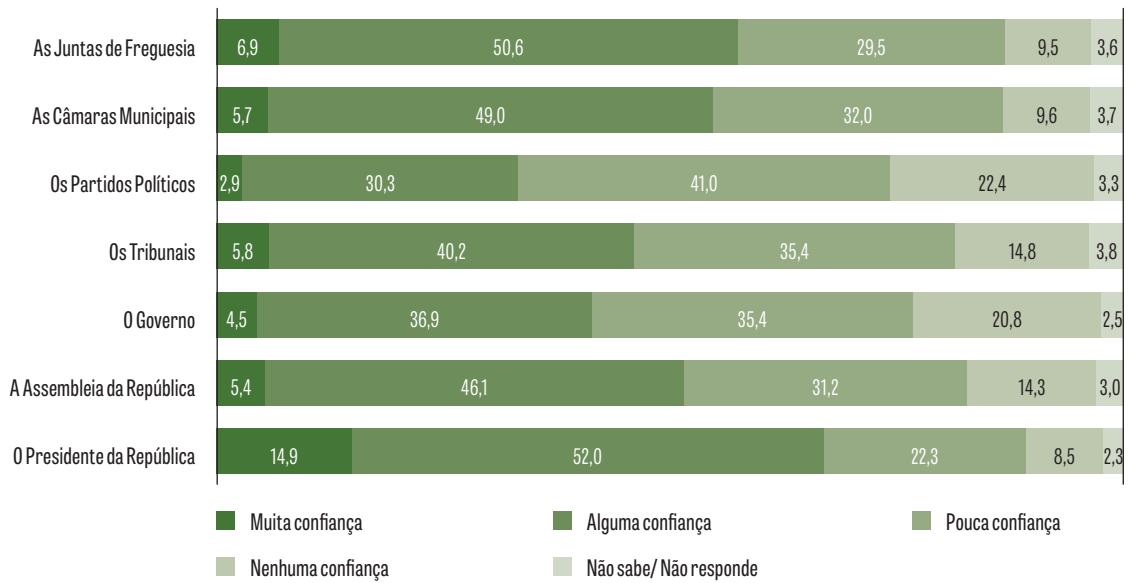


Gráfico 49 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas (em %) – População

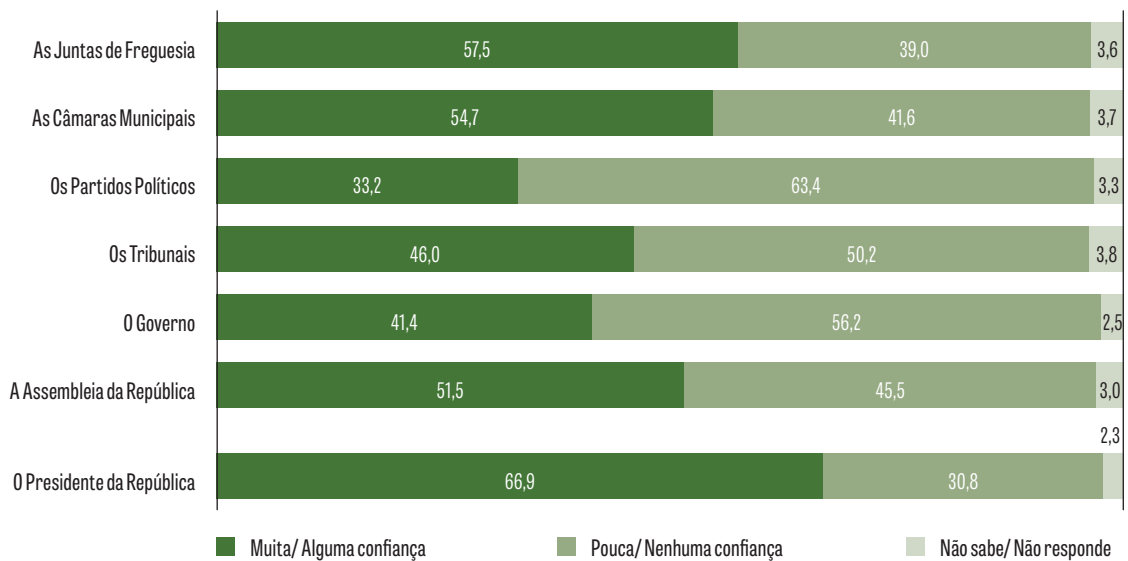


Gráfico 50 Confiança nas instituições políticas portuguesas: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – População

Nota: índice composto a partir das respostas a todos os indicadores (instituições) e calculado para cada inquirido, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido "Não sabe/ Não responde". Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

4.2 Análise por sexo

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o sexo, permite avaliar se existem diferenças entre homens e mulheres na forma como apreciam o funcionamento institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

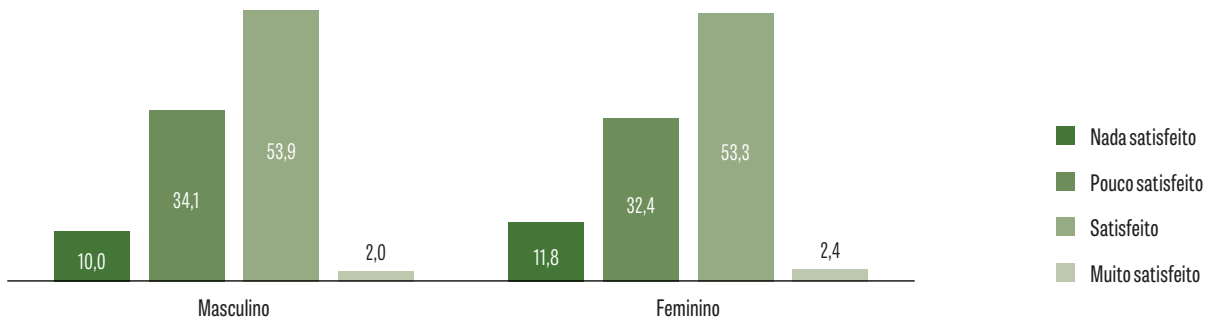
A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos.

Em termos de distribuição pelas quatro categorias do índice, entre os homens, 53,9% situam-se em "alguma confiança", 34,1% em "pouca confiança", 10% em "nenhuma confiança" e 2% em "muita confiança". Entre as mulheres, 53,3% indicam "alguma confiança", 32,4% "pouca confiança", 11,8% "nenhuma confiança" e 2,4% "muita confiança". Em termos descritivos, as mulheres apresentam uma proporção ligeiramente superior em "nenhuma confiança" e "muita confiança", enquanto os homens registam uma proporção marginalmente mais elevada em "pouca confiança". Ainda assim, as diferenças são pequenas e não configuram uma clivagem por sexo.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de convergência. A confiança agregada ("muita/alguma confiança") é praticamente idêntica entre homens e mulheres (55,9% e 55,7%, respetivamente). Do mesmo modo, a desconfiança agregada ("pouca/nenhuma confiança") apresenta valores próximos entre si (44,1% entre homens e 44,2% entre mulheres).

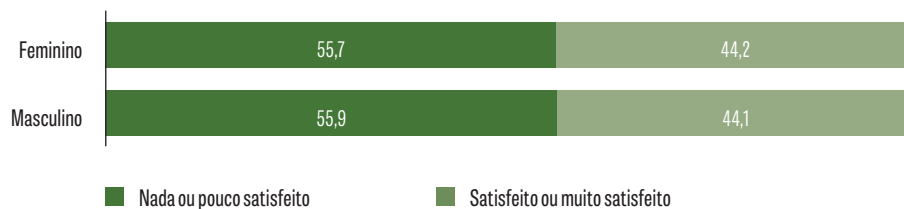
Em síntese, os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por sexo na confiança nas instituições políticas portuguesas. Em ambos os sexos, predomina uma confiança intermédia, coexistindo com uma proporção expressiva de baixa confiança e com valores residuais de confiança intensa.

Gráfico 51 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por sexo (em %) – População



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,500; valor-p=0,617

Gráfico 52 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – População



4.3 Análise por grupo etário

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o grupo etário, permite avaliar se existem diferenças entre as diferentes faixas etárias na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

A desagregação por grupo etário não revela diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante em todos os grupos, embora com variações descritivas moderadas.

Na distribuição pelas quatro categorias, os 16-24 anos apresentam 58,4% em “alguma confiança” e 2% em “muita confiança”, em comparação a 27,5% em “pouca confiança” e 12,1% em “nenhuma confiança”. Entre os 25-34 anos, 57,8% indicam “alguma confiança” e 0,7% “muita confiança”, enquanto 31,4% se situam em “pouca confiança” e 10% em “nenhuma confiança”. No grupo de 35-64 anos, observa-se 49,7% em “alguma confiança” e 3,1% em “muita confiança”, ao passo que 35,1% indicam “pouca confiança” e 12,1% “nenhuma confiança”. Por fim, entre os 65 ou mais, 56,8% declaram “alguma confiança” e 1,5% “muita confiança”, enquanto 32,9% se posicionam em “pouca confiança” e 8,8% em “nenhuma confiança”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de estabilidade. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) varia entre 52,8% (35-64 anos) e 60,4% (16-24 anos), situando-se em 58,5% nos 25-34 anos e em 58,3% nos 65 anos ou mais. Em

sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) oscila entre 39,6% (16-24 anos) e 47,2% (35-64 anos), com valores próximos nos 25-34 anos (41,4%) e nos 65 anos ou mais (41,7%).

Em síntese, a confiança nas instituições políticas é maioritária em todas as faixas etárias, sem diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, observa-se, descritivamente, que o grupo de 35-64 anos apresenta um perfil relativamente menos favorável (menor confiança agregada e maior desconfiança agregada), enquanto os 16-24 anos registam o valor mais elevado de confiança agregada. Apesar dessas variações, o padrão geral permanece relativamente estável entre os escalões etários.

Gráfico 53 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por grupo etário (em %) – População

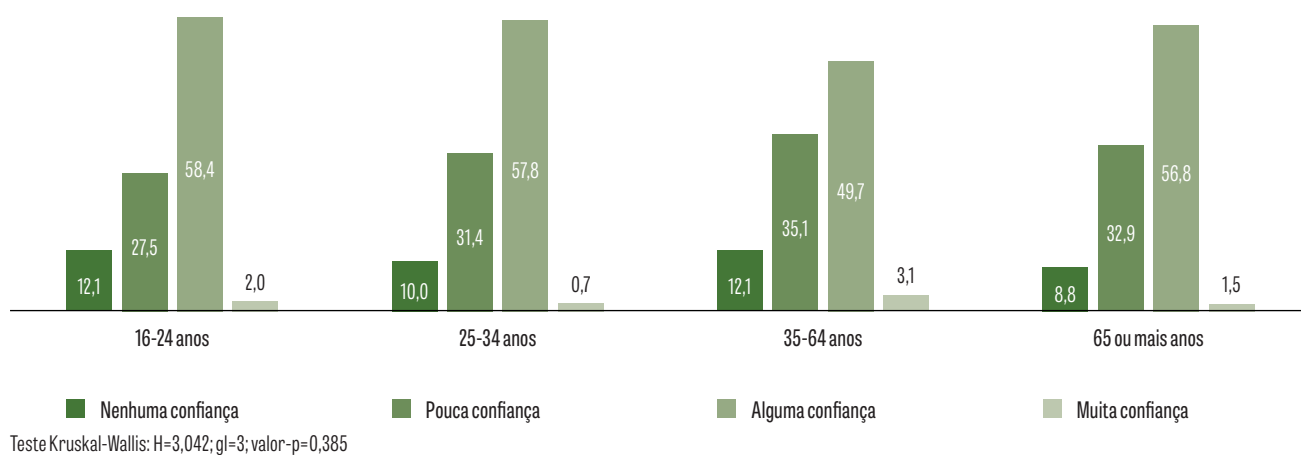
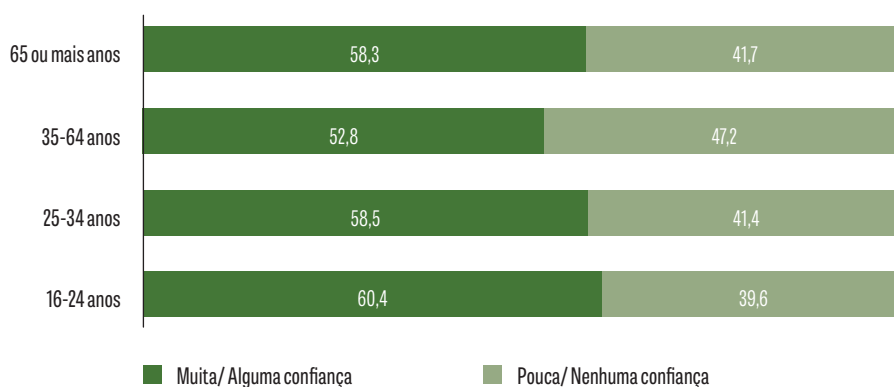


Gráfico 54 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – População



4.4 Análise por escolaridade

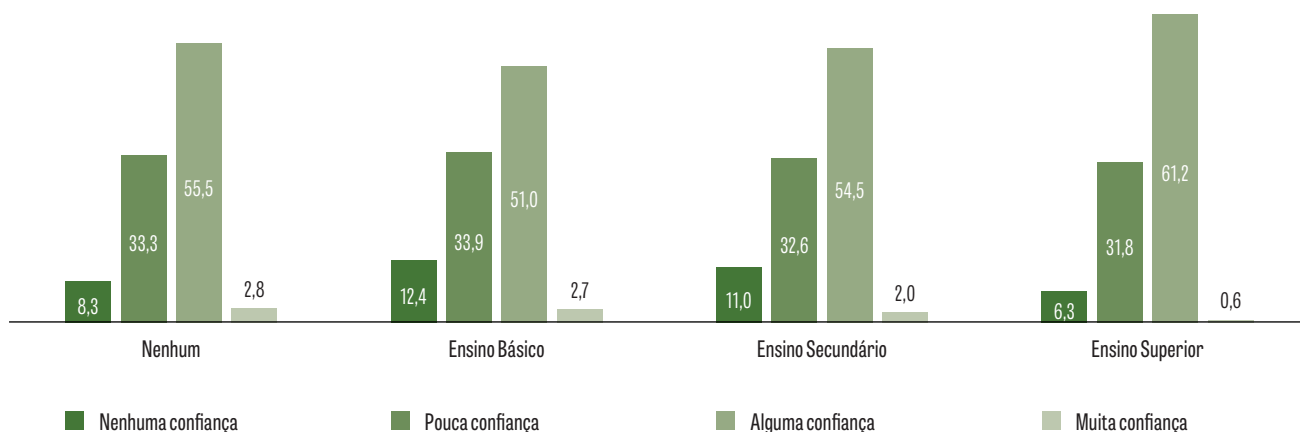
A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo a escolaridade, permite avaliar se existem diferenças entre níveis de ensino na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

A desagregação por escolaridade não revela diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante em todos os grupos, embora com variações descritivas moderadas.

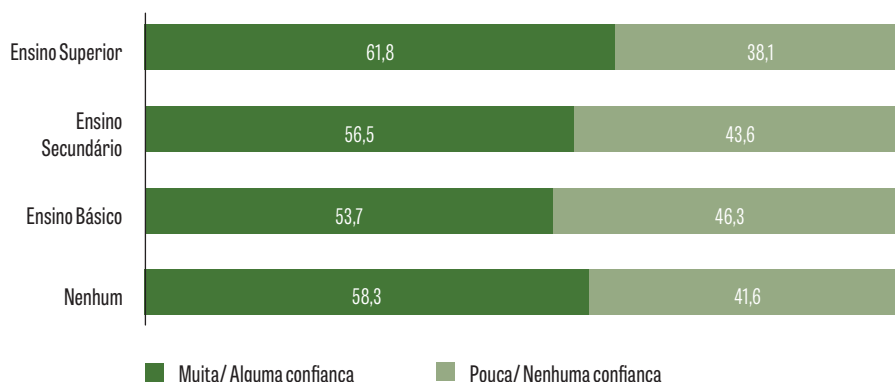
Na distribuição pelas quatro categorias, entre os inquiridos sem escolaridade, 55,5% situam-se em “alguma confiança” e 2,8% em “muita confiança”, face a 33,3% em “pouca confiança” e 8,3% em “nenhuma confiança”. No ensino básico, 51% indicam “alguma confiança” e 2,7% “muita confiança”, enquanto 33,9% se posicionam em “pouca confiança” e 12,4% em “nenhuma confiança”. No ensino secundário, registam-se 54,5% em “alguma confiança” e 2% em “muita confiança”, ao passo que 32,6% se situam em “pouca confiança” e 11% em “nenhuma confiança”. Por fim, no ensino superior, observa-se 61,2% em “alguma confiança” e 0,6% em “muita confiança”, em comparação com 31,8% em “pouca confiança” e 6,3% em “nenhuma confiança”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de estabilidade. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) varia entre 53,7% (ensino básico) e 61,8% (ensino superior), situando-se em 58,3% entre os inquiridos sem escolaridade e em 56,5% no ensino secundário. Em sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) oscila entre 38,1% (ensino superior) e 46,3% (ensino básico), atingindo 41,6% entre os inquiridos sem escolaridade e 43,6% no ensino secundário.

Em síntese, a confiança nas instituições políticas é maioritária em todos os níveis de escolaridade, sem diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, observa-se, descritivamente, que o ensino superior apresenta um perfil relativamente mais favorável (maior confiança agregada e menor desconfiança agregada), enquanto o ensino básico regista um padrão menos favorável (menor confiança agregada e maior desconfiança agregada). Apesar dessas variações, o padrão geral permanece semelhante entre os níveis de escolaridade.

Gráfico 55 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por escolaridade (em %) – População

Teste Kruskal-Wallis: H=3,130; gl=3; valor-p=0,372

Gráfico 56 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – População

4.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se existem diferenças na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

A desagregação por rendimento do agregado familiar revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a confiança institucional varia de forma relevante em função da situação económica percebida.

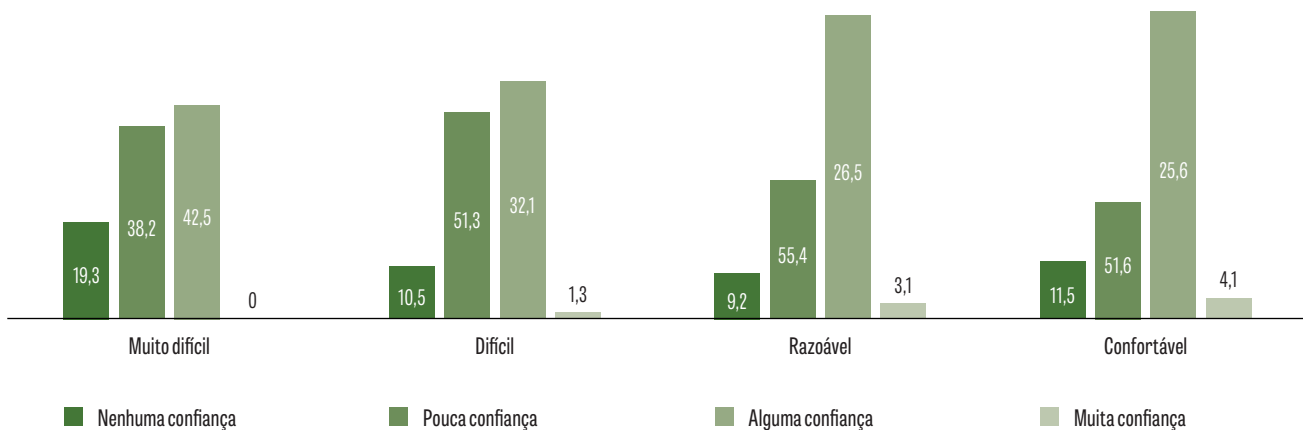
Na distribuição pelas quatro categorias, o grupo que refere que viver com o rendimento atual é muito difícil apresenta 42,5% em “alguma confiança” e 0% em “muita confiança”, face a 38,2% em “pouca confiança” e 19,3% em “nenhuma confiança”. No grupo difícil, regista-se 47,2% em “alguma confiança” e 1,3% em “muita confiança”, enquanto 41,1% se situam em “pouca confiança” e 10,5% em “nenhuma confiança”. No

grupo razoável, observa-se um perfil mais favorável, com 60,3% em “alguma confiança” e 3,1% em “muita confiança”, ao passo que 27,5% indicam “pouca confiança” e 9,2% “nenhuma confiança”. Por fim, no grupo confortável, a distribuição mantém-se igualmente positiva, com 61,1% em “alguma confiança” e 4,1% em “muita confiança”, face a 23,3% em “pouca confiança” e 11,5% em “nenhuma confiança”.

A análise com categorias agregadas reforça esta diferenciação. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) aumenta de forma acentuada do grupo muito difícil (42,5%) para o grupo difícil (48,5%), atingindo valores claramente superiores nos grupos razoável (63,4%) e confortável (65,2%). Em sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) é mais elevada no grupo muito difícil (57,5%) e diminui nos grupos com melhores condições económicas percecionadas, situando-se em 51,6% no grupo difícil, 36,7% no grupo razoável e 34,8% no grupo confortável.

Em síntese, a confiança nas instituições políticas varia significativamente consoante o rendimento percecionado do agregado. Os grupos em situação económica mais vulnerável (“muito difícil” e “difícil”) apresentam níveis mais elevados de desconfiança e perfis globalmente menos favoráveis. Já os grupos que referem viver “razoavelmente” ou “confortavelmente” evidenciam níveis substancialmente mais elevados de confiança agregada e menor desconfiança. Este padrão sugere que a confiança institucional, enquanto dimensão de apoio específico, é sensível às condições económicas percecionadas pelos inquiridos.

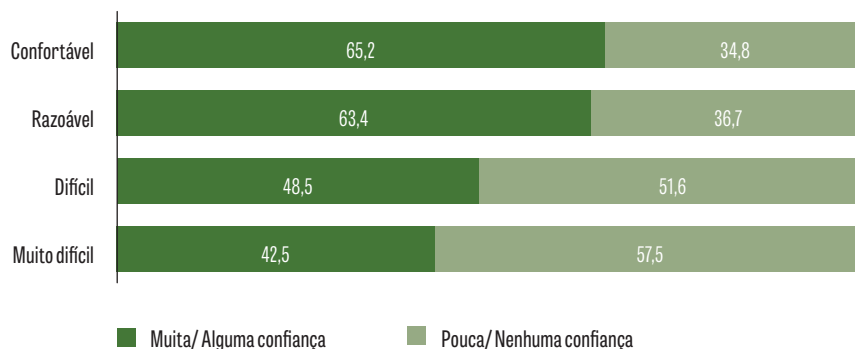
Gráfico 57 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: $H=34,414$; $gl=3$; valor- $p<0,001$

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 58 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – População



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

4.6 Análise por habitat

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o habitat, permite avaliar se existem diferenças na avaliação do desempenho institucional concreto consoante o contexto territorial de residência (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

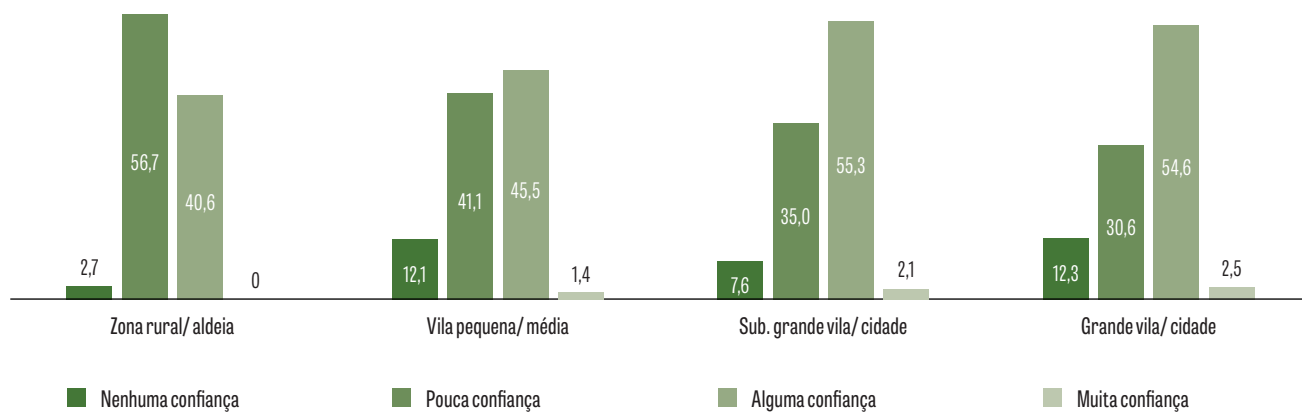
A desagregação por habitat não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante, embora com variações descritivas relevantes.

Na distribuição pelas quatro categorias, na zona rural/aldeia, 40,6% situam-se em “alguma confiança” e não se regista “muita confiança” (0%), enquanto 56,7% indicam “pouca confiança” e 2,7% “nenhuma confiança”. Na vila pequena/média, observa-se 45,5% em “alguma confiança” e 1,4% em “muita confiança”, face a 41,1% em “pouca confiança” e 12,1% em “nenhuma confiança”. No subúrbio de grande vila/cidade, 55,3% declaram “alguma confiança” e 2,1% “muita confiança”, enquanto 35% se situam em “pouca confiança” e 7,6% em “nenhuma confiança”. Por fim, na grande vila/cidade, 54,6% indicam “alguma confiança” e 2,5% “muita confiança”, em contraste com 30,6% em “pouca confiança” e 12,3% em “nenhuma confiança”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) é mais baixa na zona rural/aldeia (40,6%), aumenta na vila pequena/média (46,9%) e atinge valores mais elevados nos contextos urbano e suburbano (57,4% no subúrbio e 57,1% na grande vila/cidade). Em sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) é mais elevada na zona rural/aldeia (59,4%), diminui na vila pequena/média (53,2%) e é substancialmente mais baixa no subúrbio e na grande vila/cidade (42,6% e 42,9%, respetivamente).

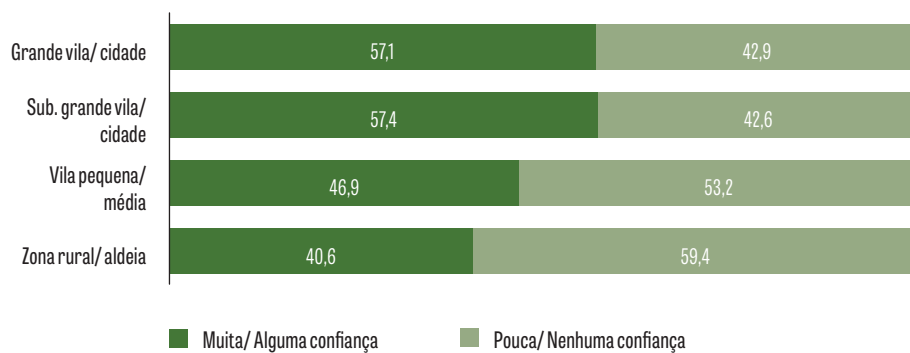
Em síntese, embora não se observem diferenças estatisticamente significativas entre habitats, os resultados evidenciam uma clivagem descritiva. A zona rural/aldeia apresenta menor confiança agregada e maior desconfiança agregada, enquanto os contextos urbano e suburbano revelam níveis mais elevados de confiança institucional. Ainda assim, o padrão geral mantém-se relativamente estável entre habitats, com predomínio de posições intermédias na avaliação da confiança.

Gráfico 59 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por *habitat* (em %) – População



Teste Kruskal-Wallis: H=3,791; gl=3; valor-p=0,285

Gráfico 60 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %) – População



50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Capítulo 2

Atitudes dos jovens face à democracia e às instituições políticas

Neste capítulo são apresentados e analisados de forma desenvolvida os resultados relativos às atitudes dos jovens face à democracia e às instituições políticas em quatro domínios: (1) Apoio difuso à democracia enquanto regime político; (2) Apoio a diferentes formas de governo para Portugal; (3) Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal; (4) Confiança nas instituições políticas portuguesas.

5. Apoio difuso à democracia enquanto regime político

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida aceitam e apoiam estruturalmente a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto.

O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte questão:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

Para fins analíticos e de apresentação dos resultados, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram ainda agregadas em uma única categoria, que representa concordância com a afirmação. Por outro lado, as opções “discorda” e “discorda totalmente” foram igualmente agrupadas numa única categoria indicativa de discordância.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

5.1 Análise global

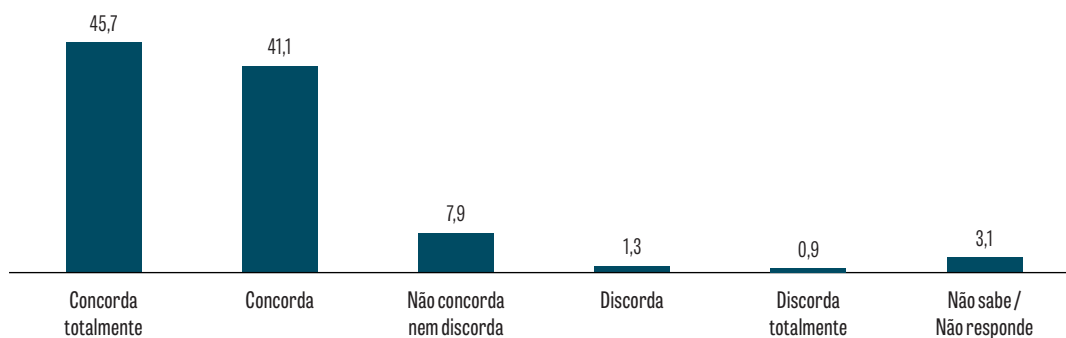
Os jovens portugueses evidenciam um apoio normativo muito elevado à democracia enquanto regime político: 86,8% dos inquiridos concordam ou concordam totalmente que, apesar dos seus defeitos, a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime. Este valor indica uma forte preferência normativa pela democracia entre os jovens, sugerindo que a adesão ao princípio democrático é amplamente partilhada entre os jovens.

A discordância expressa é reduzida, limitada a 2,2% dos inquiridos, o que indica que a rejeição explícita da democracia enquanto ideal normativo tem expressão minoritária entre os jovens. A proporção de indivíduos que optam pela resposta neutra (“não concorda nem discorda”) é igualmente limitada (7,9%), sugerindo que a maioria tende a posicionar-se de forma clara face à afirmação apresentada.

Importa sublinhar, ainda, que 45,7% dos jovens declaram concordar totalmente com a desejabilidade da democracia em relação a qualquer outra alternativa. Este resultado evidencia não apenas concordância, mas também maior intensidade de apoio normativo, o que traduz uma adesão particularmente firme ao princípio democrático.

A agregação de categorias confirma esta configuração, visto que 86,8% se situa na categoria de concordância (concorda/concorda totalmente), enquanto 2,2% se posicionam na categoria de discordância (discorda/discorda totalmente). A percentagem que assume a resposta neutra (“não concorda nem discorda”) é de 7,9%, e a não-resposta (3,1%) permanece residual.

Em síntese, os resultados permitem concluir que a democracia é amplamente valorizada enquanto regime político entre os jovens portugueses, constituindo-se como uma referência normativa central. A oposição explícita à democracia é minoritária, e a adesão manifesta-se em níveis elevados, incluindo uma componente expressiva de concordância total, o que indica um apoio normativo intenso ao ideal democrático.

Gráfico 61 Apoio difuso à democracia (em %) – Jovens**Gráfico 62** Apoio difuso à democracia com categorias agregadas (em %) – Jovens

5.2 Análise por sexo

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o sexo, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças entre homens e mulheres quanto ao grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por sexo, não revela diferenças estatisticamente significativas entre jovens do sexo masculino e feminino, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante nos dois grupos.

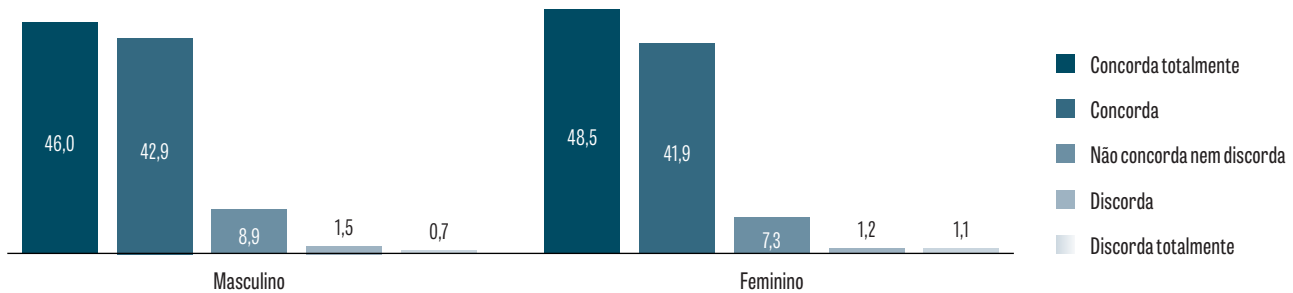
Em termos de distribuição pelas cinco categorias de resposta, entre os jovens do sexo masculino, 46% declaram “concorda totalmente” e 42,9% “concorda”, enquanto 8,9% respondem “não concorda nem discorda”, 1,5% “discorda” e 0,7% “discorda totalmente”. Entre as jovens do sexo feminino, 48,5% indicam “concorda totalmente”, 41,9% “concorda”, 7,3% “não concorda nem discorda”, 1,2% “discorda” e 1,1% “discorda totalmente”. Em termos descritivos, observa-se um padrão muito próximo, com predominância clara da concordância em ambos os sexos.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma esta semelhança. Entre os jovens do sexo masculino, 88,9% posicionam-se em “Concorda/ Concorda totalmente”, face a 8,9% em “Não concorda nem discorda” e 2,2% em “Discorda/ Discorda totalmente”. Entre as jovens do sexo feminino, 90,4% situam-se em “Concorda/ Concorda totalmente”, 7,3% em “Não concorda nem discorda” e 2,3%

em “Discorda/Discorda totalmente”. As diferenças observadas são pequenas e não configuram uma clivagem por sexo.

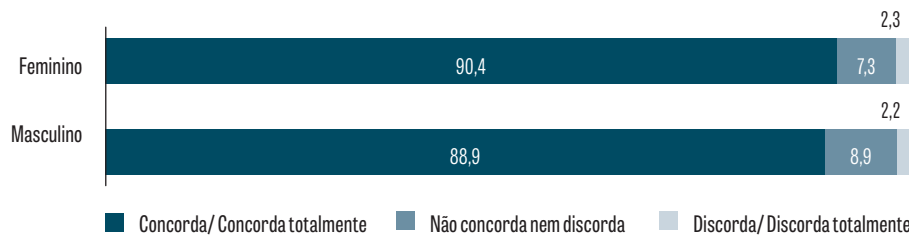
Em síntese, o apoio difuso à democracia entre os jovens portugueses é muito elevado tanto entre homens como entre mulheres, com níveis de concordância agregada próximos e uma discordância residual. As diferenças observadas não são estatisticamente significativas, indicando que o sexo não se associa de forma estatisticamente significativa a variações no apoio normativo à democracia no universo jovem.

Gráfico 63 Apoio difuso à democracia: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,605; valor-p=0,545

Gráfico 64 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



5.3 Análise por grupo etário

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o grupo etário, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças entre os grupos de 16 a 24 anos e de 25 a 34 anos quanto ao grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político.

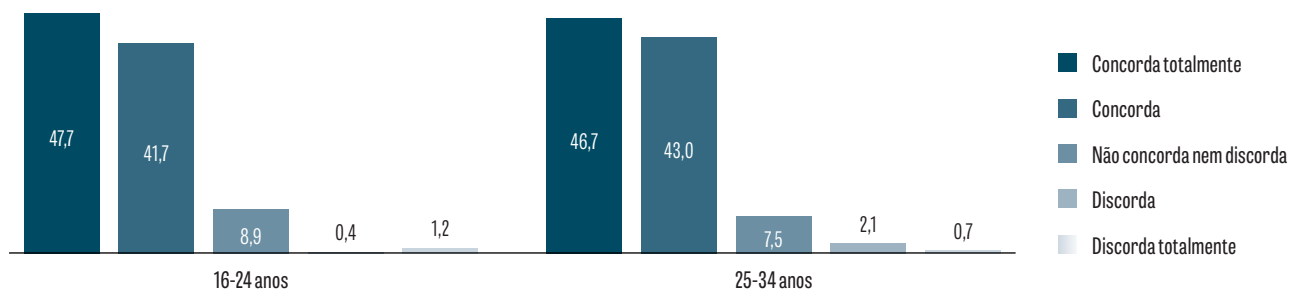
A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por grupo etário, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos etários considerados, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante entre 16-24 e 25-34 anos.

Em termos de distribuição pelas cinco categorias de resposta, no grupo dos 16-24 anos, 47,7% declaram “concorda totalmente” e 41,7% “concorda”, enquanto 8,9% respondem “não concorda nem discorda”, 0,4% “discorda” e 1,2% “discorda totalmente”. No grupo dos 25-34 anos, os valores são igualmente elevados nas categorias de concordância, visto que 46,7% em “concorda totalmente” e 43% em “concorda”, com 7,5% em “não concorda nem discorda”, 2,1% em “discorda” e 0,7% em “discorda totalmente”. Em termos descritivos, observa-se um padrão muito próximo entre os dois grupos, com variações marginais sobretudo nas categorias de discordância.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma a semelhança geral. Entre os 16-24 anos, 89,4% posicionam-se em “Concorda/Concorda totalmente”, face a 8,9% em “Não concorda nem discorda” e 1,6% em “Discorda/Discorda totalmente”. Entre os 25-34 anos, 89,7% situam-se em “Concorda/Concorda totalmente”, 7,5% em “Não concorda nem discorda” e 2,8% em “Discorda/Discorda totalmente”. As diferenças observadas são reduzidas e não configuram uma clivagem etária no universo jovem.

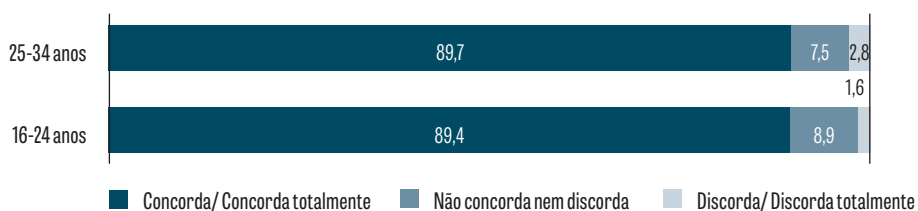
Em síntese, o apoio difuso à democracia entre os jovens portugueses é muito elevado tanto no grupo de 16-24 anos como no grupo de 25-34 anos, com níveis de concordância agregada praticamente idênticos e discordância residual quanto à superioridade normativa da democracia. As diferenças observadas não são estatisticamente significativas, indicando que, dentro do universo jovem, a idade não se associa de forma estatisticamente significativa a variações no apoio normativo à democracia.

Gráfico 65 Apoio difuso à democracia: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste de Mann-Whitney: $Z = -0,090$; valor- $p = 0,928$

Gráfico 66 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



5.4 Análise por escolaridade

A análise do apoio difuso à democracia, segundo a escolaridade, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças significativas no grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político, consoante o nível de ensino.

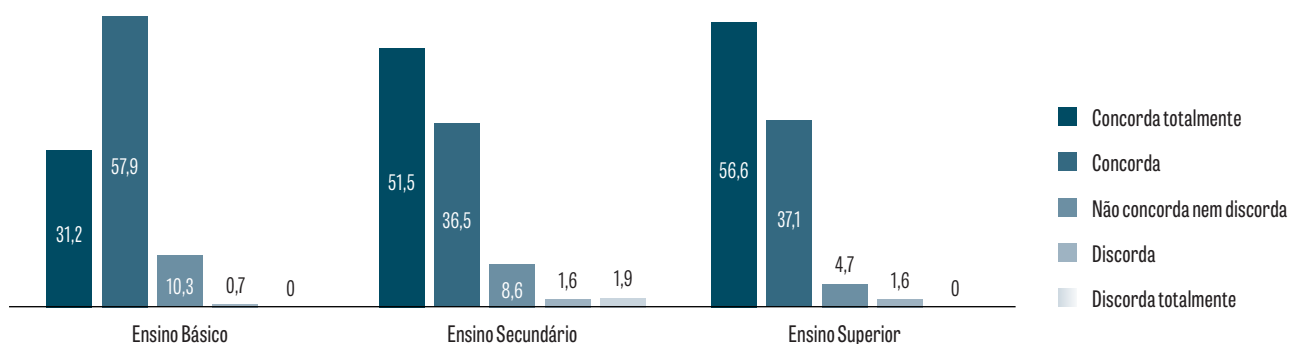
A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por escolaridade, revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos considerados, indicando que o padrão de apoio varia de forma relevante com o nível de escolaridade no universo jovem.

Em termos de distribuição entre as cinco categorias de resposta (excluindo “Não sabe/Não responde”), observa-se um aumento marcado da concordância total à medida que a escolaridade aumenta. No ensino básico, 31,2% declaram “concorda totalmente” e 57,9% “concorda”. No ensino secundário, a concordância total sobe para 51,5%, enquanto a concordância simples desce para 36,5%. No ensino superior, a concordância total atinge 56,6% e a concordância simples é de 37,1%. A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) diminui com a escolaridade, passando de 10,3% no básico para 8,6% no secundário e 4,7% no superior.

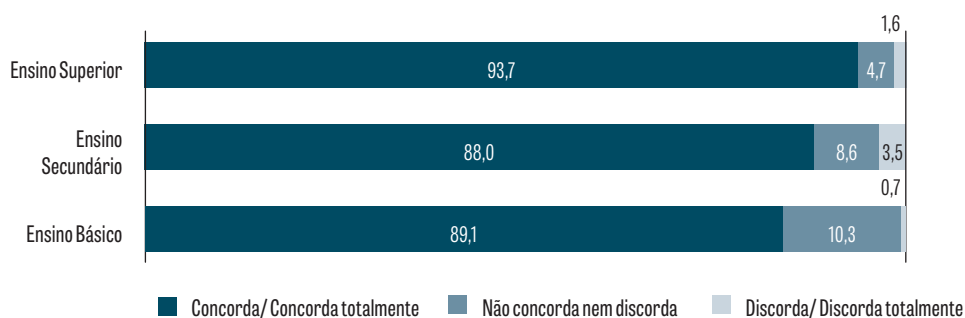
Nas categorias de discordância, os valores permanecem baixos em todos os níveis de ensino. No ensino básico, a discordância é residual (0,7% em “discorda” e 0% em “discorda totalmente”). No ensino secundário, “discorda” é 1,6% e “discorda totalmente” 1,9%. No ensino superior, “discorda” mantém-se em 1,6% e “discorda totalmente” é inexistente. Em termos descritivos, a discordância surge com maior expressão no ensino secundário, embora permaneça minoritária.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma a configuração geral. A concordância agregada (“Concorda/Concorda totalmente”) é muito elevada em todos os níveis: 89,1% no ensino básico, 88% no ensino secundário e 93,7% no ensino superior. A neutralidade diminui de 10,3% (básico) para 8,6% (secundário) e 4,7% (superior). A discordância agregada (“Discorda/Discorda totalmente”) é baixa, situando-se em 0,7% no básico, 3,5% no secundário e 1,6% no superior.

Em síntese, a escolaridade associa-se de forma estatisticamente significativa ao apoio difuso à democracia entre os jovens. Observa-se um padrão em que níveis mais elevados de ensino correspondem a maior intensidade de apoio, expressa no aumento da concordância total com a superioridade normativa da democracia e na redução da neutralidade. Apesar da concordância agregada ser elevada em todos os grupos, o ensino superior destaca-se por combinar a maior proporção de concordância total com os níveis mais baixos de neutralidade e de discordância, sugerindo um apoio normativo mais firme ao ideal democrático entre os jovens mais escolarizados.

Gráfico 67 Apoio difuso à democracia: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Teste Kruskal-Wallis: $H=9,420$; $gl=2$; valor- $p<0,002$

Gráfico 68 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

5.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças significativas no grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político, consoante a situação económica percebida do agregado familiar.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por rendimento, revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos considerados, indicando que o padrão de apoio varia de forma relevante conforme a situação do agregado em relação ao rendimento.

Em termos de distribuição pelas cinco categorias de resposta (excluindo “Não sabe/ Não responde”), observa-se que a concordância se mantém elevada em todos os níveis de rendimento, mas com diferenças na intensidade do apoio. No grupo que refere ser muito difícil viver com o rendimento atual, apenas 18,7% declaram “concorda totalmente”, enquanto 68,5% indicam “concorda”, sinalizando um apoio sobretudo moderado. Entre os que referem ser difícil, a concordância total sobe para 50,3% e a concordância simples desce para 38,7%. No grupo razoável, 49% concordam total-

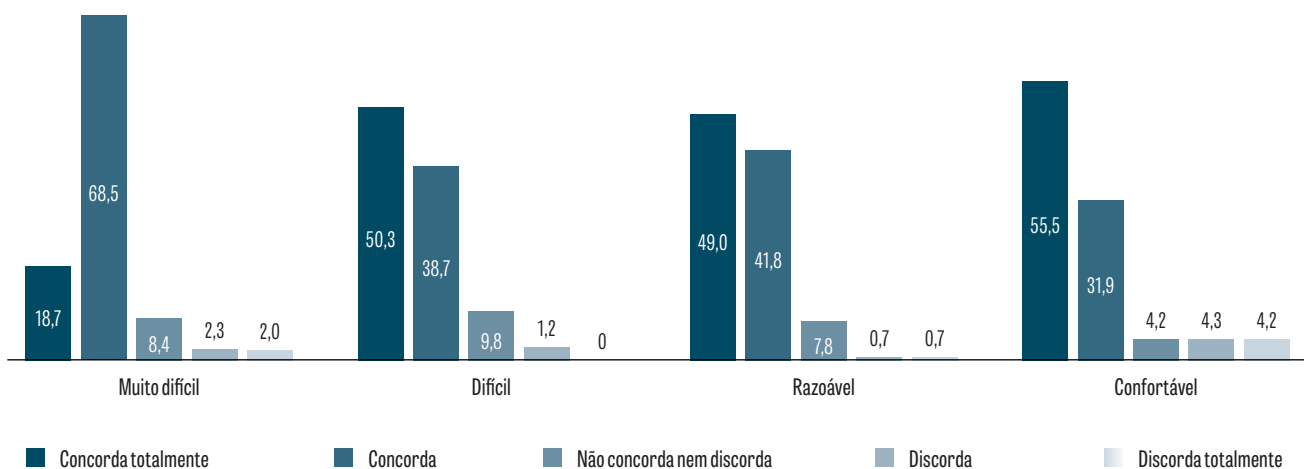
mente e 41,8% concordam. Já entre os que vivem de forma confortável, a concordância total atinge 55,5% e a concordância simples é de 31,9%, reforçando um padrão de apoio mais intenso.

A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) apresenta valores reduzidos em todos os grupos, variando entre 4,2% (confortável) e 9,8% (difícil). Nas categorias de discordância, os valores permanecem minoritários, mas com variação relevante. No grupo muito difícil, registam-se 2,3% em “discorda” e 2% em “discorda totalmente”. No grupo difícil, a discordância é residual (1,2% em “discorda” e inexistente em “discorda totalmente”). No grupo razoável, surgem 0,7% em “discorda” e 0,7% em “discorda totalmente”. No grupo confortável, a discordância aumenta para 4,3% em “discorda” e 4,2% em “discorda totalmente”.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma estas diferenças. A concordância agregada (“Concorda/Concorda totalmente”) mantém-se alta em todos os grupos, oscilando entre 87,2% (muito difícil) e 90,8% (razoável), sendo 89% no grupo “difícil” e 87,4% no “confortável”. Contudo, a discordância agregada (“Discorda/Discorda totalmente”) varia de forma mais marcada: 4,3% em “muito difícil”, 1,2% em “difícil”, 1,4% em “razoável” e 8,5% em “confortável”. A neutralidade também diminui no grupo “confortável” (4,2%) face aos restantes (7,8%-9,8%).

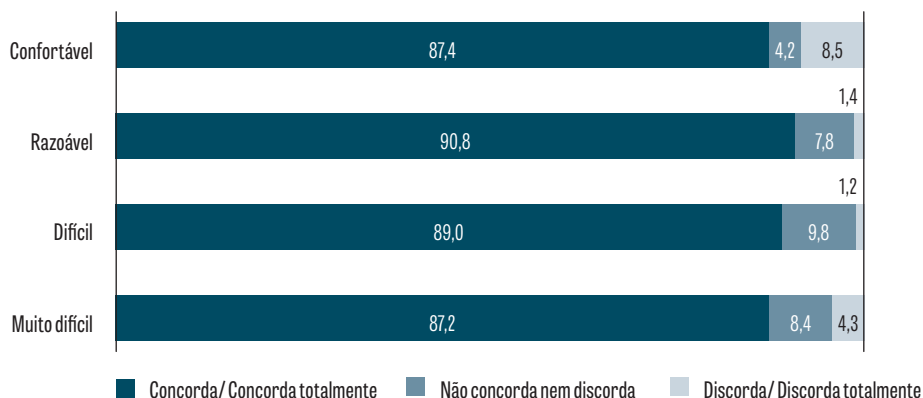
Em síntese, o rendimento do agregado familiar associa-se de forma estatisticamente significativa ao apoio difuso à democracia entre os jovens. Embora a concordância agregada permaneça elevada em todos os grupos, observam-se diferenças relevantes na estrutura do apoio. Os jovens em situação muito difícil distinguem-se por níveis mais baixos de concordância total e maior peso da concordância moderada. Já os jovens em situação confortável apresentam a concordância total mais elevada com a superioridade normativa da democracia, mas também uma maior expressão de discordância agregada. Este padrão indica que a situação económica percebida se relaciona com variações na intensidade e no posicionamento face ao ideal democrático no universo jovem.

Gráfico 69 Apoio difuso à democracia: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: H=12,134; gl=3; valor-p=0,007

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 70 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

5.6 Análise por habitat

A análise do apoio difuso à democracia, segundo o habitat, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças no grau de adesão normativa à ideia de que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime político, consoante o tipo de habitat onde residem.

A análise do apoio difuso à democracia, desagregada por habitat, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos considerados, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante entre os diferentes tipos de habitat.

Em termos de distribuição entre as cinco categorias de resposta (excluindo “Não sabe/Não responde”), observa-se que a concordância é muito elevada em todos os habitats. Na zona rural/aldeia, 65,8% declaram “concorda totalmente” e 25,9% “concorda”. Na vila pequena/média, os valores são 45% e 47,1%, respetivamente. Nos subúrbios de grande vila/cidade, 51,7% concordam totalmente e 40,7% concordam. Já na grande vila/cidade, 45,6% indicam “concorda totalmente” e 42,9% “concorda”. A resposta neutra (“não concorda nem discorda”) mantém uma expressão limitada, sendo mais elevada na grande vila/cidade (9,6%) e na zona rural/aldeia (8,3%), e mais baixa nos subúrbios de grande vila/cidade (3,9%) e na vila pequena/média (5,3%).

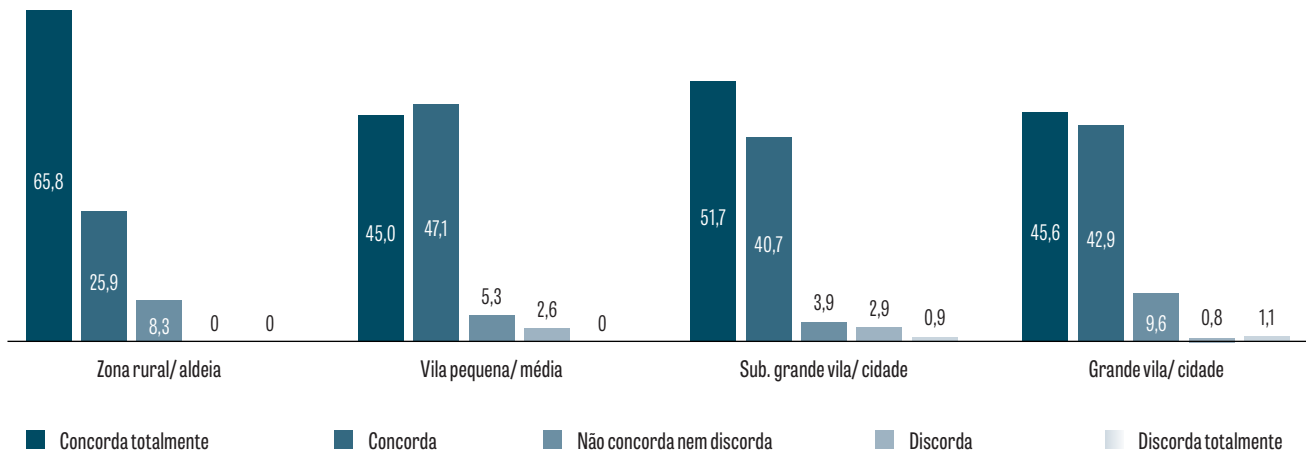
Nas categorias de discordância, os valores são globalmente baixos. Na zona rural/aldeia, não se registam respostas de discordância. Na vila pequena/média, a discordância é de 2,6% em “discorda” e inexistente em “discorda totalmente”. Nos subúrbios de grande vila/cidade, surgem 2,9% em “discorda” e 0,9% em “discorda totalmente”. Na grande vila/cidade, os valores são 0,8% em “discorda” e 1,1% em “discorda totalmente”. Em termos descritivos, a discordância é ligeiramente mais visível nos contextos suburbanos e de vila pequena/média, mantendo-se, contudo, residual.

A análise com categorias agregadas facilita a leitura comparativa e confirma a semelhança geral dos resultados. A concordância agregada (“Concorda/Concorda totalmente”) mantém-se elevada em todos os tipos de habitat: 91,7% na zona rural/aldeia, 92,1% na vila pequena/média, 92,4% nos subúrbios de grande vila/cidade e

88,5% na grande vila/cidade. A resposta neutra varia entre 3,9% (subúrbios de grande vila/cidade) e 9,6% (grande vila/cidade). A discordância agregada é inexistente na zona rural/aldeia e oscila entre 1,9% (grande vila/cidade), 2,6% (vila pequena/média) e 3,8% (subúrbios de grande vila/cidade).

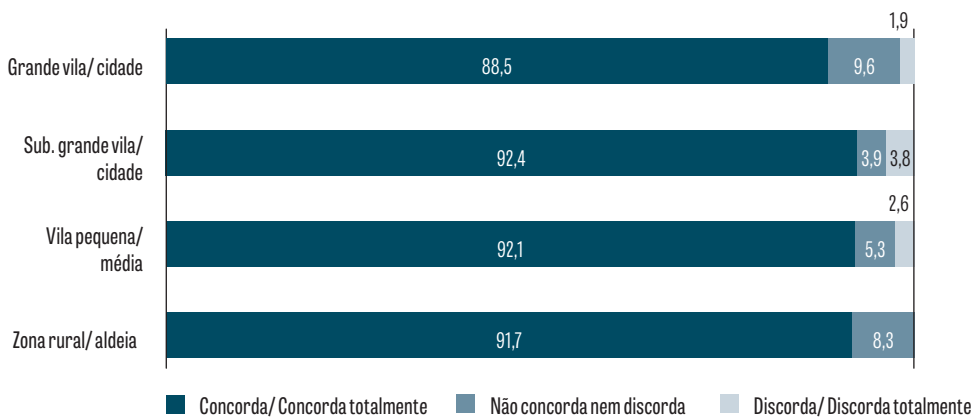
Em síntese, o apoio difuso à democracia entre os jovens portugueses é muito elevado independentemente do *habitat*, e as diferenças observadas não são estatisticamente significativas. Apesar de pequenas variações descritivas, como maior concordância total na zona rural/aldeia e maior neutralidade na grande vila/cidade, o padrão global mantém-se amplamente convergente, com predominância clara da concordância com a superioridade normativa do regime democrático em todos os tipos de *habitat*.

Gráfico 71 Apoio difuso à democracia: análise por *habitat* (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: H=2,881; gl=3; valor-p=0,410

Gráfico 72 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



6. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte questão:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;
- Serem as Forças Armadas a governar o país.

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito boa” e “Boa” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo relativo a cada forma de governo. De forma análoga, as respostas “Má” e “Muito má” foram agrupadas numa única categoria que captura um sentimento negativo quanto a cada forma de governo.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas” com valores agrupados em classes ordinais, baseado nos três indicadores não democráticos incluídos na questão: “governo de um líder forte”, “governo de especialistas” e “governo das forças armadas”. Este índice foi utilizado na análise das variáveis socio-demográficas deste capítulo. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

6.1 Análise global

Os jovens portugueses evidenciam uma avaliação muito positiva da adoção de um sistema democrático em Portugal, visto que 90,7% dos inquiridos consideram esta opção “boa” ou “muito boa”, incluindo 52,1% que a classificam como “muito boa”. Em contraste, a avaliação negativa é residual (3,5% em “má/muito má”), indicando que a democracia é amplamente reconhecida como uma forma de governo desejável entre os jovens.

No que respeita às formas não democráticas de governo, o padrão é mais heterogéneo. A opção de um líder forte, sem parlamento nem eleições, divide os jovens, visto que 41,5% avaliam-na como “boa/muito boa”, enquanto 45,7% a classificam como “má/muito má”, com 12,9% de “não sabe/não responde”. Isto revela que, apesar de predominar a avaliação negativa, existe uma proporção socialmente relevante de jovens que considera positiva uma solução de concentração de poder.

A alternativa de um governo de especialistas (em detrimento de governantes eleitos) é, entre as opções não democráticas, a que reúne a avaliação mais positiva, visto que 58% a consideram “boa/muito boa”, face a 23,2% em “má/muito má” e 18,8% de não

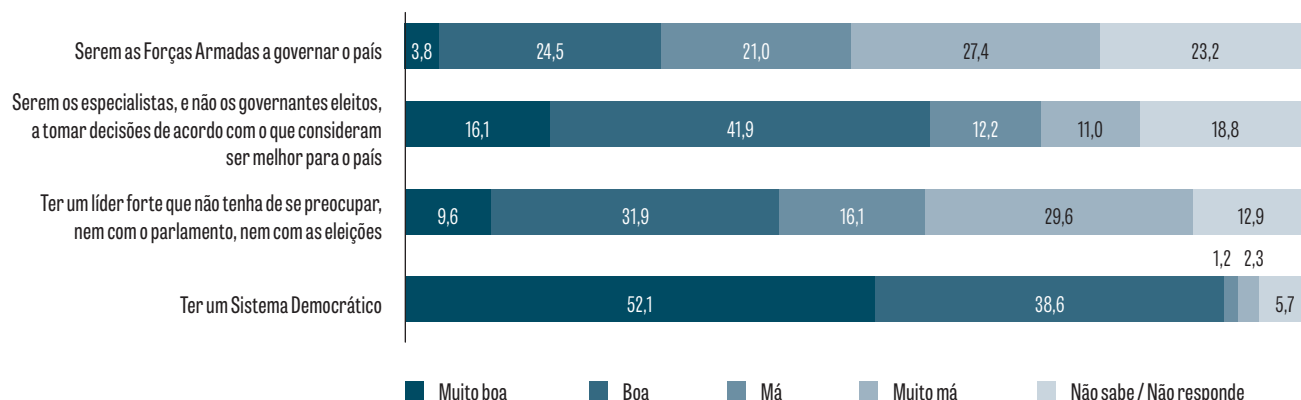
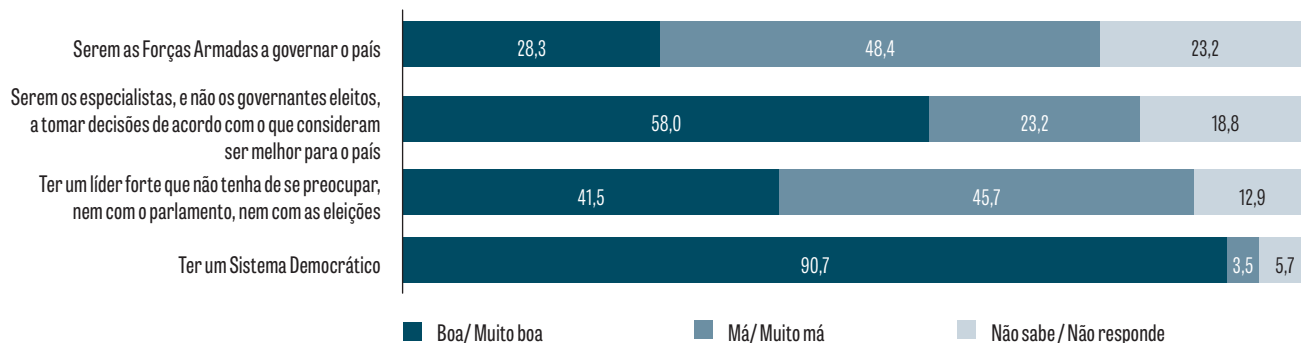
resposta. Este resultado sugere uma predisposição relativamente elevada entre os jovens para valorizar soluções tecnocráticas, embora acompanhada de um nível de não resposta significativo, superior ao observado no caso do sistema democrático.

Já a possibilidade de as Forças Armadas governarem o país é avaliada predominantemente de forma negativa, visto que 48,4% a classificam como “má/muito má”, face a 28,3% em “boa/muito boa”, com 23,2% de “não sabe/não responde”. Trata-se, portanto, da alternativa com maior rejeição explícita entre os jovens e, simultaneamente, com o valor mais elevado de não resposta, sugerindo maior reserva e/ou menor disposição para se posicionar relativamente a esta hipótese.

A agregação de categorias confirma estes padrões. O sistema democrático apresenta uma avaliação positiva claramente dominante (90,7%), enquanto as alternativas não democráticas revelam níveis de aceitação diferenciados. A solução de líder forte apresenta um perfil dividido (41,5% positivos e 45,7% negativos). O governo de especialistas concentra maior aceitação (58% positivos) e o governo das Forças Armadas é maioritariamente rejeitado (48,4% negativos). Em todas as formas não democráticas avaliadas, a percentagem de não sabe/não responde é substancialmente superior à observada na forma de governo democrática, sugerindo maior ambivalência e/ou menor disposição para se posicionar.

Por fim, o índice de apoio a formas de governo não democráticas, agrupado em quatro classes ordinais, revela uma concentração na categoria “Boa” (54,5%), com 3,6% em “muito boa”, enquanto 28,3% se situam em “má” e 13,6% em “muito má”. Este padrão indica que, embora a democracia seja amplamente valorizada, verifica-se também uma abertura relevante, sobretudo moderada, a soluções não democráticas quando consideradas em conjunto, coexistindo com uma parcela expressiva de rejeição. Ainda assim, importa realçar que esta leitura agregada é, em grande medida, condicionada pela avaliação relativamente favorável da alternativa de serem os especialistas a tomar decisões. Assim, a abertura observada no índice reflete, sobretudo, a aceitação de soluções tecnocráticas. Já as alternativas mais claramente autoritárias, como um líder forte sem parlamento nem eleições e um governo das Forças Armadas, tendem a ser maioritariamente rejeitadas.

Em síntese, os resultados mostram que a democracia é amplamente reconhecida como a forma de governo mais desejável para Portugal entre os jovens, com níveis muito elevados de avaliação positiva e baixa rejeição. Contudo, as alternativas não democráticas não são unanimemente rejeitadas. A solução tecnocrática reúne aceitação considerável, a opção por um líder forte divide opiniões e o governo das Forças Armadas é predominantemente rejeitado. Em conjunto, estes resultados sugerem uma preferência robusta pela democracia, que coexiste com disposições relevantes, ainda que diferenciadas, para aceitar soluções não democráticas no universo jovem.

Gráfico 73 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (em %) – Jovens**Gráfico 74** Apoio a diferentes formas de governo para Portugal com categorias agregadas (em %) – Jovens**Gráfico 75** Apoio a formas de governo não democráticas para Portugal: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – Jovens

Nota: índice composto a partir das respostas às três questões (ter um "governo de um líder forte"; um "governo de especialistas"; e um "governo das forças armadas") e calculado para cada inquirido, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido "Não sabe/Não responde". Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

6.2 Análise por sexo

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o sexo, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças entre homens e mulheres na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por sexo, não revela diferenças estatisticamente significativas entre jovens do sexo masculino e feminino, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, entre os jovens do sexo masculino, 56,2% classificam a democracia como “muito boa” e 40,1% como “boa”, enquanto 1,8% a consideram “má” e 1,9% “muito má”. Entre os jovens do sexo feminino, 54,3% indicam “muito boa” e 41,8% “boa”, ao passo que 0,8% assinalam “má” e 3,1% “muito má”. Em termos descritivos, observa-se um padrão muito próximo, com predominância clara de avaliações positivas em ambos os sexos e valores residuais nas categorias negativas.

A análise com categorias agregadas confirma esta convergência quanto à forma de governo democrática. Entre os jovens do sexo masculino, 96,3% posicionam-se em “boa/muito boa”, face a 3,7% em “má/muito má”. Entre os jovens do sexo feminino, 96,1% situam-se em “boa/muito boa” e 3,9% em “má/muito má”. No conjunto, a avaliação positiva do sistema democrático é amplamente predominante em ambos os sexos, com diferenças marginais.

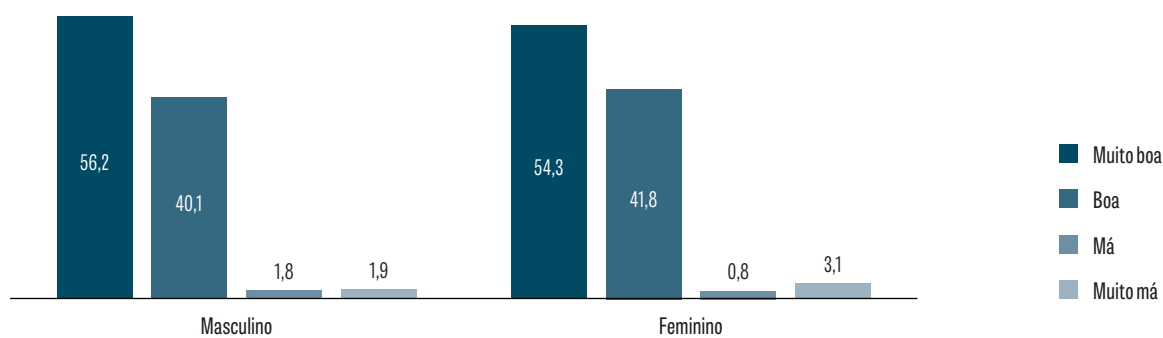
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por sexo, também não revela diferenças estatisticamente significativas, indicando distribuições semelhantes entre jovens do sexo masculino e feminino.

Na distribuição pelas quatro categorias, entre os jovens do sexo masculino, 52,2% situam-se em “boa” e 4,7% em “muito boa”, enquanto 27,7% se encontram em “má” e 15,4% em “muito má”. Entre os jovens do sexo feminino, 56,8% posicionam-se em “boa” e 2,5% em “muito boa”, ao passo que 28,9% se situam em “má” e 11,8% em “muito má”. Em termos descritivos, os jovens apresentam uma proporção ligeiramente superior na categoria “boa”, enquanto os jovens do sexo masculino registam uma proporção algo mais elevada em “muito boa” e “muito má”, embora as diferenças sejam pequenas.

A agregação de categorias reforça esta leitura. Entre os jovens do sexo masculino, 56,9% situam-se em “boa/muito boa” e 43,1% em “má/muito má”. Entre os jovens do sexo feminino, 59,3% encontram-se em “boa/muito boa” e 40,7% em “má/muito má”. A estrutura de respostas é muito próxima entre os sexos, com uma ligeira maior concentração feminina na avaliação positiva agregada.

Em síntese, os dados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por sexo na avaliação do sistema democrático nem no índice de apoio a formas de governo não democráticas entre os jovens. Tanto jovens do sexo masculino como feminino avaliam de forma muito positiva o sistema democrático, com níveis residuais de avaliação negativa. Quanto às formas não democráticas, observa-se igualmente um padrão semelhante entre os sexos, com variações descritivas pequenas que não configuram uma clivagem substantiva por sexo, sendo que a abertura captada no índice reflete sobretudo a aceitação relativa da alternativa tecnológica.

Gráfico 76 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por sexo (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,213; valor-p=0,831

Gráfico 77 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – Jovens

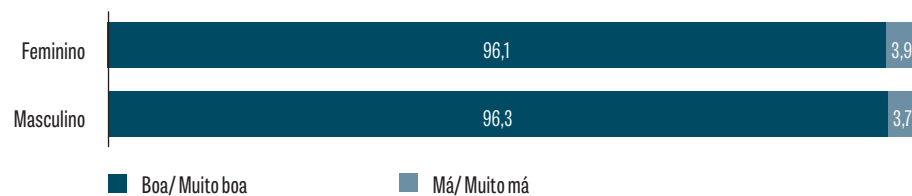
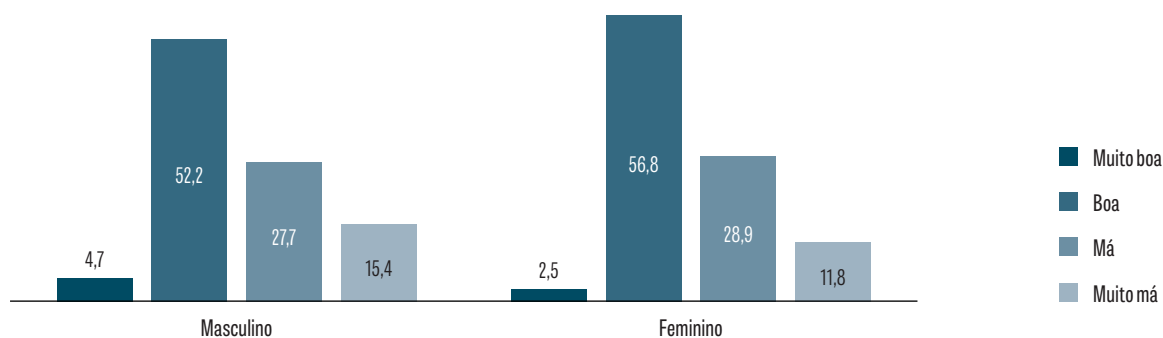


Gráfico 78 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por sexo (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,397; valor-p=0,692

Gráfico 79 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – Jovens



6.3 Análise por grupo etário

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o grupo etário, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças entre os grupos de 16-24 anos e de 25-34 anos na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por grupo etário, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos considerados, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante entre 16-24 e 25-34 anos.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, no grupo dos 16-24 anos, 57,7% classificam a democracia como “muito boa” e 38,6% como “boa”, enquanto 1,2% a consideram “má” e 2,5% “muito má”. No grupo dos 25-34 anos, 53,2% indicam “muito boa” e 42,9% “boa”, ao passo que 1,4% assinalam “má” e 2,5% “muito má”. Em termos descritivos, observa-se um padrão muito próximo entre os dois grupos, com ligeira maior concentração dos 16-24 anos na categoria “muito boa” e maior peso dos 25-34 anos na categoria “boa”, mantendo-se, em ambos, níveis residuais de avaliação negativa.

A análise com categorias agregadas confirma esta convergência quanto à forma de governo democrática. Entre os 16-24 anos, 96,3% posicionam-se em “boa/muito boa”, face a 3,7% em “má/muito má”. Entre os 25-34 anos, 96,1% situam-se em “boa/muito boa” e 3,9% em “má/muito má”. No conjunto, a avaliação positiva do sistema democrático é amplamente predominante em ambos os grupos etários, com diferenças marginais.

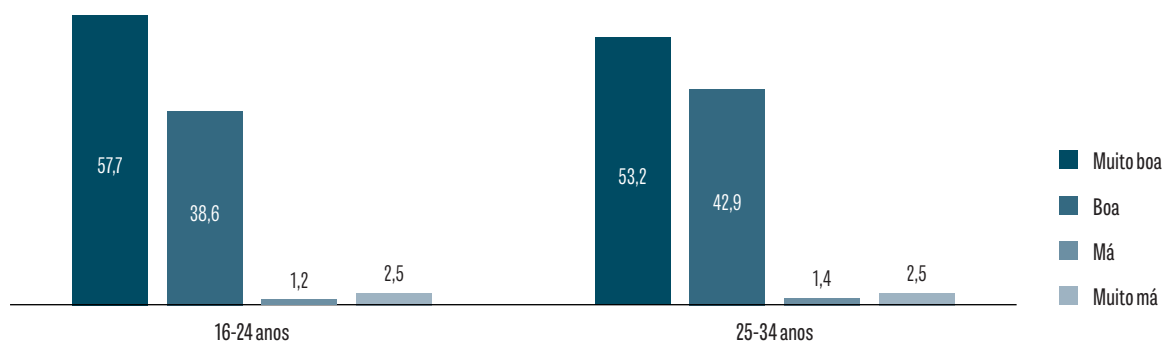
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por grupo etário, também não revela diferenças estatisticamente significativas, indicando distribuições semelhantes entre 16-24 e 25-34 anos.

Na distribuição pelas quatro categorias, entre os 16-24 anos, 57,6% situam-se em “boa” e 4,7% em “muito boa”, enquanto 22,5% se encontram em “má” e 15,2% em “muito má”. Entre os 25-34 anos, 51,7% posicionam-se em “boa” e 2,6% em “muito boa”, ao passo que 33,4% se situam em “má” e 12,2% em “muito má”. Em termos descritivos, os 16-24 anos apresentam maior concentração no polo positivo, sobretudo na categoria “boa”, enquanto os 25-34 anos registam maior peso na categoria “má”, ainda que a categoria “boa” permaneça dominante em ambos.

A agregação de categorias reforça esta leitura. Entre os 16-24 anos, 62,3% situam-se em “boa/muito boa” e 37,7% em “má/muito má”. Entre os 25-34 anos, 54,3% encontram-se em “boa/muito boa” e 45,6% em “má/muito má”. A estrutura de respostas mantém-se semelhante, embora com uma diferença descritiva em que os 16-24 anos apresentam maior avaliação positiva agregada do índice do que os 25-34 anos.

Em síntese, os dados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por grupo etário na avaliação do sistema democrático nem no índice de apoio a formas de governo não democráticas entre os jovens. Ambos os grupos avaliam de forma muito positiva o sistema democrático, com níveis residuais de avaliação negativa. Quanto às formas não democráticas, observa-se igualmente um padrão convergente, com predominância da categoria “boa” e uma maioria de avaliações positivas agregadas, embora os 16-24 anos apresentem descritivamente maior aceitação agregada do que os 25-34 anos. A abertura captada no índice reflete, sobretudo, a aceitação relativa da alternativa tecnocrática.

Gráfico 80 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por grupo etário (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: $Z = -1,082$; valor- $p = 0,279$

Gráfico 81 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – Jovens

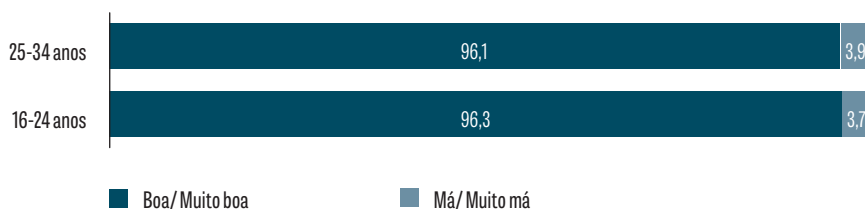
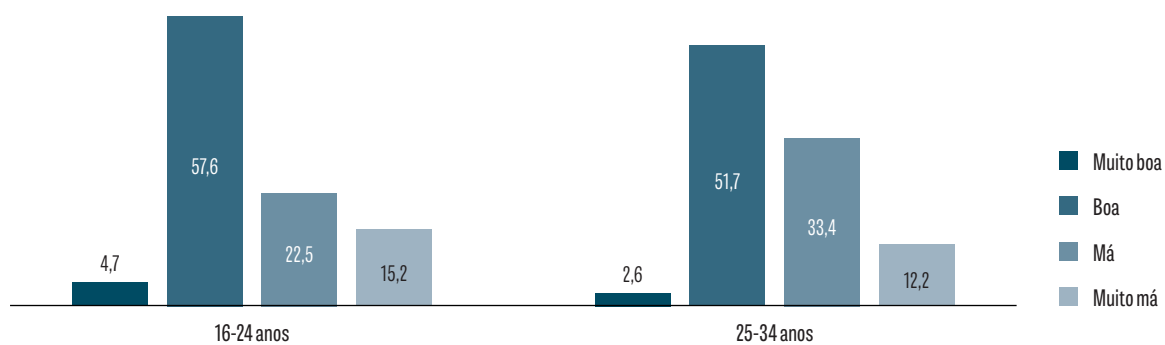
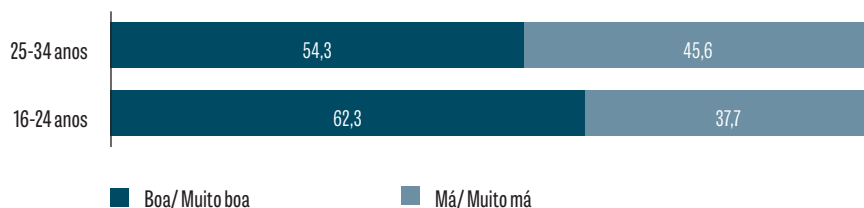


Gráfico 82 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por grupo etário (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: $Z = -1,422$; valor- $p = 0,155$

Gráfico 83 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %) – Jovens



6.4 Análise por escolaridade

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo a escolaridade, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças consoante o nível de ensino na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por escolaridade, revela diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino, sugerindo que a valorização da democracia varia de forma relevante conforme a escolaridade no universo jovem.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, observa-se um aumento claro da avaliação “muito boa” com o nível de ensino. No ensino básico, 44,2% classificam a democracia como “muito boa” e 53,1% como “boa”, enquanto 1,9% a consideram “má” e 0,7% “muito má”. No ensino secundário, a categoria “muito boa” sobe para 56,8% e a categoria “boa” desce para 38,4%, com 1,6% em “má” e 3,2% em “muito má”. No ensino superior, a avaliação “muito boa” atinge 64,7% e a categoria “boa” desce para 32,1%, sendo inexistente a categoria “má” e registando-se 3,2% em “muito má”. Em termos descritivos, a escolaridade associa-se a maior intensidade de valorização da democracia, sobretudo pela substituição progressiva da categoria “boa” pela categoria “muito boa”.

A análise com categorias agregadas confirma a predominância de avaliações positivas em todos os níveis de ensino. A proporção em “boa/muito boa” é muito elevada no ensino básico (97,3%), mantendo-se igualmente alta no ensino secundário (95,2%) e no ensino superior (96,8%). Em paralelo, as avaliações negativas agregadas (“má/muito má”) são residuais, embora apresentem alguma variação, com valores mais elevados no ensino secundário (4,8%) do que no ensino básico (2,6%) e no ensino superior (3,2%). No conjunto, a avaliação da democracia é amplamente favorável em todos os níveis, mas com diferenças relevantes na intensidade do apoio.

A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por escolaridade, também revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a aceitação dessas alternativas varia conforme o nível de ensino entre os jovens.

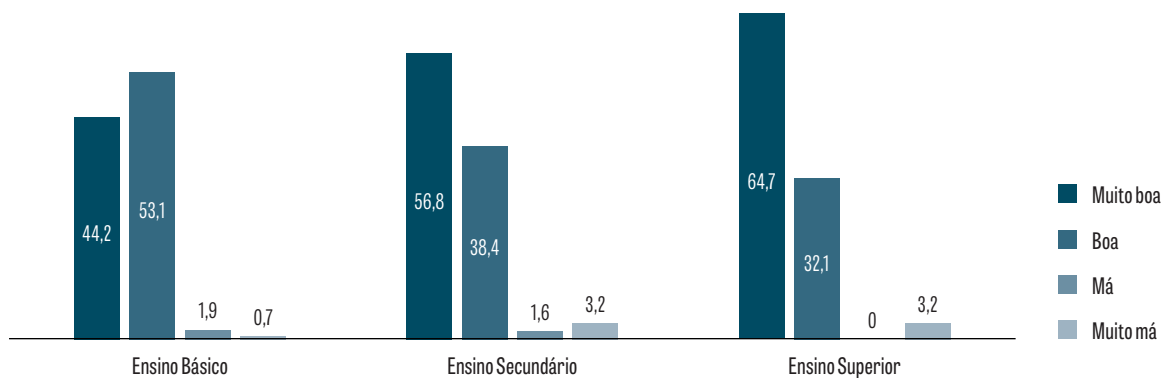
Na distribuição pelas quatro categorias, no ensino básico predomina a categoria “boa” (60,9%), com 4% em “muito boa”, enquanto 24,4% se situam em “má” e 10,7% em “muito má”. No ensino secundário, a categoria “boa” mantém-se dominante (54,6%) e “muito boa” permanece em 4%, ao passo que “má” aumenta para 28,7% e “muito má” para 12,6%. No ensino superior, a categoria “boa” desce para 46,7% e “muito boa”

para 2,3%, enquanto as avaliações negativas aumentam, com 32,1% em “má” e 19% em “muito má”. Em termos descritivos, observa-se um padrão em que a escolaridade mais elevada se associa a menor avaliação positiva e a maior concentração nas categorias negativas do índice.

A agregação de categorias reforça esta leitura. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) diminui com a escolaridade, passando de 64,9% no ensino básico para 58,6% no ensino secundário e 49% no ensino superior. Em sentido inverso, a avaliação negativa agregada (“má/muito má”) aumenta de 35,1% (básico) para 41,3% (secundário) e 51,1% (superior). Assim, entre os jovens, os níveis mais elevados de escolaridade associam-se a menor abertura agregada a formas não democráticas.

Em síntese, a escolaridade associa-se de forma estatisticamente significativa à avaliação do sistema democrático e ao índice de apoio a formas de governo não democráticas entre os jovens. No caso da democracia, verifica-se um padrão de intensificação do apoio com o aumento da escolaridade, expresso no crescimento da categoria “muito boa”, embora a avaliação positiva agregada seja muito elevada em todos os níveis de ensino. No caso das formas não democráticas, observa-se um gradiente inverso, visto que a aceitação agregada diminui à medida que aumenta a escolaridade, com o ensino superior a apresentar maior concentração nas categorias negativas do índice e menor expressão de avaliações positivas. A abertura captada no índice deve ser interpretada sobretudo como aceitação relativa da alternativa tecnocrática, coexistindo com maior rejeição das alternativas mais claramente autoritárias.

Gráfico 84 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por escolaridade (em %) – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: $H=9,906$; $gl=2$; $valor-p=0,007$

Gráfico 85 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – Jovens

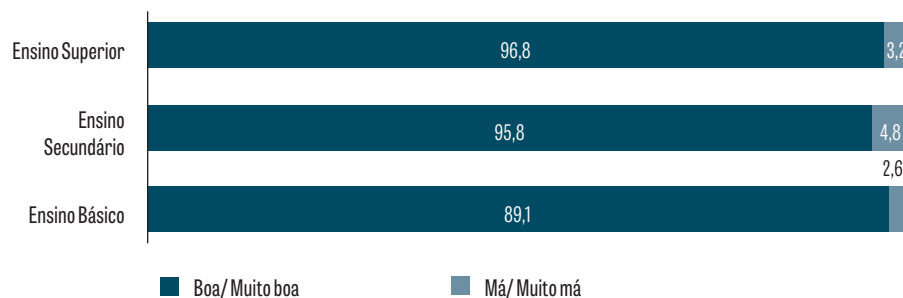
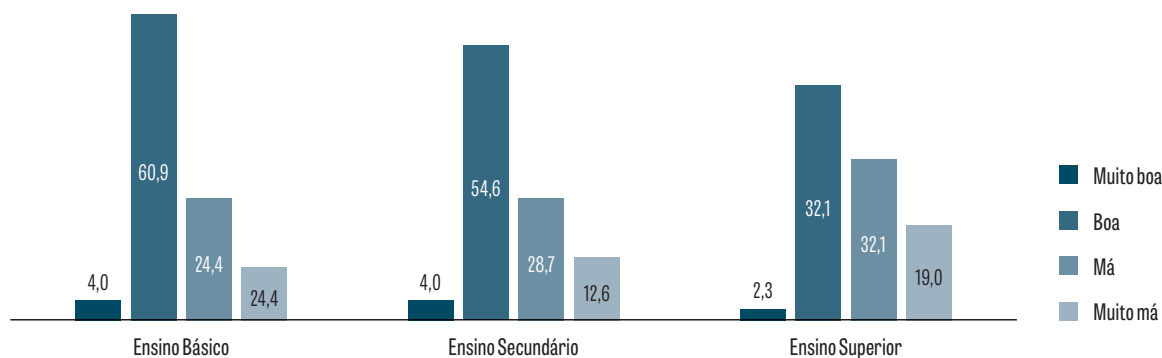
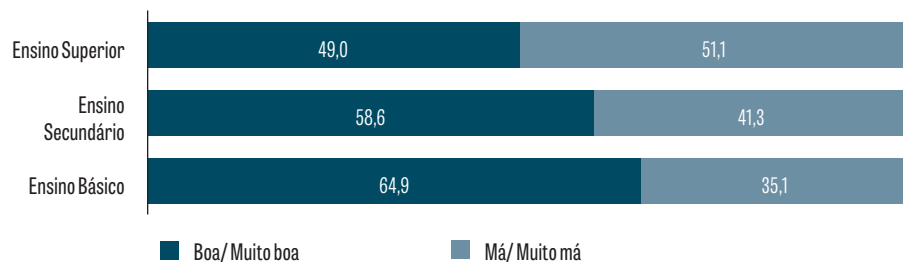


Gráfico 86 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por escolaridade (em %) – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: H=9,018; gl=2; valor-p=0,011

Gráfico 87 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %) – Jovens



6.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas, consoante a situação económica percebida do agregado.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por rendimento do agregado familiar, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante independentemente da condição económica do agregado.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, observa-se uma avaliação muito positiva da democracia em todos os níveis de rendimento. No grupo “muito difícil”, 47,6% classificam a democracia como “muito boa” e 50,2% como “boa”, com 2,2% em “má” e inexistente em “muito má”. No grupo “difícil”, a avaliação “muito boa” sobe para 58% e a categoria “boa” passa para 40,7%, com 1,3% em “má” e inexistente em “muito má”. No grupo “razoável”, 53,9% indicam “muito boa” e 41,7% “boa”, enquanto 1% assinala “má” e 3,3% “muito má”. Por fim, no grupo “confortável”, 61% classificam como “muito boa” e 28,1% como “boa”, com 2,2% em “má” e 8,7% em “muito má”. Em termos descritivos, destaca-se que o grupo “confortável” combina a maior proporção de avaliação “muito boa” com a maior expressão de “muito má”, ainda que esta permaneça minoritária.

A análise com categorias agregadas confirma a predominância da avaliação positiva do sistema democrático. A proporção em “boa/muito boa” é muito elevada no grupo “muito difícil” (97,8%) e no grupo “difícil” (98,7%), mantém-se igualmente alta no grupo “razoável” (95,6%) e é mais baixa no grupo “confortável” (89,1%), onde a avaliação negativa agregada (“má/muito má”) atinge 10,9%. Ainda assim, em todos os níveis de rendimento, a avaliação positiva permanece largamente predominante.

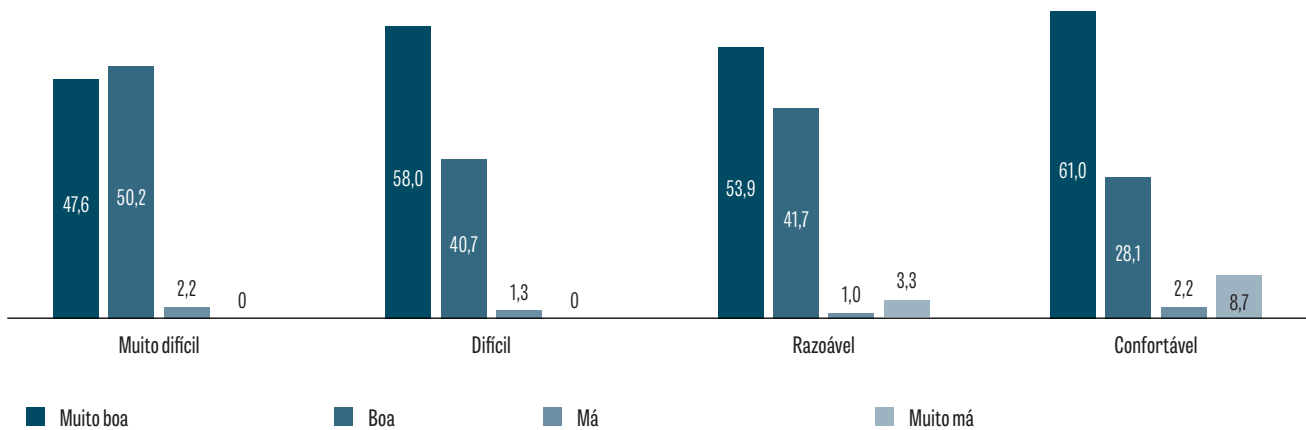
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por rendimento, também não revela diferenças estatisticamente significativas, indicando distribuições semelhantes entre os diferentes níveis de rendimento.

Na distribuição pelas quatro categorias, no grupo “muito difícil” predomina a avaliação “boa” (64,4%), com 29,4% em “má” e 6,1% em “muito má”, sendo inexistente a categoria “muito boa”. No grupo “difícil”, a categoria “boa” mantém-se maioritária (51,6%), com 35,4% em “má”, 8,5% em “muito má” e 4,5% em “muito boa”. No grupo “razoável”, 53,5% situam-se em “boa”, 25,8% em “má”, 18,2% em “muito má” e 2,5% em “muito boa”. No grupo “confortável”, 60,4% indicam “boa” e 10,5% “muito boa”, enquanto 16,7% assinalam “má” e 12,5% “muito má”. Em termos descritivos, observa-se maior variação na intensidade: o grupo “confortável” apresenta mais respostas em “muito boa”, enquanto o grupo “razoável” regista a maior proporção em “muito má”.

A agregação de categorias reforça esta leitura. A avaliação positiva agregada (“boa/muito boa”) é maioritária em todos os grupos, variando entre 56% no grupo “razoável” e 70,9% no grupo “confortável”. A avaliação negativa agregada (“má/muito má”) oscila entre 29,2% no grupo “confortável” e 44% no grupo “razoável”, com valores próximos no grupo “difícil” (43,9%) e inferiores no grupo “muito difícil” (35,5%). Assim, as diferenças são sobretudo descritivas, sem configurar um padrão robusto por rendimento.

Em síntese, os dados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por rendimento do agregado familiar na avaliação do sistema democrático nem no índice de apoio a formas de governo não democráticas entre os jovens. Em todos os grupos, a democracia é avaliada de forma muito positiva, com avaliações negativas residuais, embora relativamente mais elevadas no grupo “confortável”. Quanto às formas não democráticas, observa-se uma distribuição mais heterogénea, mas com avaliação positiva agregada maioritária em todos os níveis de rendimento. A abertura captada no índice reflete sobretudo a aceitação relativa da alternativa tecnocrática, coexistindo com maior rejeição das alternativas mais claramente autoritárias.

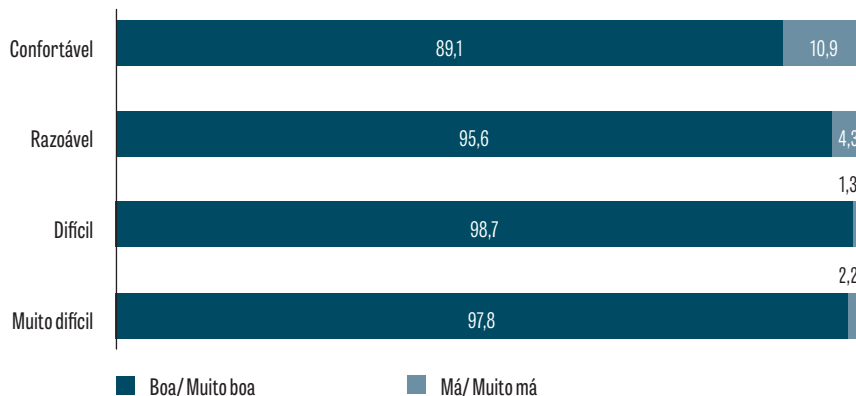
Gráfico 88 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens



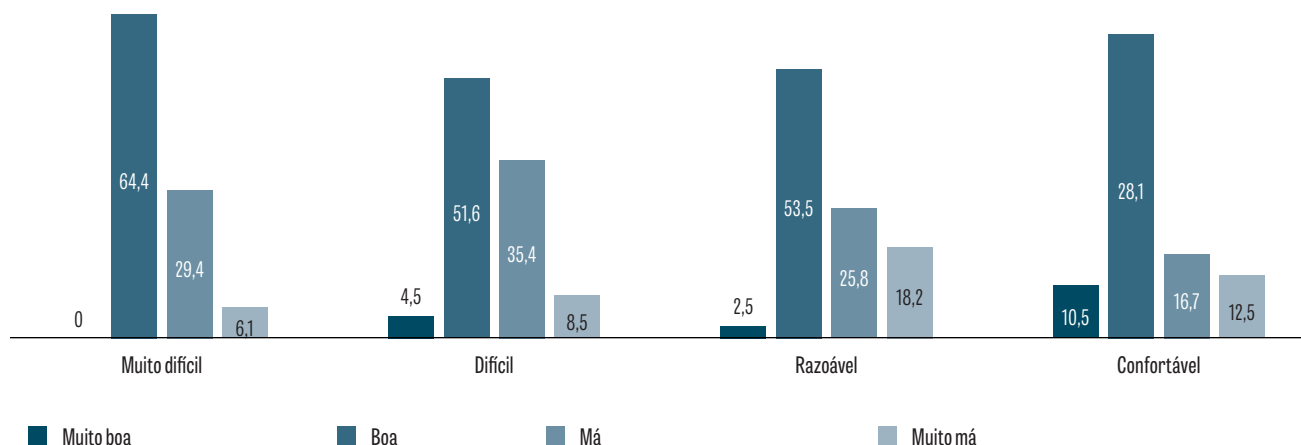
Teste Kruskal-Wallis: H=2,183; gl=3; valor-p=0,535

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 89 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens

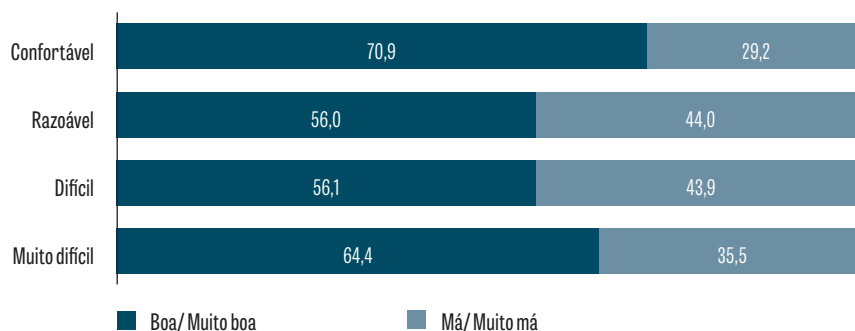


Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 90 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens

Teste Kruskal-Wallis: $H=5,787$; $gl=3$; valor- $p=0,122$

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 91 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

6.6 Análise por habitat

A análise do apoio a diferentes formas de governo para Portugal, segundo o habitat, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças na avaliação da adoção de um sistema democrático e, em paralelo, no grau de aceitação de formas de governo não democráticas em função do tipo de local onde residem.

A análise da avaliação do sistema democrático, desagregada por habitat, não revela diferenças estatisticamente significativas entre os habitats considerados, ainda que se observe um padrão descritivo com alguma variação entre contextos residenciais.

Em termos de distribuição entre as quatro categorias, na zona rural/aldeia, 66,5% classificam a democracia como “muito boa” e 25,1% como “boa”, enquanto 8,3% a consideram “má” e não se registam respostas “muito má”. Na vila pequena/média, 30,4% indicam “muito boa” e 67% “boa”, não se registando respostas “má” e surgindo 2,7% em “muito má”. No subúrbio de grande vila/cidade, 54% avaliam como “muito boa” e 42,1% como “boa”, com 2% em “má” e 1,9% em “muito má”. Por fim, na grande vila/cidade, 57,8% indicam “muito boa” e 38,5% “boa”, com 1% em “má” e 2,7% em “muito má”. Em termos descritivos, observa-se que a avaliação positiva é muito elevada em todos os *habitats*, variando sobretudo na repartição entre “boa” e “muito boa”.

A análise com categorias agregadas confirma esta convergência quanto à forma de governo democrática. A avaliação “boa/muito boa” é predominante em todos os tipos de *habitat*: zona rural/aldeia (91,6%), vila pequena/média (97,4%), subúrbio de grande vila/cidade (96,1%) e grande vila/cidade (96,3%). Em paralelo, a avaliação negativa “má/muito má” permanece minoritária, sendo mais elevada na zona rural/aldeia (8,3%) e mais baixa na vila pequena/média (2,7%), situando-se em 3,9% no subúrbio de grande vila/cidade e 3,7% na grande vila/cidade. No conjunto, a democracia é avaliada de forma muito positiva independentemente do *habitat*, com diferenças descritivas limitadas.

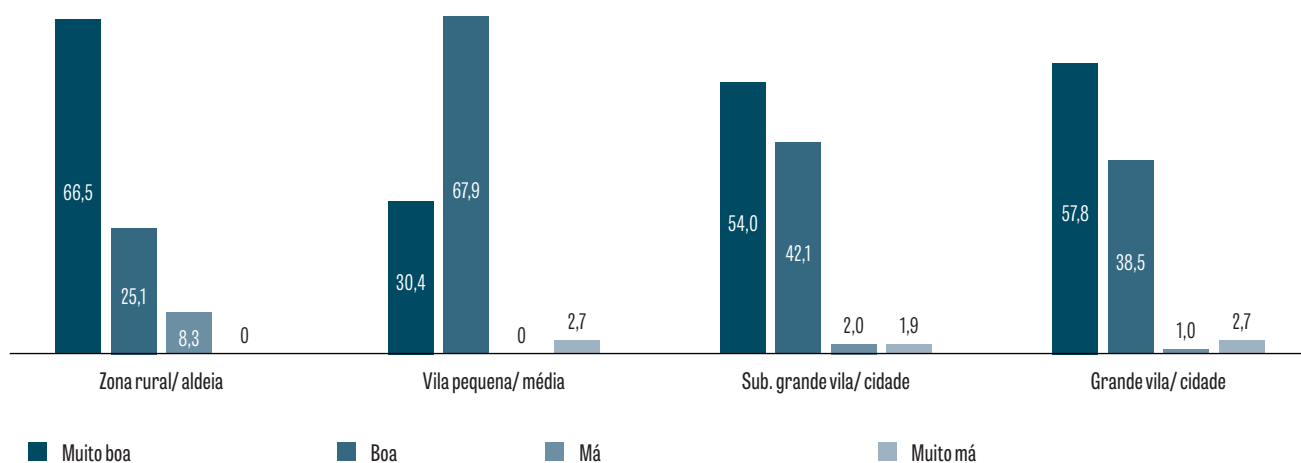
A análise do índice de apoio a formas de governo não democráticas, desagregada por *habitat*, também não revela diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que a distribuição do índice é globalmente semelhante entre os tipos de *habitat* no universo jovem, apesar de existirem diferenças descritivas muito marcadas em alguns contextos.

Na distribuição pelas quatro categorias, na zona rural/aldeia, observa-se concentração total nas avaliações negativas: 56,4% em “má” e 43,6% em “muito má”, não se registando respostas “boa” ou “muito boa”. Na vila pequena/média, 71,8% situam-se em “boa” e 2,5% em “muito boa”, enquanto 23,2% se encontram em “má” e 2,5% em “muito má”. No subúrbio de grande vila/cidade, 60,4% posicionam-se em “boa” e 1,9% em “muito boa”, face a 30,2% em “má” e 7,5% em “muito má”. Já na grande vila/cidade, 52,8% situam-se em “boa” e 4,3% em “muito boa”, enquanto 27,5% se encontram em “má” e 15,5% em “muito má”. Em termos descritivos, o índice apresenta perfis bastante distintos, sobretudo devido ao caso da zona rural/aldeia, onde não se observam avaliações positivas.

A agregação de categorias reforça esta leitura. Na zona rural/aldeia, registam-se 100% em “má/muito má”. Na vila pequena/média, 74,3% encontram-se em “boa/muito boa” e 25,7% em “má/muito má”. No subúrbio de grande vila/cidade, 62,3% posicionam-se em “boa/muito boa” e 37,7% em “má/muito má”. Na grande vila/cidade, 57,1% situam-se em “boa/muito boa” e 43% em “má/muito má”. Assim, excluindo o caso particular da zona rural/aldeia, observa-se uma abertura agregada maioritária às formas não democráticas nas restantes tipologias de *habitat*, embora com variação na intensidade e com uma parcela relevante de avaliações negativas.

Em síntese, os dados indicam que, entre os jovens, a avaliação do sistema democrático é muito positiva em todos os tipos de *habitat*, com níveis elevados de “boa/muito boa” e avaliação negativa residual. Quanto às formas de governo não democráticas (medidas pelo índice), a distribuição, ainda que sem significância estatística, revela diferenças descritivas fortes, sobretudo na zona rural/aldeia, onde o índice se concentra exclusivamente nas avaliações negativas, em contraste com a vila pequena/média, o subúrbio de grande vila/cidade e a grande vila/cidade, onde predomina a avaliação “boa/muito boa”.

Gráfico 92 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia): análise por *habitat* (em %) – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: H=5,705; gl=2; valor-p=0,058

Gráfico 93 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (Democracia) com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %) – Jovens

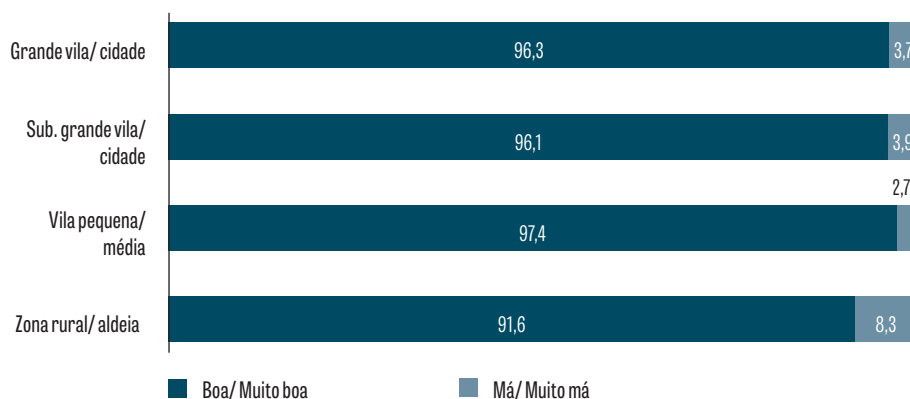
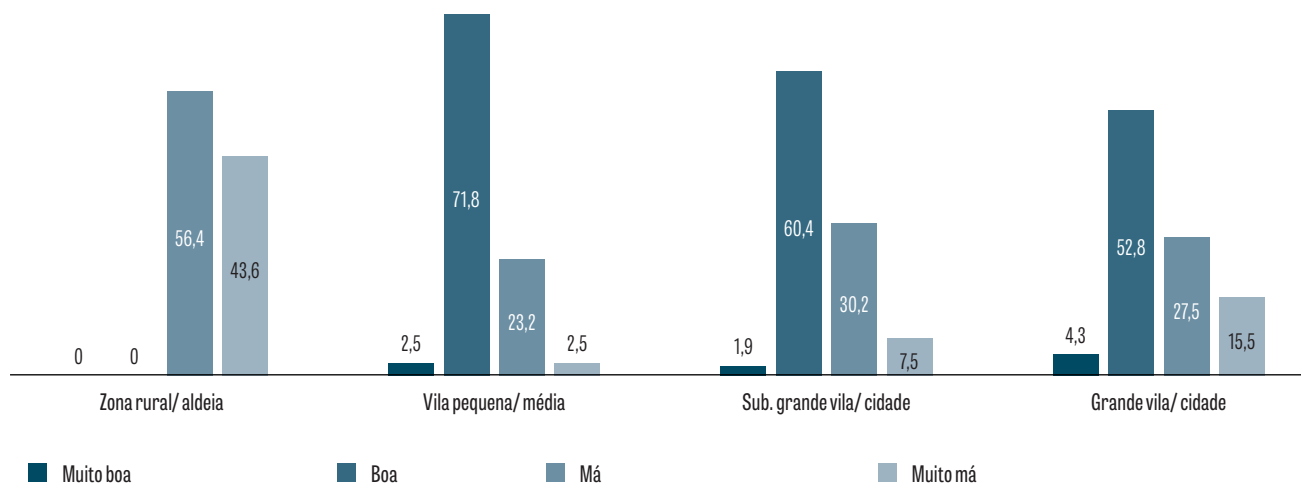
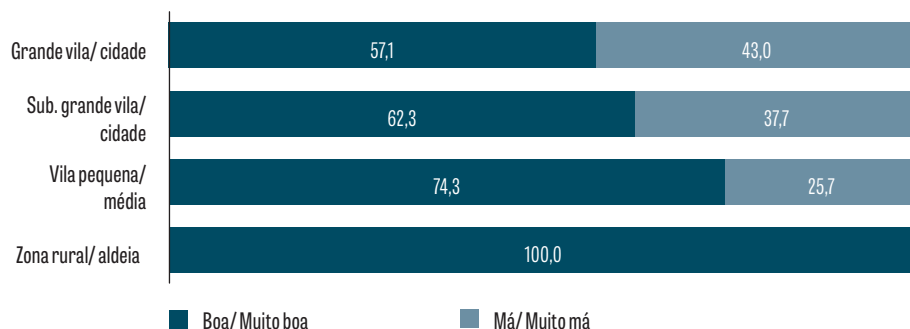


Gráfico 94 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas): análise por *habitat* (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: H=1,225; gl=2; valor-p=0,542

Gráfico 95 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (formas de governo não democráticas) com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %) – Jovens



7. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A satisfação com o funcionamento da democracia incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte questão:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito satisfeito” e “Satisfeito” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo sobre o funcionamento concreto da democracia em Portugal. De forma análoga, as respostas “Pouco satisfeito” e “Nada satisfeito” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação ao funcionamento concreto da democracia em Portugal.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

7.1 Análise global

Os jovens portugueses evidenciam uma avaliação global maioritariamente positiva do funcionamento da democracia em Portugal. No conjunto, 65,3% dos inquiridos declaram estar “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”, o que sugere que, para a maioria, a democracia é percebida como funcionando de forma aceitável na prática.

Em termos de distribuição pelas quatro categorias, 52,9% afirmam estar “satisfeitos” e 12,4% “muito satisfeitos”, indicando que a satisfação se concentra sobretudo numa avaliação positiva moderada, embora exista também uma proporção relevante de satisfação intensa. Do lado oposto, 22,9% declaram estar “pouco satisfeitos” e 8,5% “nada satisfeitos”, o que perfaz um total de 31,4% de avaliações negativas sobre o funcionamento concreto da democracia.

A agregação de categorias confirma este padrão. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) é claramente predominante (65,3%), enquanto a insatisfação agregada (“pouco/nada satisfeito”) representa cerca de um terço dos inquiridos (31,4%). A não-resposta é reduzida (3,2%), o que sugere elevada capacidade/propensão para avaliar o tema.

Em síntese, os resultados indicam que o funcionamento da democracia em Portugal é avaliado de forma maioritariamente favorável pelos jovens, embora coexista com um segmento social relevante que expressa insatisfação. Isto sugere a presença de apoio específico relativamente elevado, mas não isento de tensões, dado que a proporção de avaliações negativas permanece substantiva.

Gráfico 96 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal (em %) – Jovens

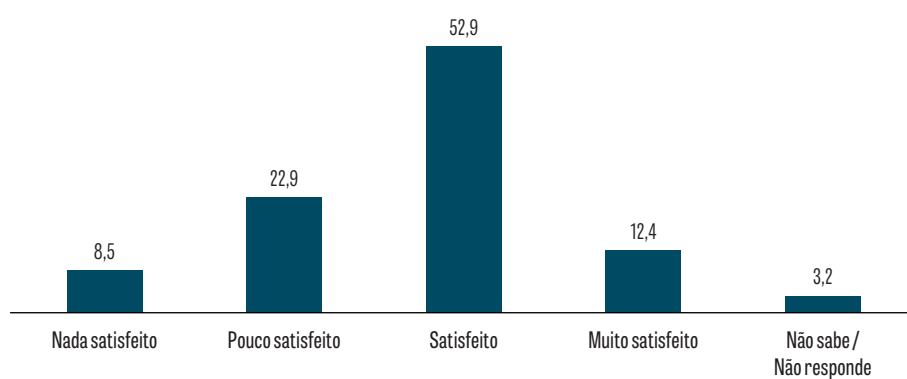
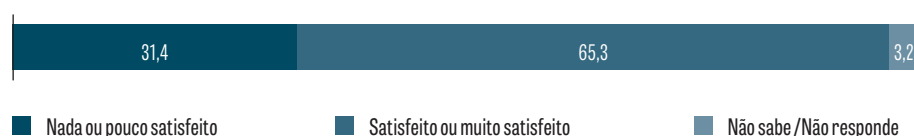


Gráfico 97 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas (em %) – Jovens



7.2 Análise por sexo

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o sexo, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças entre homens e mulheres na apreciação do desempenho concreto da democracia.

A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre jovens do sexo masculino e feminino, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos, com predominância de avaliações positivas.

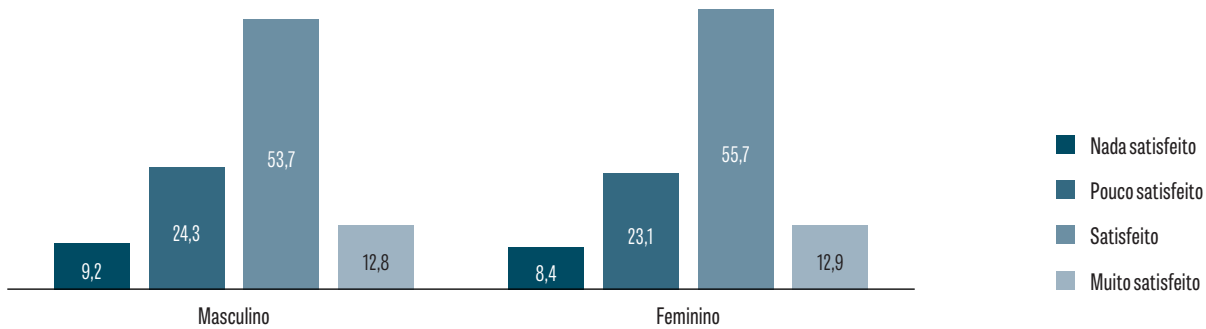
Na distribuição pelas quatro categorias, entre os jovens do sexo masculino, 53,7% declaram-se “satisfeitos” e 12,8% “muito satisfeitos”, em contraste com 24,3% que se posicionam como “pouco satisfeitos” e 9,2% como “nada satisfeitos”. Entre as jovens

do sexo feminino, 55,7% indicam “satisfeito” e 12,9% “muito satisfeito”, enquanto 23,1% se situam em “pouco satisfeito” e 8,4% em “nada satisfeito”. Em termos descritivos, observa-se um padrão muito próximo entre os dois sexos, com variações marginais nas categorias de satisfação e insatisfação.

A agregação de categorias reforça esta leitura de convergência. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) é maioritária em ambos os sexos, situando-se em 66,5% entre os jovens do sexo masculino e em 68,6% entre as jovens do sexo feminino. A insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) apresenta valores próximos, com 33,5% entre os jovens do sexo masculino e 31,5% entre as jovens do sexo feminino.

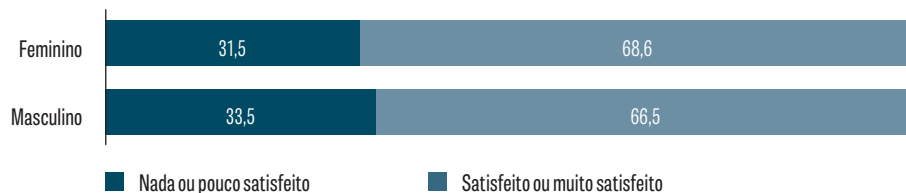
Em síntese, a satisfação com o funcionamento da democracia é maioritária entre os jovens, tanto no sexo masculino como no feminino, não se observando uma clivagem substantiva por sexo. As diferenças identificadas são pequenas e essencialmente descritivas, mantendo-se, em ambos os grupos, um padrão global predominantemente favorável ao funcionamento concreto da democracia em Portugal.

Gráfico 98 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,369; valor-p=0,712

Gráfico 99 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por sexo (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens



7.3 Análise por grupo etário

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o grupo etário, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças entre os grupos de 16-24 anos e 25-34 anos na avaliação do desempenho concreto da democracia.

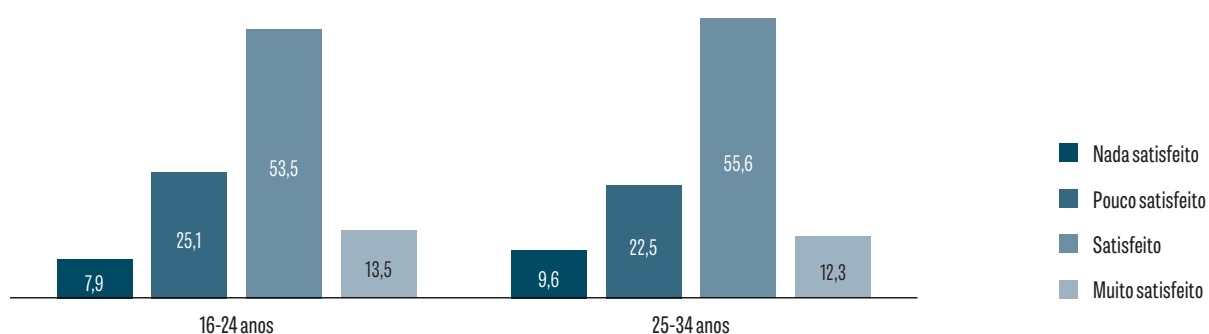
A desagregação por grupo etário não revela diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante, com predominância de avaliações positivas.

Na distribuição pelas quatro categorias, os jovens dos 16-24 anos apresentam 53,5% em “satisfeito” e 13,5% em “muito satisfeito”, em comparação com 25,1% em “pouco satisfeito” e 7,9% em “nada satisfeito”. Entre os 25-34 anos, 55,6% indicam “satisfeito” e 12,3% “muito satisfeito”, enquanto 22,5% se situam em “pouco satisfeito” e 9,6% em “nada satisfeito”. Em termos descritivos, observa-se um padrão muito próximo, com ligeira maior expressão de “muito satisfeito” entre os 16-24 anos e maior incidência de “nada satisfeito” entre os 25-34 anos, mantendo-se, contudo, a satisfação como posição maioritária em ambos os grupos.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de estabilidade. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) é praticamente equivalente nos dois grupos: 67% entre 16-24 anos e 67,9% entre 25-34 anos. A insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) também apresenta valores próximos (33% e 32,1%, respetivamente).

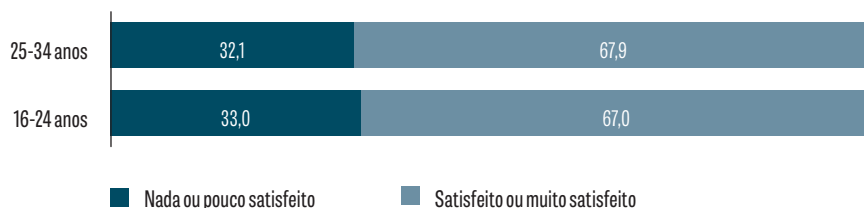
Em síntese, a satisfação com o funcionamento da democracia é maioritária entre os jovens de ambos os grupos etários, e não se identificam diferenças estatisticamente significativas. As variações descritivas são reduzidas e não alteram o padrão global, que permanece predominantemente favorável em ambos os segmentos etários.

Gráfico 100 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens



Teste de Mann-Whitney: $Z = -0,271$ valor- $p = 0,787$

Gráfico 101 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



7.4 Análise por escolaridade

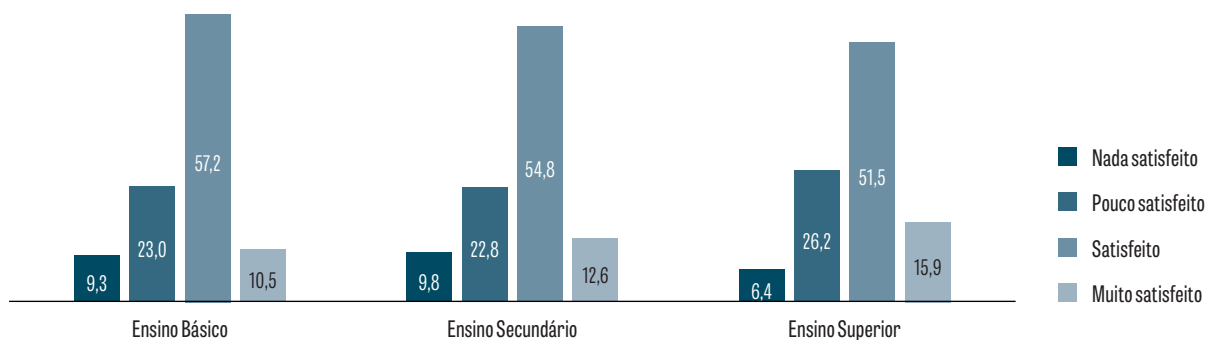
A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo a escolaridade, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças consoante o nível de ensino na avaliação do desempenho concreto da democracia.

A desagregação por escolaridade não revela diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante nos três grupos, com predominância de avaliações positivas.

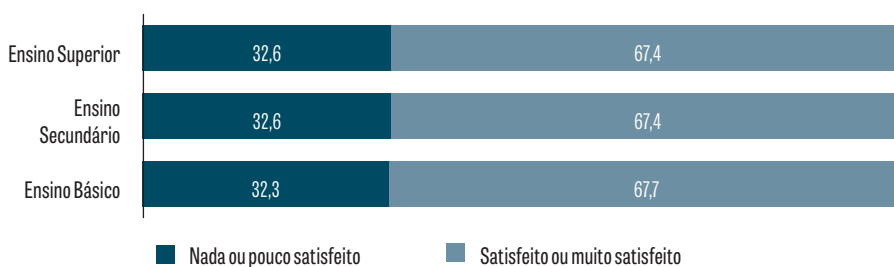
Na distribuição pelas quatro categorias, observa-se que, entre os jovens com ensino básico, 57,2% se declaram “satisfeitos” e 10,5% “muito satisfeitos”, enquanto 23% são “pouco satisfeitos” e 9,3% “nada satisfeitos”. Entre os jovens com ensino secundário, 54,8% indicam “satisfeito” e 12,6% “muito satisfeito”, face a 22,8% em “pouco satisfeito” e 9,8% em “nada satisfeito”. Por fim, no ensino superior, 51,5% referem estar “satisfeitos” e 15,9% “muito satisfeitos”, enquanto 26,2% se posicionam como “pouco satisfeitos” e 6,4% como “nada satisfeitos”. Em termos descritivos, nota-se uma ligeira redução do “satisfeito” e um aumento do “muito satisfeito” com a escolaridade, coexistindo com alguma variação na insatisfação moderada (“pouco satisfeito”).

A análise com categorias agregadas reforça a leitura de estabilidade. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) mantém-se praticamente constante entre os níveis de escolaridade: 67,7% no ensino básico, 67,4% no ensino secundário e 67,4% no ensino superior. Do mesmo modo, a insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) apresenta valores muito próximos: 32,3%, 32,6% e 32,6%, respetivamente.

Em síntese, entre os jovens, a satisfação com o funcionamento da democracia é maioritária em todos os níveis de escolaridade, com diferenças descritivas reduzidas. Apesar de pequenas variações na distribuição interna entre “satisfeito” e “muito satisfeito”, o padrão global permanece estável, indicando níveis semelhantes de apoio específico à democracia independentemente da escolaridade.

Gráfico 102 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens

Teste Kruskal-Wallis: $H=0,782$; $g=2$; valor- $p=0,676$

Gráfico 103 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens

7.5 Análise por rendimento do agregado familiar

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças na avaliação do desempenho concreto da democracia em função da situação económica percebida do agregado.

A desagregação por rendimento do agregado familiar revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a distribuição das respostas varia de forma relevante consoante a condição económica, embora, em geral, se mantenha a predominância de avaliações positivas.

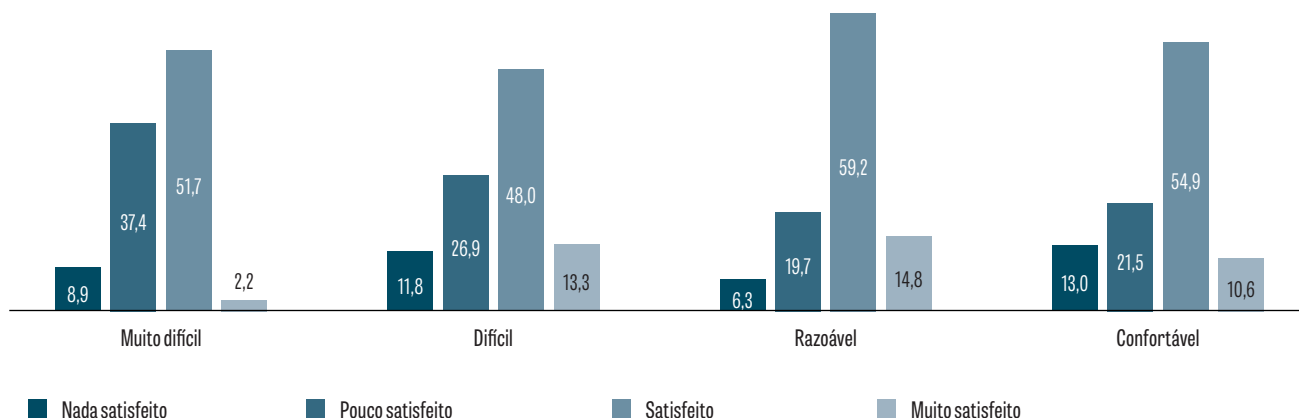
Na distribuição pelas quatro categorias, observa-se que os jovens que referem que é muito difícil viver com o rendimento atual apresentam 51,7% em “satisfeito” e apenas 2,2% em “muito satisfeito”, face a 37,4% em “pouco satisfeito” e 8,7% em “nada satisfeito”. Entre os que indicam ser difícil, 48% declaram-se “satisfeitos” e 13,3% “muito satisfeitos”, enquanto 26,9% se situam em “pouco satisfeito” e 11,8% em “nada satisfeito”. No grupo razoável, a satisfação é mais expressiva, com 59,2% em “satisfeito” e 14,8% em “muito satisfeito”, em comparação com 19,7% em “pouco satisfeito” e 6,3% em “nada satisfeito”. Por fim, no grupo confortável, 54,9% indicam “satisfeito”

e 10,6% “muito satisfeito”, enquanto 21,5% se posicionam como “pouco satisfeitos” e 13% como “nada satisfeitos”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura. A satisfação agregada (“satisfeito/muito satisfeito”) varia de forma marcada entre os grupos: é mais baixa no grupo muito difícil (53,9%), aumenta no grupo difícil (61,3%), atinge o valor mais elevado no grupo razoável (74%) e situa-se em 65,5% no grupo confortável. Em sentido inverso, a insatisfação agregada (“nada/pouco satisfeito”) é mais elevada no grupo muito difícil (46,1%), reduz-se no grupo difícil (38,7%), é substancialmente mais baixa no grupo razoável (26%) e volta a subir no grupo confortável (34,5%).

Em síntese, entre os jovens, a satisfação com o funcionamento da democracia é globalmente maioritária, mas varia de forma relevante consoante o rendimento percebido do agregado. O grupo que vive razoavelmente com o rendimento atual apresenta o perfil mais favorável, com maior concentração de satisfação (incluindo a mais elevada satisfação agregada). Já os jovens em situação muito difícil evidenciam níveis mais altos de insatisfação e menor expressão de satisfação intensa (“muito satisfeito”). O grupo confortável combina uma maioria satisfeita com uma proporção relativamente mais elevada de “nada satisfeito”, sugerindo um perfil menos linear e mais heterogéneo na avaliação do funcionamento da democracia.

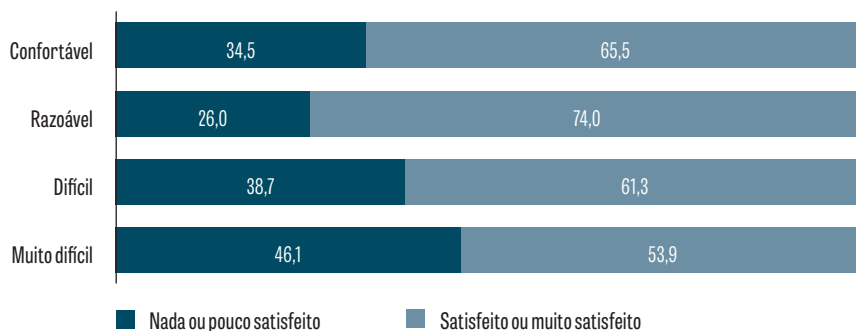
Gráfico 104 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: $H=13,094$; $gl=3$; $valor-p=0,004$

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 105 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

7.6 Análise por *habitat*

A análise da satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, segundo o *habitat*, permite avaliar se, entre os jovens portugueses, existem diferenças na avaliação do desempenho concreto da democracia em função do tipo de local onde residem.

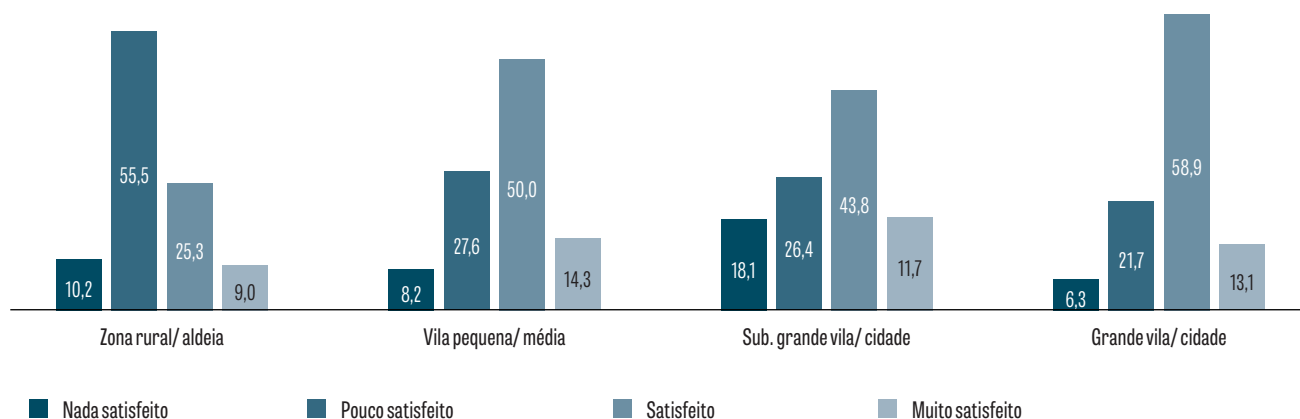
A desagregação por *habitat* revela diferenças estatisticamente significativas, indicando que a satisfação com o funcionamento da democracia varia de forma relevante entre contextos residenciais.

Na distribuição pelas quatro categorias, na zona rural/aldeia, 25,3% indicam “satisfeito” e 9% “muito satisfeito”, enquanto 55,5% se situam em “pouco satisfeito” e 10,2% em “nada satisfeito”. Na vila pequena/média, 50% declaram-se “satisfeitos” e 14,3% “muito satisfeitos”, face a 27,6% “pouco satisfeitos” e 8,2% “nada satisfeitos”. No subúrbio de grande vila/cidade, 43,8% indicam “satisfeito” e 11,7% “muito satisfeito”, enquanto 26,4% se situam em “pouco satisfeito” e 18,1% em “nada satisfeito”. Por fim, na grande vila/cidade, 58,9% assinalam “satisfeito” e 13,1% “muito satisfeito”, em contraste com 21,7% “pouco satisfeito” e 6,3% “nada satisfeito”. Em termos descritivos, a zona rural/aldeia destaca-se pela forte concentração em “pouco satisfeito”, enquanto a grande vila/cidade apresenta os valores mais elevados de satisfação.

A agregação de categorias reforça esta clivagem territorial. A insatisfação agregada é particularmente elevada na zona rural/aldeia (65,7%) e diminui para 35,8% na vila pequena/média e para 44,5% no subúrbio de grande vila/cidade, atingindo o valor mais baixo na grande vila/cidade (28%). Em paralelo, a satisfação agregada varia de 34,3% na zona rural/aldeia para 64,3% na vila pequena/média, 55,5% no subúrbio e 72% na grande vila/cidade.

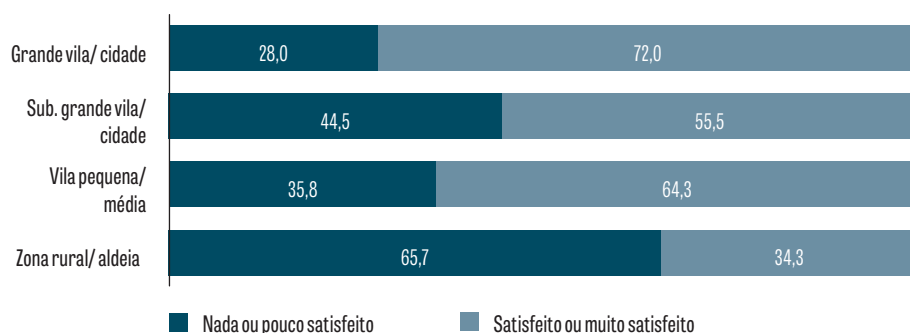
Em síntese, entre os jovens, a satisfação com o funcionamento da democracia varia significativamente de acordo com o *habitat*. Os contextos urbanos, sobretudo a grande vila/cidade, apresentam maior satisfação agregada, enquanto a zona rural/aldeia evidencia um perfil de insatisfação maioritária. Este padrão sugere que a avaliação do funcionamento concreto da democracia é sensível às experiências e às condições associadas ao contexto territorial de residência.

Gráfico 106 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal: análise por *habitat* (em %), excluindo as respostas Não Sabe/ Não Responde – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: H=13,423; gl=3; valor-p=0,004

Gráfico 107 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %); excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



8. Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte questão:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Para fins analíticos, as respostas “Muita” e “Alguma” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo de confiança nas instituições. De forma análoga, as respostas “Pouca” e “Nenhuma” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação à confiança nas instituições.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”, com valores agrupados em classes ordinais, com base nas respostas a todas as instituições incluídas na questão. Este índice foi utilizado na análise por variáveis sociodemográficas deste capítulo. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

8.1 Análise global

A confiança nas instituições políticas entre os jovens portugueses apresenta um perfil moderado e claramente diferenciado entre as instituições. Observa-se maior confiança na chefia de Estado e nas instituições de proximidade territorial (Presidente da República, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e menor confiança nas instituições mais diretamente associadas à governação e à disputa partidária (Governo e, sobretudo, Partidos Políticos). A Assembleia da República apresenta um perfil intermédio, enquanto os Tribunais se aproximam de um equilíbrio.

No Presidente da República, a confiança é maioritariamente positiva: 68,8% dos jovens declaram “muita/alguma confiança”, face a 27,8% com “pouca/nenhuma confiança” (3,4% não sabe/não responde). A distribuição detalhada mostra predominância de “alguma confiança” (56,7%) e uma parcela relevante de “muita confiança” (12,1%), o que traduz uma avaliação globalmente favorável desta instituição.

A Assembleia da República apresenta um perfil relativamente equilibrado, mas com predominância da confiança: 54,8% indicam “muita/alguma confiança”, enquanto 40,2% expressam “pouca/nenhuma confiança” (5% não resposta). A categoria mais frequente é “alguma confiança” (50,2%), embora a proporção de “nenhuma confiança” (14,2%) já seja expressiva, o que sinaliza criticismo relevante em relação ao parlamento.

No caso do Governo, predomina a desconfiança: 43,1% dos jovens declaram “muita/alguma confiança”, face a 52,9% que reportam “pouca/nenhuma confiança” (3,9% não resposta). Este padrão reflete, sobretudo, a elevada incidência de “pouca con-

fiança” (31,6%) e “nenhuma confiança” (21,3%), o que sugere uma avaliação crítica do desempenho governativo.

Os Tribunais surgem com um perfil próximo do equilíbrio, com ligeira inclinação para a desconfiança: 49,7% indicam “muita/alguma confiança”, face a 45,3% em “pouca/nenhuma confiança” (5% não resposta). A distribuição evidencia um peso relevante de “pouca confiança” (30,8%) e “nenhuma confiança” (14,5%), a par de “alguma confiança” (44,6%), o que aponta para uma confiança institucional moderada e menos consensual.

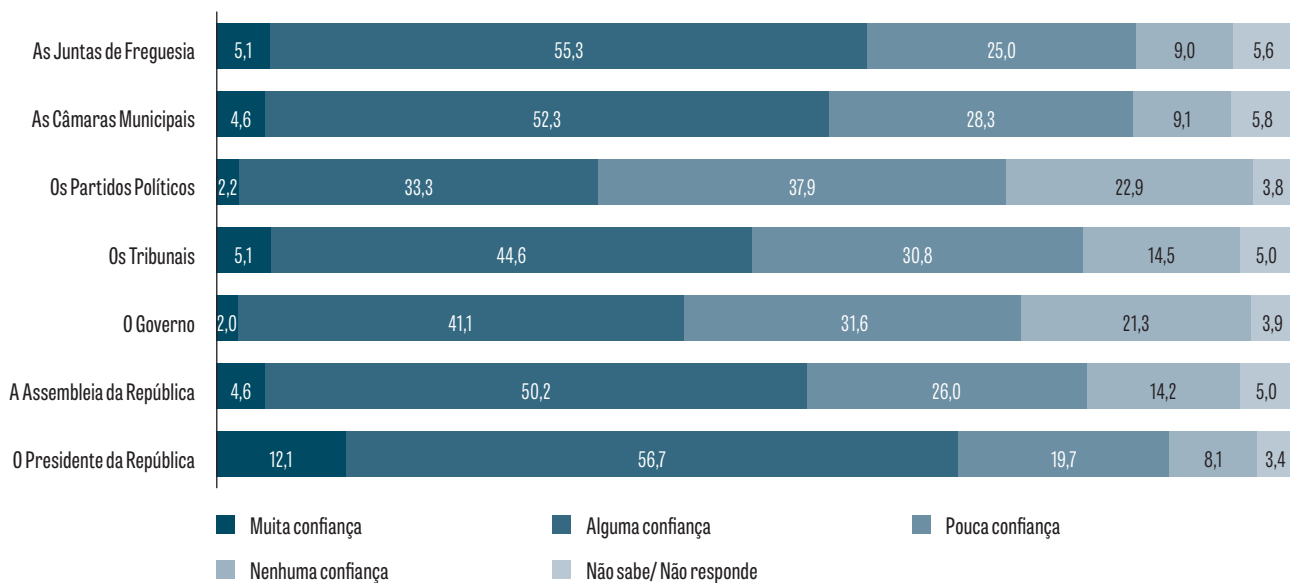
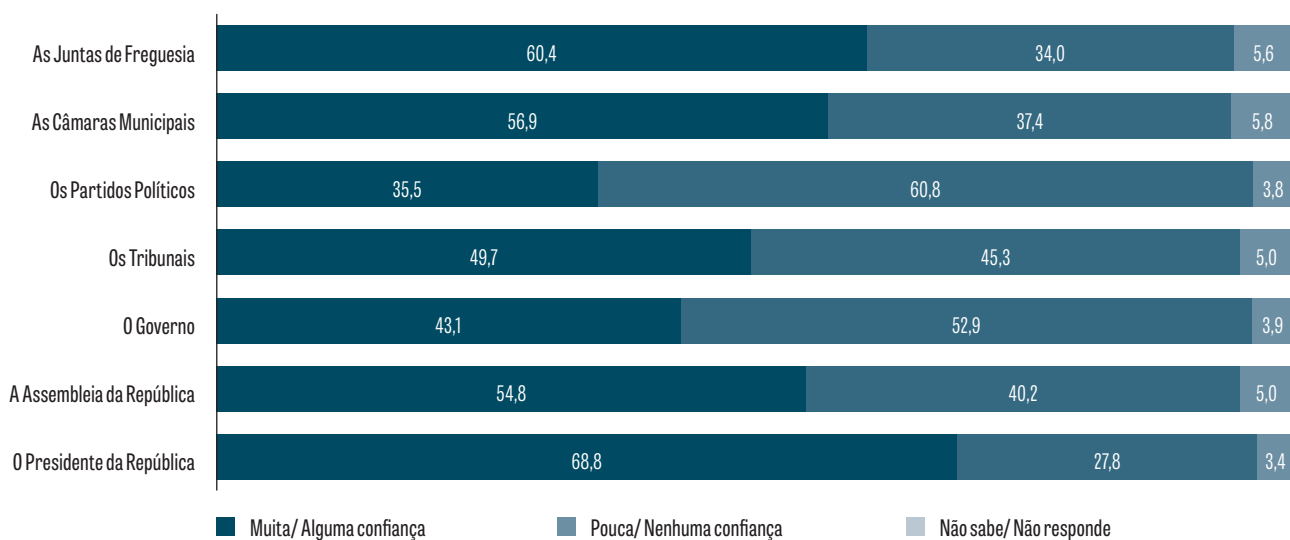
Os partidos políticos constituem claramente a instituição menos confiável. Apenas 35,5% manifestam “muita/alguma confiança”, enquanto 60,8% indicam “pouca/nenhuma confiança” (3,8% não respondem). A categoria dominante é “pouca confiança” (37,9%), seguida por “nenhuma confiança” (22,9%), o que traduz um forte distanciamento e criticismo face aos atores partidários.

Já as instituições locais apresentam níveis de confiança comparativamente mais elevados. As Câmaras Municipais reúnem 56,9% em “muita/alguma confiança”, face a 37,4% em “pouca/nenhuma confiança” (5,8% não resposta), com predominância de “alguma confiança” (52,3%). As Juntas de Freguesia registam um perfil igualmente favorável: 60,4% em “muita/alguma confiança” e 34% em “pouca/nenhuma confiança” (5,6% sem resposta), destacando-se, novamente, a categoria “alguma confiança” (55,3%).

A agregação das categorias permite clarificar o padrão geral. O Presidente da República destaca-se como a instituição com maior confiança agregada (68,8%). Segue-se um bloco de instituições locais (Juntas de Freguesia: 60,4%; Câmaras Municipais: 56,9%) e a Assembleia da República (54,8%). Em contrapartida, os níveis de confiança são mais baixos no Governo (43,1%) e, sobretudo, nos Partidos Políticos (35,5%), onde a desconfiança é claramente dominante. Os tribunais mantêm-se numa posição intermédia (49,7%), próxima do equilíbrio.

Por fim, o índice de confiança institucional confirma uma configuração predominantemente intermédia: 58,1% situam-se na categoria “alguma confiança”, 29,6% em “pouca confiança”, 11% em “nenhuma confiança” e apenas 1,3% em “muita confiança”. Isto indica que, ao considerar em conjunto as várias instituições, prevalece uma confiança moderada, coexistindo com um contingente relevante de baixa confiança e uma minoria muito reduzida de confiança intensa.

Em síntese, entre os jovens, a confiança nas instituições políticas não é homogénea: é mais elevada no Presidente da República e nas instituições locais, mais equilibrada nos Tribunais e na Assembleia da República, e claramente mais baixa no Governo e, sobretudo, nos Partidos Políticos. O índice global reforça a ideia de um padrão de confiança maioritariamente moderado, coexistindo com uma proporção substantiva de baixa confiança, o que sugere um apoio específico real, mas marcado por criticismo institucional relevante.

Gráfico 108 Confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – Jovens**Gráfico 109** Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas (em %) – Jovens**Gráfico 110** Confiança nas instituições políticas portuguesas: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – Jovens

Nota: índice composto a partir das respostas a todos os indicadores (instituições) e calculado para cada inquirido, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido "Não sabe/ Não responde". Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

8.2 Análise por sexo

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o sexo, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças entre homens e mulheres na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

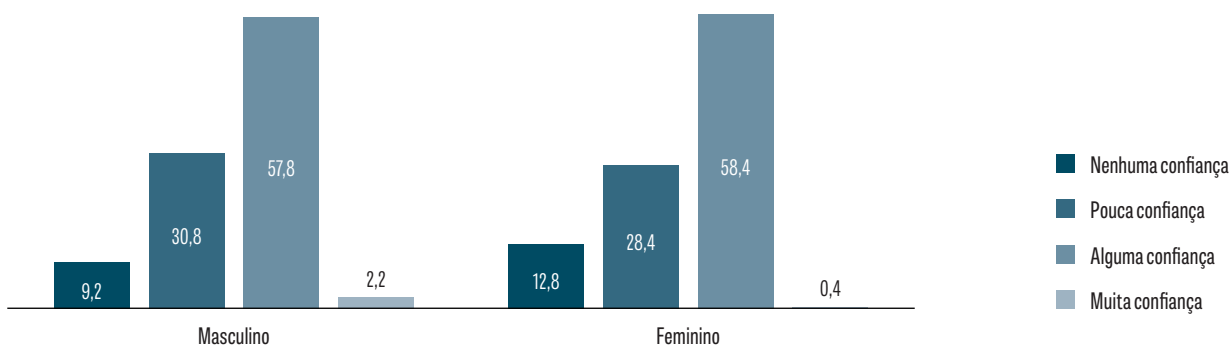
A desagregação por sexo não revela diferenças estatisticamente significativas entre os jovens do sexo masculino e feminino, sugerindo que a distribuição das respostas é semelhante em ambos os grupos, com predominância de níveis intermédios de confiança.

Na distribuição pelas quatro categorias, entre os jovens do sexo masculino, 57,8% situam-se em “alguma confiança” e 2,2% em “muita confiança”, enquanto 30,8% indicam “pouca confiança” e 9,2% “nenhuma confiança”. Entre as jovens do sexo feminino, 58,4% declaram “alguma confiança” e 0,4% “muita confiança”, ao passo que 28,4% se posicionam em “pouca confiança” e 12,8% em “nenhuma confiança”. Em termos descritivos, as diferenças são pequenas: os homens apresentam ligeiramente mais “muita confiança”, enquanto as mulheres registam uma proporção um pouco superior de “nenhuma confiança”.

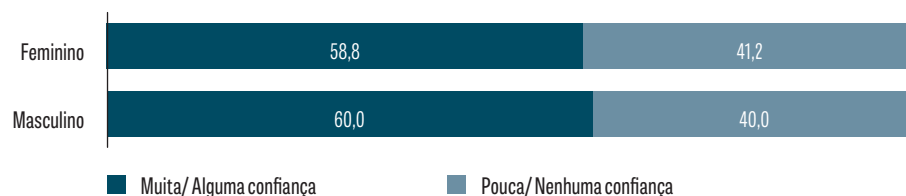
A análise com categorias agregadas reforça esta leitura de convergência. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) é maioritária e muito próxima entre os sexos (60% entre os jovens do sexo masculino e 58,8% entre as jovens do sexo feminino). Em paralelo, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) também apresenta valores semelhantes (40% e 41,2%, respetivamente).

Em síntese, os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por sexo na confiança institucional entre os jovens. Em ambos os grupos, predomina um padrão de confiança maioritariamente intermédia, coexistindo com uma parcela relevante de baixa confiança, sem clivagem substantiva entre jovens do sexo masculino e feminino.

Gráfico 111 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por sexo (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: $Z = -0,810$; valor- $p = 0,418$

Gráfico 112 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por sexo (em %) – Jovens

8.3 Análise por grupo etário

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o grupo etário, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças entre os grupos de 16-24 anos e 25-34 anos na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

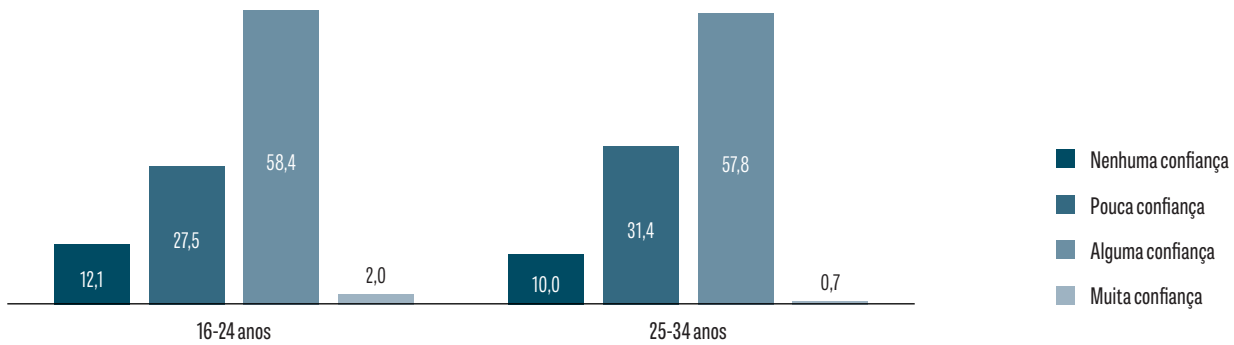
A desagregação por grupo etário não revela diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante, com predominância de níveis intermédios de confiança.

Na distribuição pelas quatro categorias, os jovens dos 16-24 anos apresentam 58,4% em “alguma confiança” e 2% em “muita confiança”, em comparação a 27,5% em “pouca confiança” e 12,1% em “nenhuma confiança”. Entre os 25-34 anos, 57,8% indicam “alguma confiança” e 0,7% “muita confiança”, enquanto 31,4% se situam em “pouca confiança” e 10% em “nenhuma confiança”. Em termos descritivos, nota-se um padrão muito próximo, com ligeiramente mais “nenhuma confiança” entre 16-24 anos e mais “pouca confiança” entre 25-34 anos.

A análise com categorias agregadas confirma a estabilidade entre os grupos. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) é muito semelhante: 60,4% entre 16-24 anos e 58,5% entre 25-34 anos. A desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) também apresenta valores próximos (39,6% e 41,4%, respetivamente).

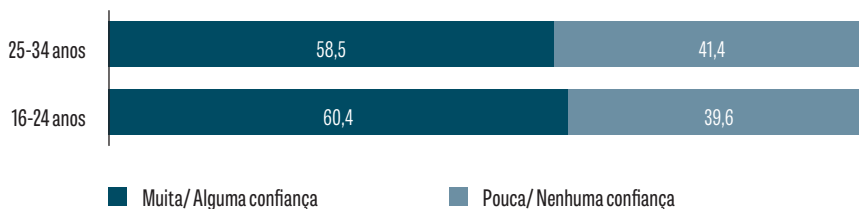
Em síntese, os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas por grupo etário na confiança institucional entre os jovens. Em ambos os escalões (16-24 e 25-34 anos) predomina um padrão de confiança maioritariamente intermédia, acompanhado por uma parcela relevante de baixa confiança, o que sugere um apoio específico presente, mas marcado por criticismo institucional. As diferenças observadas são sobretudo descritivas e de pequena magnitude, com ligeira maior confiança agregada entre os 16-24 anos e ligeiramente maior desconfiança entre os 25-34 anos, não configurando uma clivagem geracional substantiva no universo jovem.

Gráfico 113 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por grupo etário (em %) – Jovens



Teste de Mann-Whitney: Z= -0,009; valor-p=0,993

Gráfico 114 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por grupo etário (em %)– Jovens



8.4 Análise por escolaridade

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo a escolaridade, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças consoante o nível de ensino na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

A desagregação por escolaridade revela diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino, indicando que a distribuição das respostas varia de forma relevante entre os grupos, embora com diferenças moderadas.

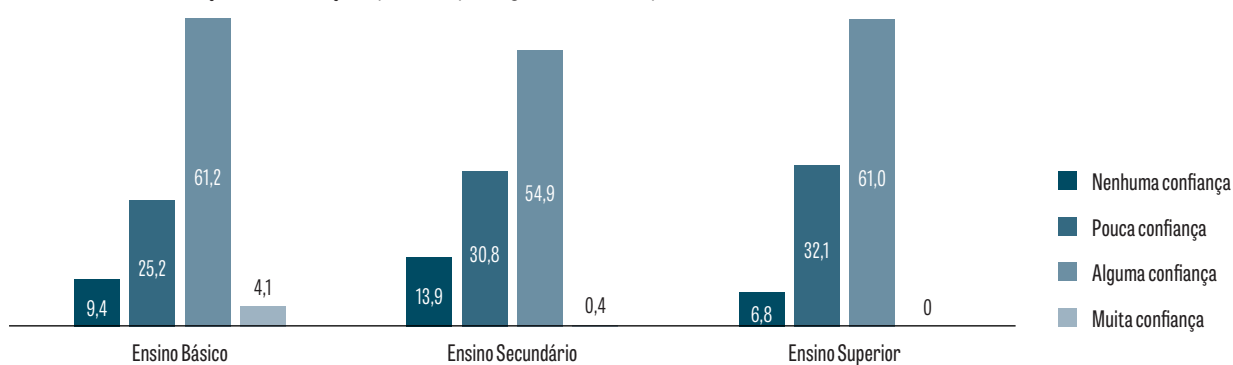
Na distribuição pelas quatro categorias, entre os jovens com ensino básico, 61,2% situam-se em “alguma confiança” e 4,1% em “muita confiança”, face a 25,2% em “pouca confiança” e 9,4% em “nenhuma confiança”. No ensino secundário, 54,9% indicam “alguma confiança” e 0,4% “muita confiança”, enquanto 30,8% se posicionam em “pouca confiança” e 13,9% em “nenhuma confiança”. Por fim, no ensino superior, 61% declaram “alguma confiança” e não se registam respostas em “muita confiança”, ao passo que 32,1% assinalam “pouca confiança” e 6,8% “nenhuma confiança”. Em termos descritivos, o ensino secundário destaca-se por maior incidência de baixa confiança, enquanto o ensino superior combina menor “nenhuma confiança” com maior peso de “pouca confiança”.

A análise com categorias agregadas reforça esta diferenciação. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) é mais elevada no ensino básico (65,3%), diminui

no ensino secundário (55,3%) e volta a aumentar no ensino superior (61%). Em sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) é mais baixa no ensino básico (34,6%), atinge o valor mais elevado no ensino secundário (44,7%) e situa-se num patamar intermédio no ensino superior (38,9%).

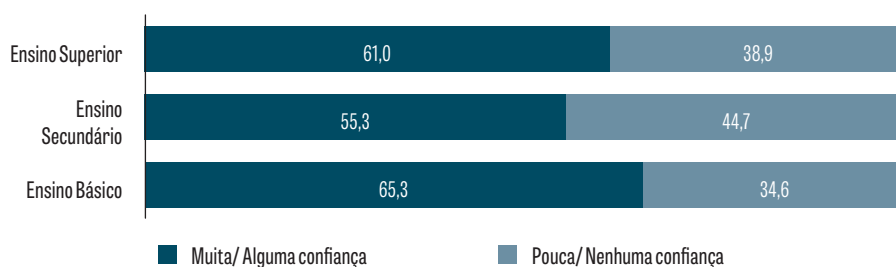
Em síntese, os resultados indicam que há diferenças estatisticamente significativas, por escolaridade, na confiança institucional entre os jovens. A confiança é maioritária em todos os níveis de ensino, mas o ensino secundário apresenta um perfil relativamente menos favorável, com maior concentração nas categorias de baixa confiança. O ensino básico regista a confiança agregada mais elevada, enquanto o ensino superior ocupa uma posição intermédia, combinando menor expressão de “nenhuma confiança” com maior incidência de “pouca confiança”, o que sugere um padrão de criticismo mais moderado, mas persistente.

Gráfico 115 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por escolaridade (em %) – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: $H=6,048$; $gl=2$; $valor-p<0,049$

Gráfico 116 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por escolaridade (em %), excluindo as respostas Não Sabe/Não Responde – Jovens



8.5 Análise por rendimento do agregado familiar

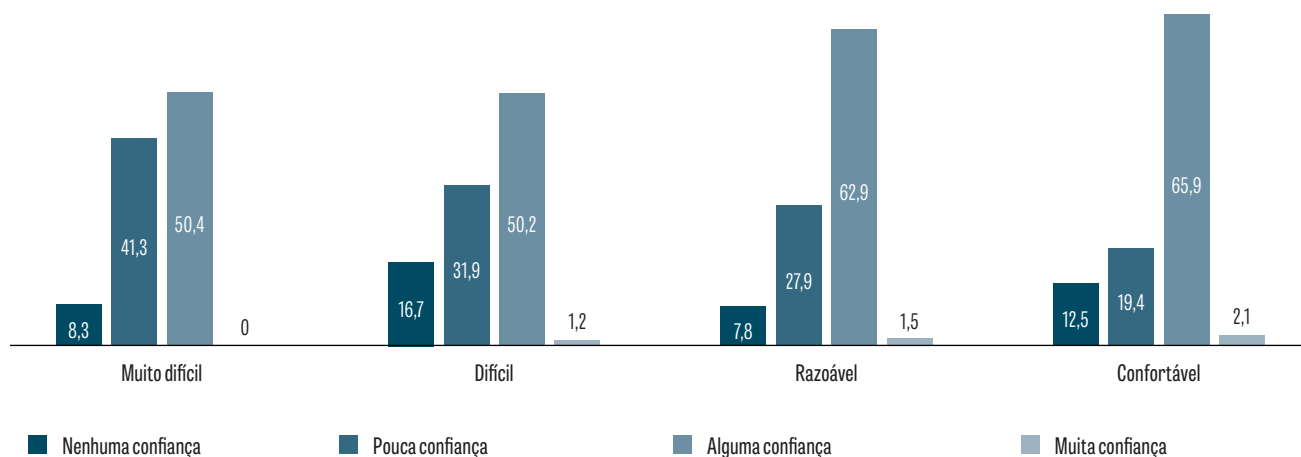
A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o rendimento do agregado familiar, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças na avaliação do desempenho institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

A desagregação por rendimento do agregado familiar revela diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sugerindo que a confiança institucional varia de forma relevante em função da condição económica percecionada.

Na distribuição pelas quatro categorias, no grupo que refere que é muito difícil viver com o rendimento atual, observa-se 50,4% em “alguma confiança” e ausência de “muita confiança” (0%), coexistindo com 41,3% em “pouca confiança” e 8,3% em “nenhuma confiança”. Entre os jovens que indicam ser difícil, registam-se 50,2% em “alguma confiança” e 1,2% em “muita confiança”, face a 31,9% em “pouca confiança” e 16,7% em “nenhuma confiança”, destacando-se aqui a maior incidência de “nenhuma confiança”. No grupo razoável, a confiança apresenta um perfil mais favorável, com 62,9% em “alguma confiança” e 1,5% em “muita confiança”, enquanto 27,9% se situam em “pouca confiança” e 7,8% em “nenhuma confiança”. Por fim, no grupo confortável, observa-se um padrão mais positivo: 65,9% em “alguma confiança” e 2,1% em “muita confiança”, em contraste com 19,4% em “pouca confiança” e 12,5% em “nenhuma confiança”, sendo que a baixa confiança se concentra sobretudo na categoria “pouca”.

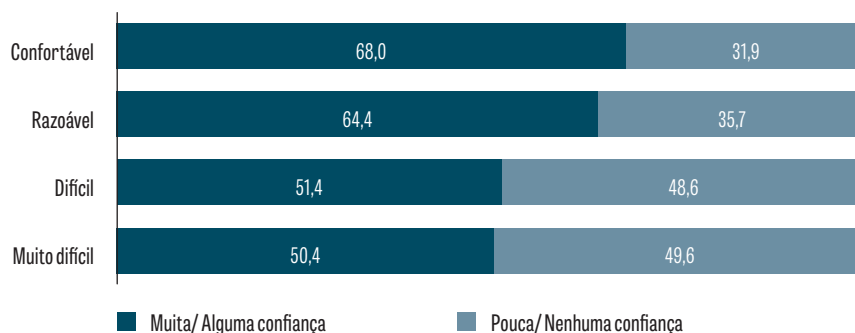
A análise com categorias agregadas reforça esta diferenciação. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) é mais baixa nos grupos em situação económica mais difícil (50,4% no “muito difícil” e 51,4% no “difícil”) e aumenta de forma clara nos grupos com melhor condição económica percecionada (64,4% no “razoável” e 68% no “confortável”). Em sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) é mais elevada nos grupos “muito difícil” e “difícil” (49,6% e 48,6%), diminuindo no “razoável” (35,7%) e atingindo o valor mais baixo no “confortável” (31,9%).

Em síntese, os resultados indicam que, entre os jovens, há diferenças estatisticamente significativas na confiança institucional em função do rendimento percecionado do agregado. Em termos substantivos, observa-se um padrão consistente no qual as condições económicas mais favoráveis associam-se a níveis mais elevados de confiança agregada, enquanto as situações de maior dificuldade económica apresentam maior peso de baixa confiança. Ainda assim, mesmo nos grupos mais desfavorecidos, a categoria “alguma confiança” mantém-se central, sugerindo que a confiança institucional é globalmente moderada, mas sensível à situação económica percecionada.

Gráfico 117 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens

Teste Kruskal-Wallis: H=10,109; gl=3; valor-p=0,018

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

Gráfico 118 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por rendimento do agregado familiar (em %) – Jovens

Pergunta – Rendimento: Qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem: É muito difícil viver com o rendimento atual; É difícil viver com o rendimento atual; O rendimento atual dá para viver razoavelmente; O rendimento atual permite-me viver confortavelmente.

8.6 Análise por habitat

A análise da confiança nas instituições políticas portuguesas, segundo o habitat, permite avaliar se, entre os jovens, existem diferenças na avaliação do funcionamento institucional concreto (apoio específico), medido através do índice de confiança institucional.

A desagregação por habitat não revela diferenças estatisticamente significativas entre os contextos residenciais, sugerindo que a distribuição das respostas é globalmente semelhante, ainda que com variações descritivas visíveis.

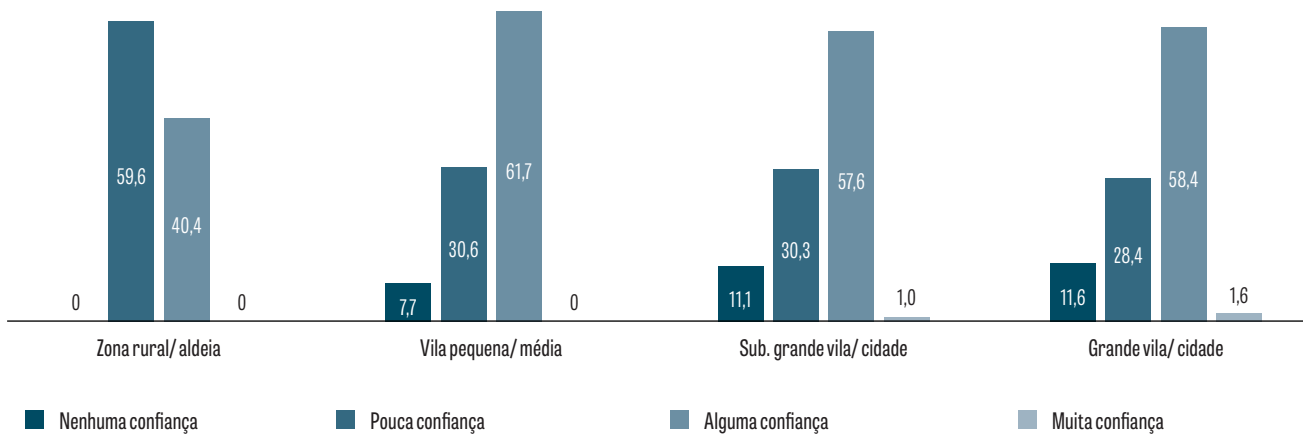
Na distribuição pelas quatro categorias, a zona rural/aldeia apresenta 40,4% em “alguma confiança” e 0% em “muita confiança”, em comparação a 59,6% em “pouca con-

fiança” e 0% em “nenhuma confiança”, evidenciando forte concentração na categoria “pouca confiança”. Na vila pequena/média, observa-se um perfil mais favorável, com 61,7% em “alguma confiança” e 0% em “muita confiança”, em comparação com 30,6% em “pouca confiança” e 7,7% em “nenhuma confiança”. No subúrbio de grande vila/cidade, 57,6% indicam “alguma confiança” e 1% “muita confiança”, enquanto 30,3% se situam em “pouca confiança” e 11,1% em “nenhuma confiança”. Por fim, na grande vila/cidade, 58,4% declaram “alguma confiança” e 1,6% “muita confiança”, face a 28,4% em “pouca confiança” e 11,6% em “nenhuma confiança”.

A análise com categorias agregadas reforça esta leitura. A confiança agregada (“muita/alguma confiança”) varia entre 40,4% na zona rural/aldeia e 61,7% na vila pequena/média, situando-se em 58,6% no subúrbio e em 60% na grande vila/cidade. Em sentido inverso, a desconfiança agregada (“pouca/nenhuma confiança”) atinge 59,6% na zona rural/aldeia, descendo para 38,3% na vila pequena/média e estabilizando-se em valores próximos no subúrbio (41,4%) e na grande vila/cidade (40%).

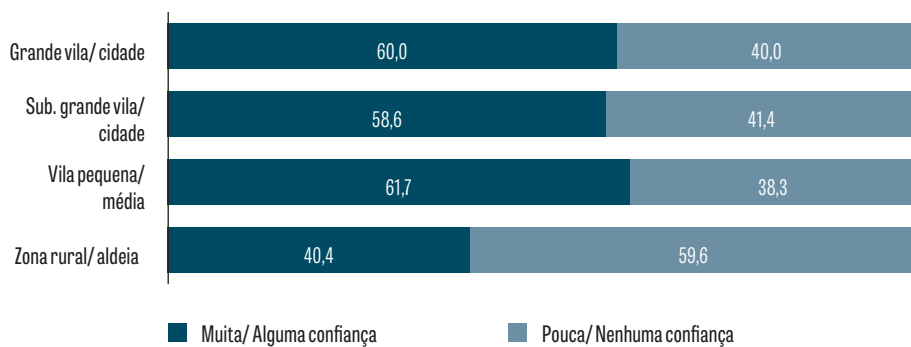
Em síntese, não se identificam diferenças estatisticamente significativas, por habitat, na confiança institucional entre os jovens. Ainda assim, em termos descritivos, a zona rural/aldeia apresenta um perfil relativamente menos favorável (menor confiança agregada e maior concentração em “pouca confiança”), enquanto a vila pequena/média e os contextos urbanos exibem maiorias de confiança agregada. No conjunto, predomina um padrão de confiança, sobretudo intermédia, que coexiste com uma parcela relevante de baixa confiança, sem clivagem territorial robusta no universo jovem.

Gráfico 119 Confiança nas instituições políticas portuguesas: análise por *habitat* (em %) – Jovens



Teste Kruskal-Wallis: $H=1,422$; $gl=3$; valor- $p=0,700$

Gráfico 120 Confiança nas instituições políticas portuguesas com categorias agregadas: análise por *habitat* (em %) – Jovens



50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

Capítulo 3

Atitudes face à democracia e às instituições políticas: comparação entre população e jovens

Neste capítulo são apresentados e analisados de forma desenvolvida os resultados relativos às atitudes da população e dos jovens face à democracia e às instituições políticas, numa perspetiva comparada, em quatro domínios: (1) Apoio difuso à democracia enquanto regime político; (2) Apoio a diferentes formas de governo para Portugal; (3) Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal; (4) Confiança nas instituições políticas portuguesas.

9. Apoio difuso à democracia enquanto regime político

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida aceitam e apoiam estruturalmente a democracia como princípio (preferência normativa), independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto.

O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte questão:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

Para fins analíticos e de apresentação dos resultados, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram ainda agregadas em uma única categoria, que representa concordância com a afirmação. Por outro lado, as opções “discorda” e “discorda totalmente” foram igualmente agrupadas numa única categoria indicativa de discordância.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A população portuguesa e os jovens portugueses evidenciam níveis muito elevados de apoio normativo à democracia enquanto regime político. Em ambos os grupos, a grande maioria dos inquiridos concorda ou concorda totalmente que, apesar dos seus defeitos, a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime (85,7% na população e 86,8% entre os jovens). Estes valores sugerem uma adesão amplamente partilhada ao princípio democrático, com diferenças descritivas reduzidas entre os grupos.

A discordância expressa é baixa em ambos os grupos, ainda que ligeiramente inferior entre os jovens: 3,9% na população (2,2% “discorda” e 1,7% “discorda totalmente”) e 2,2% entre os jovens (1,3% e 0,9%, respetivamente). Do mesmo modo, a resposta neutra (“não concorda nem discorda”) apresenta proporções muito próximas (8% na população e 7,9% entre os jovens), o que indica que a ambivalência face à afirmação tem expressão limitada em ambos os casos.

Importa sublinhar, ainda, que a intensidade do apoio, medida pela proporção de pessoas que concordam totalmente, é elevada em ambos os grupos, sendo ligeiramente superior entre os jovens (45,7%) do que na população (43,5%). Por sua vez, a concordância simples (“concorda”) é muito semelhante (42,2% na população e 41,1% entre os jovens), reforçando a ideia de que o padrão geral é de forte preferência normativa pela democracia.

A agregação de categorias confirma esta configuração: na população, 85,7% situam-se na categoria de concordância (concorda/concorda totalmente), 3,9% na categoria de discordância (discorda/discorda totalmente) e 8,0% na categoria de resposta neutra, com 2,4% de não-resposta. Entre os jovens, 86,8% encontram-se na categoria de concordância, 2,2% na de discordância e 7,9% na de resposta neutra, enquanto a não-resposta é de 3,1%.

Em síntese, os resultados indicam uma continuidade geracional clara, visto que a democracia constitui uma referência normativa central e amplamente valorizada tanto na população portuguesa como entre os jovens. Ambos os grupos apresentam

níveis muito elevados de adesão ao ideal democrático e a rejeição explícita é amplamente minoritária. Ainda assim, embora limitado, observa-se um sinal descritivo de diferenciação geracional, visto que, entre os jovens, regista-se uma proporção ligeiramente superior de concordância total e uma menor expressão de discordância. Este padrão é compatível com a hipótese de que as novas gerações não se afastam do ideal democrático e podem, em certos aspetos, exibir uma adesão normativa tão forte ou até ligeiramente mais intensa, sugerindo estabilidade (e possivelmente um ligeiro reforço) do apoio difuso à democracia.

Gráfico 121 Apoio difuso à democracia (em %) – comparação entre População e Jovens

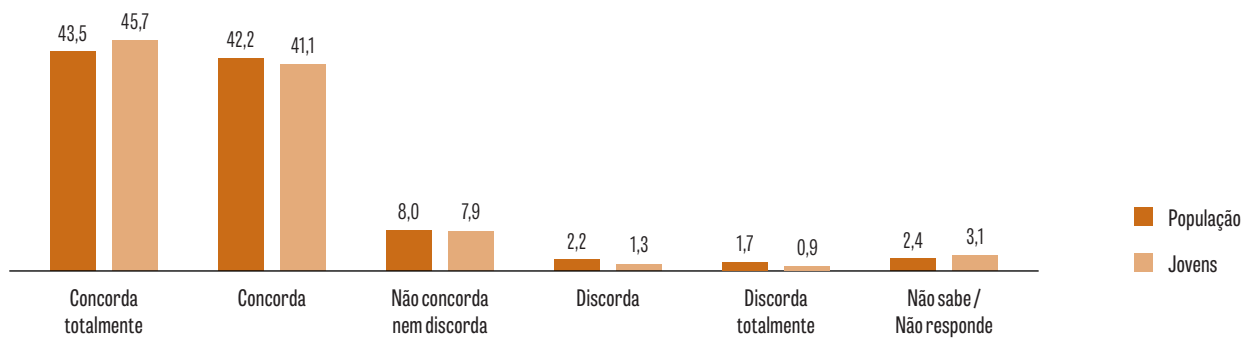


Gráfico 122 Apoio difuso à democracia com categorias agregadas (em %) – comparação entre População e Jovens



10. Apoio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte questão:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;
- Serem as Forças Armadas a governar o país.

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito boa” e “Boa” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo relativo a cada forma de governo. De forma análoga, as respostas “Má” e “Muito má” foram agrupadas numa única categoria que captura um sentimento negativo quanto a cada forma de governo.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas” com valores agrupados em classes ordinais, baseado nos três indicadores não democráticos incluídos na questão: “governo de um líder forte”, “governo de especialistas” e “governo das forças armadas”. Este índice foi utilizado na análise das variáveis socio-demográficas deste capítulo. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A população portuguesa e os jovens portugueses evidenciam uma avaliação global muito positiva da adoção de um sistema democrático em Portugal. Em ambos os grupos, a grande maioria considera esta forma de governo “boa” ou “muito boa”, sendo a avaliação positiva ligeiramente superior entre os jovens (90,7%) do que entre a população (89,2%). Estes valores indicam que a democracia é amplamente reconhecida como a forma de governo mais desejável, com diferenças descritivas reduzidas entre as gerações.

A avaliação negativa do sistema democrático é residual em ambos os grupos, embora seja inferior entre os jovens (4,7% na população e 3,5% entre os jovens). A ausência de resposta também é baixa e muito próxima (6,1% na população e 5,7% entre os jovens). Importa sublinhar, ainda, que a intensidade do apoio é elevada nos dois grupos, sendo mais expressiva entre os jovens, visto que 52,1% classificam o sistema democrático como “muito bom”, em comparação com 48,2% na população. Já a categoria “boa” é ligeiramente mais frequente na população (41%) do que entre os jovens (38,6%).

No que respeita às formas não democráticas de governo, o padrão é mais heterogéneo e revela diferenças geracionais pontuais. A opção por um líder forte, sem parlamento nem eleições, divide ambos os grupos. Na população, 41,6% avaliam-na como “boa/muito boa” e 46,5% como “má/muito má”. Entre os jovens, os valores são muito

semelhantes (41,5% positivos e 45,7% negativos). A não-resposta é igualmente próxima (11,9% na população e 12,9% entre os jovens), sugerindo níveis comparáveis de ambivalência face a esta alternativa.

A alternativa de um governo de especialistas é a opção não democrática com maior aceitação em ambos os grupos. A avaliação positiva é ligeiramente superior entre os jovens (58%) do que na população (57,7%), enquanto a avaliação negativa é menor entre os jovens (23,2%) do que na população (25%). Em contrapartida, a não-resposta é elevada e ligeiramente superior entre os jovens (18,8%) em relação à população (17,2%), indicando maior hesitação ou menor disponibilidade para se posicionar sobre esta solução.

Já a possibilidade de as Forças Armadas governarem o país é avaliada predominantemente de forma negativa nos dois grupos. A rejeição agregada é ligeiramente inferior entre os jovens (48,4%) do que na população (51,1%), mas a avaliação positiva também é mais baixa entre os jovens (28,3%) do que na população (30,4%). A principal diferença geracional neste item reside no nível de não-resposta, substancialmente superior entre os jovens (23,2%) em relação à população (18,5%), sugerindo maior reserva e/ou menor disposição dos jovens para avaliar explicitamente esta alternativa.

Por fim, o índice de apoio a formas de governo não democráticas, agrupado em classes ordinais, revela padrões próximos entre a população e os jovens. Em ambos os grupos, predomina a categoria “Boa”, com valores ligeiramente superiores entre os jovens (54,5%) em relação à população (51,9%). A categoria “má” é menos frequente entre os jovens (28,3%) do que na população (30,8%), enquanto a categoria “muito má” é ligeiramente superior entre os jovens (13,6%) em relação à população (12,1%). A categoria “muito boa” é menos frequente entre os jovens (3,6%) do que na população (5,2%). Isto sugere que o apoio mais intenso a formas não democráticas é relativamente menos expressivo entre os jovens, apesar da avaliação moderadamente positiva ser ligeiramente mais comum. Importa, contudo, sublinhar que esta abertura agregada é, em ambos os grupos, fortemente influenciada pela avaliação mais favorável da alternativa do governo de especialistas, enquanto as opções mais claramente autoritárias (líder forte e governo das Forças Armadas) tendem a ser predominantemente rejeitadas.

Em síntese, os resultados indicam uma forte continuidade geracional. Tanto a população como os jovens atribuem uma avaliação muito positiva ao sistema democrático e manifestam uma rejeição residual dessa forma de governo. Em ambos os grupos, coexistem também disposições de abertura, sobretudo moderada, a alternativas não democráticas, particularmente à solução tecnocrática e, em menor grau, à hipótese de um líder forte. Já o governo das Forças Armadas é predominantemente rejeitado. Ainda assim, observam-se sinais limitados de diferenciação geracional. Os jovens apresentam maior intensidade de avaliação muito positiva do sistema democrático e, no índice agregado, menor expressão do apoio mais intenso (“muito boa”) a formas não democráticas, ao mesmo tempo que registam maior ausência de resposta na avaliação do governo das Forças Armadas.

Gráfico 123 Apoio a diferentes formas de governo para Portugal (em %) – comparação entre População e Jovens

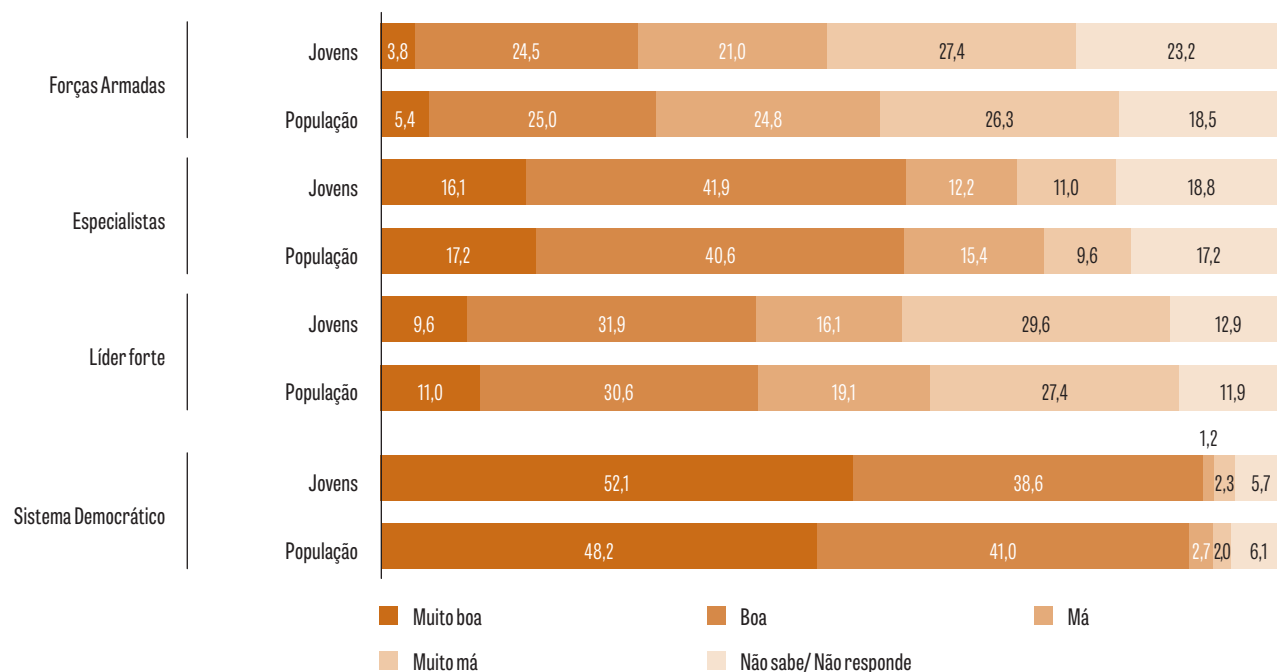
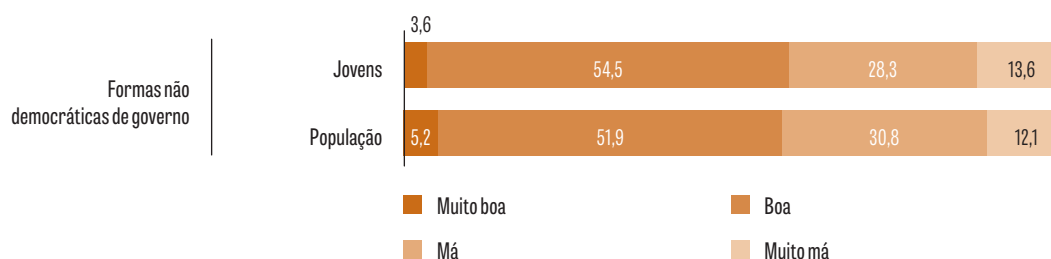


Gráfico 124 Apoio a formas de governo não democráticas para Portugal: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – comparação entre População e Jovens



Nota: índices compostos a partir das respostas às três questões (ter um "governo de um líder forte"; um "governo de especialistas"; e um "governo das forças armadas") e calculados para cada inquirido, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido "Não sabe/Não responde". Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

11. Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A satisfação com o funcionamento da democracia incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte questão:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”.

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito satisfeito” e “Satisfeito” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo sobre o funcionamento concreto da democracia em Portugal. De forma análoga, as respostas “Pouco satisfeito” e “Nada satisfeito” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação ao funcionamento concreto da democracia em Portugal.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens evidencia um padrão global muito semelhante de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, com predominância clara de avaliações positivas em ambos os grupos e diferenças geracionais reduzidas.

Em termos agregados, a satisfação (“satisfeito/muito satisfeito”) é praticamente equivalente: 64,8% na população e 65,3% entre os jovens. Do mesmo modo, a insatisfação (“pouco/nada satisfeito”) apresenta valores próximos (32,2% na população e 31,4% entre os jovens), sugerindo que a avaliação do desempenho concreto da democracia é, no essencial, convergente entre gerações.

Na distribuição entre as quatro categorias, observa-se, contudo, uma pequena diferença na intensidade da satisfação. Entre os jovens, a proporção que declara estar “muito satisfeita” é mais elevada (12,4%) do que na população (9,1%). Em contrapartida, a categoria “satisfeito” é ligeiramente mais frequente na população (55,7%) do que entre os jovens (52,9%). Assim, entre os jovens, a satisfação parece deslocar-se ligeiramente para um patamar mais intenso, embora a satisfação moderada continue a ser claramente dominante em ambos os grupos.

No polo negativo, as diferenças também são marginais. A categoria “nada satisfeito” é ligeiramente superior entre os jovens (8,5%) comparativamente com a população (7,5%). Já a categoria “pouco satisfeito” é ligeiramente inferior entre os jovens (22,9%) em relação à população (24,7%). No conjunto, isto traduz-se num perfil negativo muito próximo, com variações pequenas na repartição interna das categorias.

A não-resposta mantém-se residual e praticamente idêntica (3,0% na população e 3,2% entre os jovens), o que indica elevada propensão para avaliar o tema em ambos os segmentos.

Em síntese, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara na avaliação do funcionamento concreto da democracia: tanto a população como os jovens apresentam maiorias semelhantes de satisfação e uma minoria socialmente relevante de insatisfação. As diferenças observadas são sobretudo descritivas e de pequena magnitude, destacando-se apenas um ligeiro aumento da satisfação intensa entre os jovens, que coexistem, contudo, com níveis globais de satisfação agregada praticamente idênticos aos da população.

Gráfico 125 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal (em %) – comparação entre População e Jovens

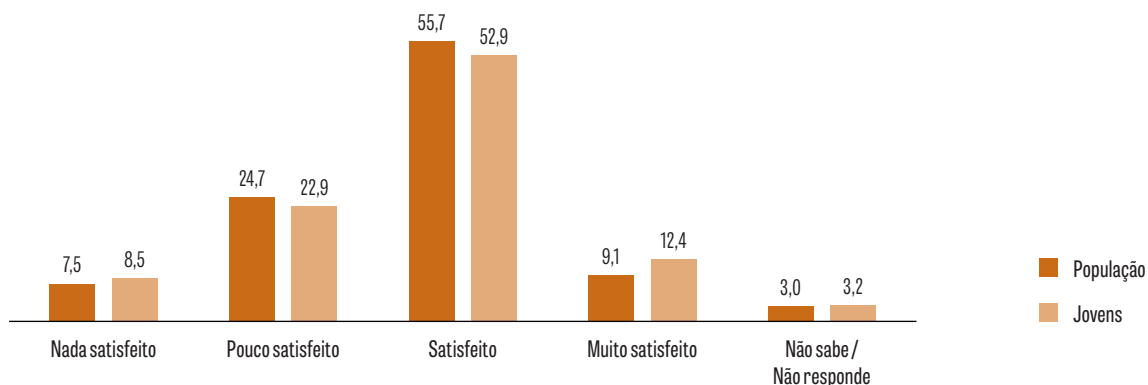
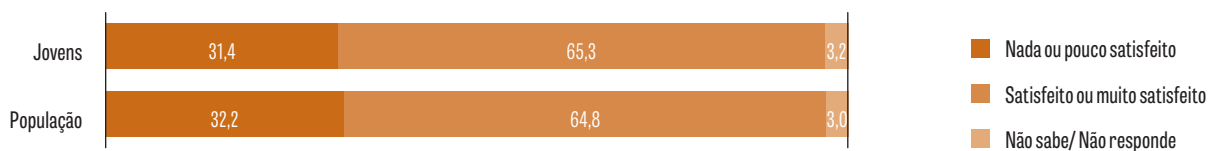


Gráfico 126 Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal com categorias agregadas (em %) – comparação entre População e Jovens



12. Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte questão:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Para fins analíticos, as respostas “Muita” e “Alguma” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo de confiança nas instituições. De forma análoga, as respostas “Pouca” e “Nenhuma” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação à confiança nas instituições.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”, com valores agrupados em classes ordinais, com base nas respostas a todas as instituições incluídas na questão. Este índice foi utilizado na análise por variáveis sociodemográficas deste capítulo. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Nota: Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais apresentados podem não somar exatamente 100%.

A comparação entre a população portuguesa e os jovens evidencia um padrão global muito semelhante de confiança nas instituições políticas, com diferenças geracionais reduzidas e uma hierarquia de instituições praticamente idêntica nos dois grupos.

No índice global de confiança institucional, observa-se uma configuração convergente. Em ambos os segmentos predomina a confiança intermédia, coexistindo com uma parcela relevante de baixa confiança e com confiança intensa residual. Em termos comparativos, os jovens apresentam ligeiramente mais concentração na categoria intermédia e ligeiramente menos na categoria de baixa confiança, enquanto a proporção na categoria de ausência de confiança é idêntica (11% em ambos). Isto sugere que, no plano agregado, os jovens não se distinguem por maior “desconfiança estrutural”, mas antes por uma distribuição muito próxima da população, com pequenas deslocações internas.

Ao nível das instituições individuais, a ordenação é muito estável e aponta para o mesmo padrão em ambos os grupos: a confiança é mais elevada no Presidente da República e nas instituições locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), intermédia na Assembleia da República e nos Tribunais, e mais baixa no Governo e, sobretudo, nos Partidos Políticos. Ou seja, tanto na população como entre os jovens, a confiança tende a ser mais forte nas instituições percebidas como menos diretamente associadas à competição partidária, e mais frágil nas instituições do núcleo da governação e da disputa político-partidária.

As diferenças geracionais, quando existem, são sobretudo descritivas e pequenas, mas apontam de forma consistente para um padrão em que os jovens revelam ligeiramente mais confiança (e, em paralelo, ligeiramente menos desconfiança) em praticamente todas as instituições. Isso observa-se no Presidente da República, nas

instituições locais, na Assembleia e nos Tribunais. Ainda assim, o traço mais marcante mantém-se comum aos dois grupos: os Partidos Políticos continuam a ser a instituição com menor confiança e maior prevalência de avaliações negativas, e o Governo permanece entre as instituições com perfil mais crítico.

Em síntese, os resultados apontam para uma continuidade geracional clara. População e jovens partilham uma estrutura de confiança institucional muito semelhante. Ela é mais elevada na chefia de Estado e no poder local, intermédia no parlamento e nos tribunais, e mais baixa no governo e, sobretudo, nos partidos. As diferenças geracionais, quando existem, são sobretudo descritivas e pequenas, mas apontam de forma consistente para um padrão em que os jovens revelam ligeiramente mais confiança (e, em paralelo, ligeiramente menos desconfiança) em praticamente todas as instituições. O índice global é marcado por confiança predominantemente moderada, acompanhada de criticismo institucional relevante.

Gráfico 127 “Muita” ou “Alguma” confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – comparação entre População e Jovens

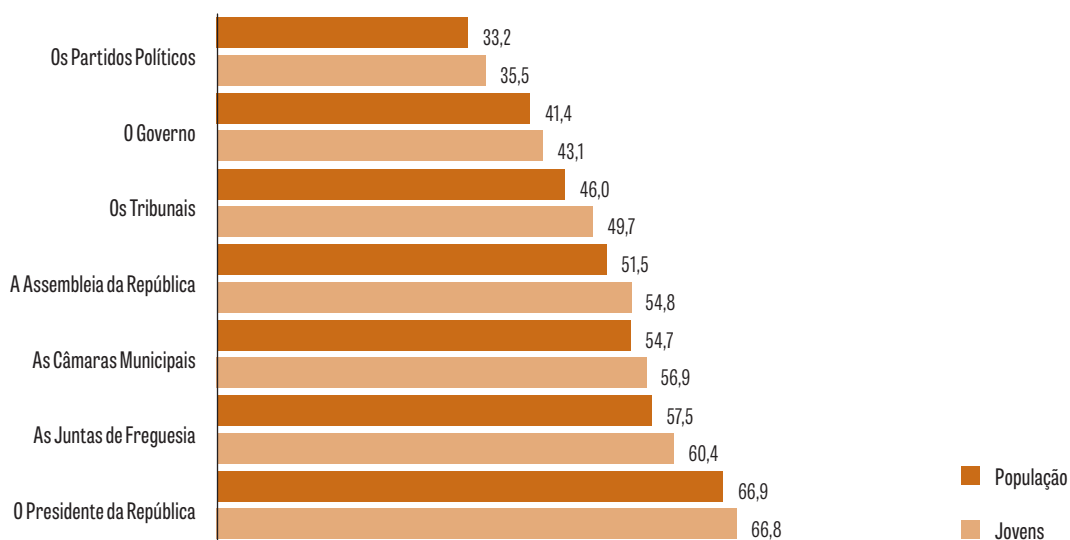


Gráfico 128 “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nas instituições políticas portuguesas (em %) – comparação entre População e Jovens

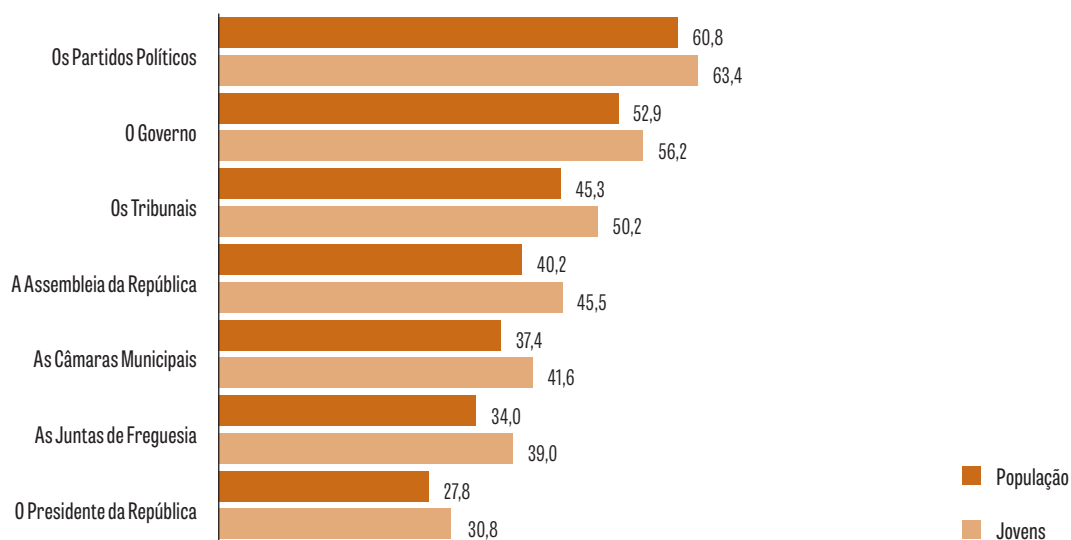
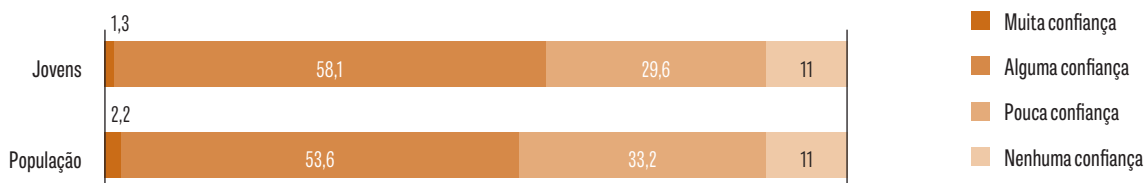


Gráfico 129 Confiança nas instituições políticas portuguesas: índice numérico, com valores agrupados em classes ordinais (em %) – comparação entre População e Jovens



Nota: índice composto a partir das respostas a todos os indicadores (instituições) e calculado para cada inquirido, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido “Não sabe/ Não responde”. Os detalhes da construção do índice podem ser consultados na secção metodológica.

Anexo I

Nota Metodológica

A análise baseia-se no módulo do Inquérito Nacional que incidiu sobre as atitudes face à democracia e às instituições políticas, considerando quatro indicadores:

Apoio difuso à democracia

O apoio difuso à democracia enquanto regime político refere-se à relação em abstrato dos cidadãos com o regime democrático, avaliando em que medida os cidadãos aceitam e apoiam estruturalmente a democracia independentemente das insuficiências que possam reconhecer no seu funcionamento concreto.

O apoio difuso à democracia foi avaliado através da seguinte questão:

Por favor, diga-me, o grau de concordância com a seguinte afirmação: A democracia pode ter muitos defeitos, mas é sempre e em qualquer circunstância preferível a qualquer outro tipo de regime político.

Opções de resposta: “concorda totalmente”; “concorda”; “não concorda nem discorda”; “discorda”; “discorda totalmente”.

Para fins analíticos e de apresentação dos resultados, as respostas “Concorda totalmente” e “Concorda” foram ainda agregadas em uma única categoria, que representa concordância com a afirmação. Por outro lado, as opções “discorda” e “discorda totalmente” foram igualmente agrupadas numa única categoria indicativa de discordância.

Este indicador foi cruzado com as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, grupo etário, escolaridade, *habitat*, rendimento

Foram aplicados testes de hipóteses não paramétricos para avaliar diferenças entre subgrupos: o teste de Mann–Whitney para comparações entre dois grupos e o teste de Kruskal–Wallis para três ou mais grupos. Consideraram-se estatisticamente significativas as associações com $p < 0,05$.

Apoio a diferentes formas de governo para Portugal

O apoio a diferentes formas de governo examina em que medida os cidadãos consideram desejável a adoção, em Portugal, da forma de governo democrática ou de formas não democráticas de governo, tais como um “governo de um líder forte”, um “governo de especialistas” ou um “governo das forças armadas”.

O apoio a diferentes formas de governo para Portugal foi avaliado através da seguinte questão:

Diga-me, por favor, como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal, que lhe vou ler:

- Ter um sistema democrático;
- Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições;
- Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país;
- Serem as Forças Armadas a governar o país.

Opções de resposta para cada uma das possíveis formas de governo: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”.

Para fins analíticos, as respostas “Muito boa” e “Boa” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo relativo a cada forma de governo. De forma análoga, as respostas “Má” e “Muito má” foram agrupadas numa única categoria que captura um sentimento negativo quanto a cada forma de governo.

Foi também construído um índice numérico de “formas de governo não democráticas” com valores agrupados em classes ordinais, baseado nos três indicadores não democráticos incluídos na questão: “governo de um líder forte”, “governo de especialistas” e “governo das forças armadas”. Este índice foi utilizado na análise das variáveis sociodemográficas deste capítulo.

O índice “Apoio a formas de governo não democráticas” foi calculado com base nos dados recolhidos em três indicadores da questão “Como avalia cada uma das seguintes possíveis formas de governo para Portugal que lhe vou ler: acha que é uma solução “Muito boa”, “Boa”, “Má” ou “Muito má”?”: “Ter um líder forte que não tenha de se preocupar, nem com o parlamento, nem com as eleições”, “Serem os especialistas, e não os governantes eleitos, a tomar decisões de acordo com o que consideram ser o melhor para o país”, “Serem as Forças Armadas a governar o país”. Para o efeito, foi utilizada a técnica de Análise Categórica de Componentes Principais, e o índice foi obtido com a informação retida na primeira componente principal, para todos os inquiridos, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido “Não sabe/Não responde” (nestes casos, o índice foi calculado com recurso à imputação do valor omissivo pela classe modal). Assim, os valores das pontuações da primeira componente foram normalizados para a escala de 0 a 100, tendo-se obtido um índice numérico, cujos valores foram agrupados em quatro classes ordinais para efeitos da análise: [0; 25], “Muito Má”; [25; 50], “Má”; [50; 75], “Boa”; [75; 100], “Muito Boa”.

Este índice foi cruzado com as variáveis sociodemográficas, e calculadas as frequências relativas do cruzamento do índice categorizado com cada uma das variáveis sociodemográficas (sexo, grupo etário, escolaridade, *habitat*, rendimento), e foram aplicados testes de hipóteses não paramétricos para avaliar as diferenças entre subgrupos demográficos na distribuição das classes ordinais do índice (superioridade estocástica): teste Mann-Whitney U, para dois subgrupos demográficos; teste Kruskal-Wallis, para três ou mais subgrupos demográficos.

Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal

A satisfação com o funcionamento da democracia incide sobre a avaliação que os cidadãos fazem da forma como a democracia funciona na prática em Portugal (apoio específico ou efetivo).

Este indicador foi medido através da seguinte questão:

Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como a democracia funciona em Portugal?

Opções de resposta: “Muito satisfeito”, “Satisfeito”, “Pouco satisfeito”, “Nada satisfeito”. Para fins analíticos, as respostas “Muito satisfeito” e “Satisfeito” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo sobre o funcionamento concreto da democracia em Portugal. De forma análoga, as respostas “Pouco satisfeito” e “Nada satisfeito” foram também agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação ao funcionamento concreto da democracia em Portugal.

Este indicador foi cruzado com as seguintes variáveis sociodemográficas: sexo, grupo etário, escolaridade, *habitat*, rendimento.

Foram aplicados testes de hipóteses não paramétricos para avaliar diferenças entre subgrupos: o teste de Mann–Whitney para comparações entre dois grupos e o teste de Kruskal–Wallis para três ou mais grupos. Consideraram-se estatisticamente significativas as associações com $p < 0,05$.

Confiança nas instituições políticas portuguesas

A confiança nas instituições políticas avalia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas democráticas portuguesas, refletindo uma dimensão de apoio específico (ou efetivo) ao regime democrático, na medida em que capta a avaliação que os inquiridos fazem do funcionamento institucional concreto.

A confiança nas instituições políticas foi avaliada através da seguinte questão:

Para cada uma das seguintes instituições que lhe vou ler, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela. Instituições consideradas: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Tribunais; Partidos Políticos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia.

Opções de resposta para a avaliação da confiança em cada instituição: “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma”.

Para fins analíticos, as respostas “Muita” e “Alguma” foram ainda agregadas numa única categoria, que captura um sentimento positivo de confiança nas instituições. De forma análoga, as respostas “Pouca” e “Nenhuma” também foram agrupadas numa única categoria, que captura um sentimento negativo em relação à confiança nas instituições.

Foi também construído um índice numérico de “confiança nas instituições políticas portuguesas”, com valores agrupados em classes ordinais, com base nas respostas a todas as instituições incluídas na questão. Este índice foi utilizado na análise por variáveis sociodemográficas deste capítulo.

O índice “Confiança nas instituições políticas portuguesas” foi calculado com base nos dados recolhidos em sete indicadores da questão “Para cada uma das seguintes instituições, diga-me, se tem “Muita”, “Alguma”, “Pouca” ou “Nenhuma” confiança nela”: “O Presidente da República”; “A Assembleia da República”; “O Governo”; “Os Tribunais”; “Os Partidos Políticos”; “As Câmaras Municipais”; “As Juntas de

Freguesia”. Para o efeito, utilizou-se a técnica de Análise Categórica de Componentes Principais, e o índice foi obtido com a informação retida na primeira componente principal, para todos os inquiridos, mesmo que a resposta a alguma das questões tenha sido “Não sabe/Não responde” (nestes casos, o índice foi calculado com recurso à imputação do valor omissivo pela classe modal). Assim, os valores das pontuações da primeira componente foram normalizados para a escala 0 a 100, tendo-se obtido um índice numérico, cujos valores foram agrupados em quatro classes ordinais para efeitos da análise: [0; 25], “Nenhuma”; [25; 50], “Pouca”; [50; 75], “Alguma”; [75; 100], “Muita”.

Este índice foi cruzado com as variáveis sociodemográficas, e calculadas as frequências relativas do cruzamento do índice categorizado com cada uma das variáveis sociodemográficas (sexo, grupo etário, escolaridade, *habitat*, rendimento), e foram aplicados testes de hipóteses não paramétricos para avaliar as diferenças entre subgrupos demográficos na distribuição das classes ordinais do índice (superioridade estocástica): teste Mann-Whitney U, para dois subgrupos demográficos; teste Kruskal-Wallis, para três ou mais subgrupos demográficos.

Variáveis sociodemográficas consideradas nas análises

- Sexo: masculino ou feminino
- Grupo etário: 16-24; 25-34; 35-64; 65 ou mais. A categoria “jovens” corresponde aos grupos etários 16-24 e 25-34.
- Escolaridade: nenhum; ensino básico (inclui 1º, 2º e 3º ciclos do básico); ensino secundário; ensino superior
- Rendimento do agregado familiar: permite viver confortavelmente; permite viver razoavelmente; é difícil viver com o rendimento atual; é muito difícil viver com o rendimento atual.
- *Habitat*: Zona rural ou aldeia; Vila pequena ou média; Subúrbios de grande vila ou cidade; Grande vila ou cidade

Legendas das análises estatísticas

- Teste de Mann-Whitney (Z; p-valor): teste não paramétrico utilizado para comparar a distribuição de uma variável ordinal entre dois grupos independentes.

Z: estatística padronizada do teste (quanto mais distante de 0, maior a diferença entre grupos);

p-valor: nível de significância estatística; $p < 0,05$ indica diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos.

- Testes de Kruskal-Wallis (H; gl; p-valor): teste não paramétrico usado para comparar a distribuição de uma variável ordinal entre três ou mais grupos independentes.

H: estatística do teste (valores maiores sugerem maior diferença entre grupos);

gl: graus de liberdade;

p-valor: nível de significância estatística; $p < 0,05$ indica que pelo menos um grupo difere dos restantes.

Devido ao arredondamento das casas decimais realizado pelo SPSS, os totais podem não somar exatamente 100 %.

As opções metodológicas adotadas neste relatório (por exemplo, recodificações, critérios de inclusão/exclusão e construção de índices) podem conduzir a resultados e análises diferentes dos apresentados no portal do projeto <https://democracia.iscsp.ulisboa.pt/>.

Anexo II

Ficha Técnica do Inquérito

Universo

Indivíduos de ambos os géneros com 16 e mais anos de idade, residentes em Portugal (Continente e Ilhas).

Amostra(s)

Foram realizadas 1327 entrevistas: 1020 numa amostra base e 307 entrevistas numa amostra extra ao grupo etário dos 16 aos 34 anos. Foram aplicadas quotas de género e idade por região na seleção dos entrevistados, tanto na amostra base como na amostra extra.

Género	Idade	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	TOTAL
H	16-24	46	28	36	9	5	3	3	130
	25-34	52	25	45	9	7	4	3	145
	35-64	88	48	65	16	12	6	6	241
	65 ou mais	40	30	29	9	6	2	2	118
M	16-24	46	26	37	7	5	3	3	127
	25-34	52	28	45	7	6	4	3	145
	35-64	98	55	71	17	12	6	7	266
	65 ou mais	52	37	41	12	7	3	3	155
		474	277	369	86	60	31	30	1327

Amostra Ponderada

Na medida em que foi realizada uma amostra extra ao grupo etário dos 16 aos 34 anos, os dados totais foram ponderados para que cada grupo a nível de idade, género e região tivesse o seu peso real do universo. A margem de erro da amostra total é de $\pm 2,69$ p.p. para um intervalo de confiança de 95%.

PONDERADO									
Género	Idade	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	TOTAL
H	16-24	27	16	21	5	3	1	1	74
	25-34	29	16	25	5	4	3	1	84
	35-64	110	66	84	21	15	8	8	312
	65 ou mais	52	38	38	12	8	3	3	154
M	16-24	25	15	21	4	3	1	1	70
	25-34	29	16	25	4	4	3	1	82
	35-64	122	72	94	23	16	8	9	344
	65 ou mais	69	50	54	16	9	4	4	207
		463	289	364	90	61	31	29	1327

Recolha da informação

Entrevistas na modalidade presencial (porta-a-porta), realizadas pela Intercampus para o ISCSP/CAPP, entre 8 de abril a 13 maio de 2023, respeitando a seguinte distribuição de quotas cruzadas de:

- Sexo: Masculino | Feminino.
- Grupos Etários: 15-24; 25-34; 35-64; 65 ou mais anos.
- Região: NUTSII (Norte, Centro, AML, Alentejo, Algarve, RAA, RAM) + Regiões Autónomas.
- Nível de escolaridade: Sem nível; 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico; Secundário e Pós-Secundário; Superior.

Os lares foram selecionados aleatoriamente num conjunto de pontos de amostragem previamente escolhidos, através do método Random-Route. Para a seleção dos lares foi determinado um intervalo sistemático de 5 em 5. Após a seleção das moradas, o entrevistador iniciou a seleção dos entrevistados, de acordo com as quotas de género e idade em cada região.

Questionário

Estruturado, com 63 perguntas abertas e fechadas. Incluiu pré-teste a uma amostra de 20 pessoas. O inquérito incluiu os seguintes módulos:

- Módulo central: aspirações e práticas democráticas; atitudes dos portugueses face ao 25 de Abril;
- Módulo complementar I: atitudes face à política, democracia e às instituições políticas;
- Módulo complementar II: participação política, social e cívica.



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CAPP
Centro de Administração
e Políticas Públicas



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

50

*Anos de Democracia
em Portugal*

*Aspirações e Práticas Democráticas
Continuidades e Mudanças Geracionais*

www.iscsp.ulisboa.pt